

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE:

por entre diálogos e reconstruções



Organizadores:

Fagno da Silva Soares

Gilson Pôrto Jr.


Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do livro intitulado "HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE: por entre diálogos e reconstruções". Organizadores: Fagno da Silva Soares e Gilson Pôrto Jr. publicado pela Observatório Edições. A imagem traz em primeiro plano, sobre uma superfície de madeira, várias fotografias antigas espalhadas, em tons de sépia e preto-e-branco, retratando pessoas em poses formais, provavelmente de contextos familiares ou comunitários do passado. Uma das fotografias, ao centro, destaca-se por estar em cores e mostrar duas pessoas caminhando em direção a uma ponte de madeira com a inscrição "You enter a different time" (em inglês, "Você entra em um tempo diferente"), sugerindo uma alusão simbólica ao tema da memória e da temporalidade. À direita inferior, repousa um par de óculos de grau em armação escura, reforçando a ideia de observação, leitura ou análise de memórias. Ao fundo, desfocada, aparece uma xícara de café, parcialmente visível, remetendo ao aconchego de uma conversa ou reflexão. Na parte superior da imagem, em letras grandes, brancas e destacadas por um fundo marrom escuro, lê-se o título do livro: "HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE: por entre diálogos e reconstruções". Abaixo, à esquerda, em letras menores sobre um fundo marrom também, está escrito: Organizadores: Fagno da Silva Soares e Gilson Pôrto Jr. No canto inferior direito está o logotipo da Observatório Edições, composto por formas sobrepostas em amarelo, verde e marrom, que remetem a páginas ou folhas, acompanhado do nome da editora. Fim da audiodescrição.

Fagno da Silva Soares
Gilson Pôrto Jr.
(Orgs.)

**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO
PRESENTE: por entre diálogos e
reconstruções**

Observatório Edições
2025

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Adriano Alves, com aportes de IA.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação
Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

H62

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE: por entre diálogos e reconstruções [recurso eletrônico]. / Organização: Gilson Pôrto Jr., Fagno da Silva Soares. – Palmas, TO: Observatório Edições, 2025.
242 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-984499-8-8

1. História. 2. Memória coletiva. 3. Historiografia. 4. História contemporânea. 5. Tempo presente - História.. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Soares, Fagno da Silva..

CDD 907.2
CDU 930.25
LCC D16.8

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições/OPAJE/UFT e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Karleila de Andrade Klinger

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dra. Eliane Marques dos Santos

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clío & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

SOARES, Fagno da Silva; PÔRTO JR., Gilson. (Orgs.). **HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE**: por entre diálogos e reconstruções Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. 242 p. ISBN 978-65-984499-8-8.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. *In*: SOARES, Fagno da Silva; PÔRTO JR., Gilson. (Orgs.). **HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE**: por entre diálogos e reconstruções Palmas, TO: Observatório Edições, 2025, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

QUANDO CLIO ENCONTRA MNEMÓSINE: vozes, olhares e diálogos historiográficos / 9

Fagno da Silva Soares e Gilson Pôrto Jr.

CAPÍTULO 1 - ENTRE FOTOS, FALAS E FATOS: A oficina historiográfica de Ana Maria Mauad da prática fotográfica à escrita videográfica como dimensões da experiência histórica / 21

Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA ORAL ENTRE REFLEXÕES E MEMÓRIAS: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico / 31

Erinaldo Vicente Cavalcanti, Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 3 - A HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: a oficina historiográfica de Ricardo Santhiago entre a história oral e a história pública / 53

Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 4 - DOS CIRCUITOS DO FOGO À CIDADE DOS SONHOS: A trajetória de Francisco Alcides Nascimento nas pesquisas sobre a cidade de Teresina / 69

Rodrigo Marley Queiroz Lima

CAPÍTULO 5 - CLIO ENTRE A DIGITAL HISTORY E A STORIOGRAFIA DIGITALE: a oficina historiográfica de Anita Lucchesi e suas contribuições à história digital no Brasil / 81

Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 6 - POR UMA HISTÓRIA COMPARADA DO JORNALISMO TESTEMUNHAL ENTRE 1964 E 2016: O olhar de Nilson Lage sobre a História, a Comunicação e a Formação / 125

Daniela Barbosa de Oliveira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

CAPÍTULO 7 - POR UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Na oficina sociológica de Cristiano Bodart tomando Café com Sociologia / 149

Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 8 - POR MAIS TECNOLOGIA ASSISTIVA: a visão social de tecnologia de Liliana M. Passerino para quem o ofício de educar é a arte de incluir / 171

Maria Rosangela Bez, Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 9 - POR ENTRE RIOS, ESTRADAS, FLORESTAS E CIDADES: formas de pensar e de fazer a Geografia Urbana e Regional na Amazônia (entrevista com Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior) / 193

Fagno da Silva Soares, Gesiane Oliveira Trindade

ÍNDICE REMISSIVO / 235

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 239

QUANDO CLIO ENCONTRA MNEMÓSINE: vozes,
olhares e diálogos historiográficos

A presente obra, **História, Memória e Tempo Presente: por entre diálogos e reconstruções**, constitui um exercício historiográfico plural e polifônico que reúne uma série de entrevistas realizadas ao longo de quase uma década com destacados(as) historiadores(as) brasileiros(as), cujas trajetórias intelectuais se entrecruzam em múltiplos eixos temáticos, epistemológicos e políticos. Trata-se de um gesto de escuta e inscrição — prática crítica e sensível que, ao invocar Clio, a musa da História, o faz em sua dimensão caleidoscópica, convocando-a não como símbolo universalizante da narrativa ocidental, mas como figura transgressora que acolhe múltiplas vozes, saberes e temporalidades insurgentes.

Destarte, os capítulos que compõem esta coletânea não apenas se justapõem como registros de itinerários acadêmicos, mas se interseccionam enquanto tessituras do fazer historiográfico em sua diversidade operatória. Ao contemplarem áreas como História Oral, História Pública, Digital e Comparada, bem como experiências interdisciplinares envolvendo o Ensino de Sociologia e Geografia Urbana na Amazônia. Nessa perspectiva, a obra se insere no esforço de descentramento, mais do que entrevistas, os diálogos aqui reunidos configuram-se como verdadeiras “oficinas de escuta”, onde se fratura a linearidade do tempo histórico e se reivindica o lugar da memória de si como campo de elucubrações também coletivas. Há, em cada narrativa, uma operação historiográfica que não apenas ilumina os usos do passado no/do tempo presente, mas também reencena as condições de produção do conhecimento histórico em contextos múltiplos referenciais.

Importa salientar que esta publicação emerge do esforço de preservação, sistematização e ampliação das entrevistas originalmente divulgadas na Revista Observatório, veículo vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino vinculado a Universidade Federal do Tocantins OPAJE/UFT e ao Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social/ GEDGS da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Cada capítulo é fruto de encontros situados, atravessados por contextos específicos, mas que, ao serem reunidos nesta obra, compõem uma constelação que ilumina tanto os caminhos singulares dos(as) entrevistados(as), quanto os dilemas e possibilidades do ofício do historiador em tempos de incerteza e transição.

No Capítulo 1, intitulado **Entre fotos, falas e fatos: a oficina historiográfica de Ana Maria Mauad da prática fotográfica à escrita videográfica como dimensões da experiência histórica**, apresenta-se uma instigante entrevista realizada por Fagno da Silva Soares com a Profa. Dra. Ana Maria Mauad de Sousa — historiadora de

reconhecida relevância nos campos da História Oral, História Pública e História Visual no Brasil. Um das mais brilhantes historiadoras de sua geração e uma das fundadoras da Rede Brasileira de História Pública, Mauad é atualmente referência incontornável nas reflexões críticas sobre os usos da imagem fotográfica como fonte, objeto e linguagem na prática historiográfica contemporânea. Ao longo do diálogo, a professora compartilha aspectos significativos de sua trajetória acadêmico-profissional, destacando sua atuação no processo de institucionalização e consolidação da história oral no país, com especial ênfase nas experiências desenvolvidas no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF - LABHOI. Além disso, são discutidos os desafios teórico-metodológicos e institucionais enfrentados pelos historiadores que optam por incorporar a escrita videográfica como parte constitutiva do ofício de historiar, ampliando, assim, os horizontes narrativos e epistemológicos da disciplina. Essa entrevista, ao articular as dimensões visuais e sonoras da experiência histórica, oferece uma contribuição valiosa à compreensão das transformações recentes no campo da historiografia, evidenciando o papel estratégico da imagem na construção de novos modos de narrar, representar e democratizar o conhecimento histórico.

Em termos equipolentes, o Capítulo 2 intitulado **História Oral entre Reflexões e Memórias: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico**, os pesquisadores Vicente Cavalcanti e Fagno da Silva Soares entrevistam o historiador Antônio Torres Montenegro, reconhecido como uma das referências centrais nos estudos de história oral no Brasil. A partir da entrevista, delineia-se uma densa reflexão sobre a trajetória intelectual e profissional do pesquisador, marcada por sua contribuição efetiva ao processo de institucionalização e consolidação da história oral como campo legítimo de produção historiográfica no país. Montenegro compartilha aspectos fundamentais de sua atuação na constituição

de redes de pesquisa, na formação de pesquisadores e na valorização das fontes orais como instrumentos legítimos de construção do conhecimento histórico. Sua abordagem evidencia o entrelaçamento entre memória, subjetividade e experiência, categorias que têm se mostrado cruciais nos debates contemporâneos sobre o tempo presente, especialmente no âmbito da história pública e da historiografia comprometida com narrativas plurais e contra-hegemônicas. O capítulo também ressalta a centralidade da história oral como prática metodológica de natureza interdisciplinar, capaz de articular diferentes campos do saber — como a sociologia, a antropologia, a educação e os estudos culturais — em torno de uma escuta ética, dialógica e crítica. Nesse sentido, as fontes orais emergem não apenas como suporte empírico, mas como espaço de negociação de sentidos e disputas de memória, ampliando o escopo do fazer historiográfico ao incorporar vozes historicamente silenciadas ou marginalizadas nos cânones tradicionais da História.

No decurso do Capítulo 3, intitulado **A História Pública no Brasil entre Práticas e Reflexões: a oficina historiográfica de Ricardo Santhiago entre a História Oral e a História Pública**, apresentamos um instigante diálogo com o historiador, comunicólogo e precursor da História Pública no Brasil Ricardo Santhiago, reconhecido por sua expressiva produção intelectual também no campos da História Oral, suas interlocuções que articularam aspectos teórico-metodológicos centrais à conformação dessas vertentes historiográficas, tendo como eixo a trajetória acadêmica e profissional de Santhiago como membro da Associação Brasileira de História Oral - ABHO, da *Oral History Association* – OHA/EUA, do *National Council on Public History* - NCPH/EUA, além de fundador e integrante da coordenação da Rede Brasileira de História Pública - RBHP. Ao longo da entrevista, Santhiago problematiza os fundamentos conceituais, os processos históricos e os dispositivos institucionais que moldaram a emergência da História Pública no cenário historiográfico brasileiro.

Reflete, ainda, sobre as interfaces entre comunicação, memória e práticas públicas de produção do saber histórico, destacando sua atuação como intelectual orgânico na tessitura de uma historiografia voltada para o diálogo com a sociedade. Sua contribuição teórico-prática revela-se fundamental na consolidação de um campo que se propõe a descentralizar os monopólios da narrativa histórica, ao valorizar experiências plurais, sujeitos subalternizados e formas participativas de produção de conhecimento. Nesse sentido, Santhiago propõe uma abordagem ampliada da História Pública, estruturada em quatro dimensões complementares e interdependentes: história para o público, com o público, feita pelo público e sobre o público, reafirmando a centralidade do público na construção do conhecimento histórico.

Entrementes, apresenta-se o Capítulo 4 com o título **dos circuitos do fogo à cidade dos sonhos: a trajetória de Francisco Alcides Nascimento nas pesquisas sobre a cidade de Teresina**. A entrevista, conduzida por Rodrigo Marley Queiroz Lima, propicia um mergulho reflexivo na trajetória acadêmica e intelectual do Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, ex-presidente da Associação Brasileira de História Oral - ABHO no biênio 2012–2014. Reconhecido como uma das principais referências da história oral no Brasil, Nascimento tem contribuído de forma decisiva para a consolidação do campo, sobretudo em suas interseções com a história urbana e a memória coletiva. O diálogo ocorre em um marco simbólico da vida acadêmica do entrevistado — às vésperas da defesa de seu memorial para promoção à classe de professor titular — e revela os fundamentos teórico-metodológicos que estruturam sua prática historiográfica. Alinhando-se aos pressupostos de autores como José Carlos Sebe Bom Meihy, para quem a história oral constitui não apenas uma técnica de coleta de dados, mas um campo epistemológico em permanente construção, Nascimento destaca a centralidade da escuta sensível, da ética da interlocução e do compromisso com a memória social de sujeitos historicamente

silenciados. No decorrer da entrevista, são evidenciadas as tensões e potencialidades do uso da fonte oral enquanto prática de pesquisa, conforme discutido por Verena Alberti, que ressalta a importância da oralidade como forma de expressão de subjetividades e como dispositivo de democratização do conhecimento histórico. Ademais, o capítulo evoca reflexões inspiradas nas proposições de Alessandro Portelli, ao enfatizar que o valor da história oral não reside apenas na veracidade factual, mas na significação das narrativas, suas inflexões afetivas e nos sentidos atribuídos ao vivido. Nesse sentido, o capítulo não apenas documenta uma trajetória acadêmica singular, mas também se inscreve nos debates contemporâneos sobre os desafios ético-metodológicos da história oral no Brasil. Destaca, ainda, o papel estratégico dos núcleos de pesquisa e das entidades científicas na consolidação de uma historiografia comprometida com a escuta, a pluralidade de vozes e a construção de uma memória pública mais inclusiva. A trajetória de Francisco Alcides Nascimento, nesse contexto, representa uma síntese das conquistas, dilemas e permanentes reinvenções que marcam o campo da história oral nas últimas décadas.

Já no Capítulo 5, com o título **Clio entre a Digital History e a Storiografia Digitale: a oficina historiográfica de Anita Lucchesi e suas contribuições à história digital no Brasil**, desenvolve-se uma instigante reflexão sobre os desdobramentos e desafios da História Digital em território brasileiro. A entrevista conduzida por Fagno da Silva Soares com a historiadora Anita Lucchesi — jovem pesquisadora cuja trajetória intelectual se destaca como uma das pioneiras na consolidação da História Digital no país — propicia um diálogo fecundo entre diferentes tradições historiográficas, especialmente a norte-americana e a italiana. Lucchesi mobiliza provocações teóricas e metodológicas a respeito das reconfigurações da operação historiográfica em tempos de cibercultura e plataformas digitais, articulando criticamente a tradição da História Pública estadunidense com os aportes da

Storiografia Digitale italiana. Nesse cruzamento de experiências e referenciais, vislumbra-se a constituição de um campo emergente que poderíamos denominar, ainda que em construção, de uma *História Digital à brasileira* — marcada por tensionamentos locais, vocações públicas e intersecções transnacionais.

Nestes termos, o Capítulo 6, intitulado **Por uma História Comparada do Jornalismo Testemunhal entre 1964 e 2016: o olhar de Nilson Lage sobre a História, a Comunicação e a Formação**, trazemos uma homenagem póstuma, ao trazermos a lume, uma instigante entrevista com o jornalista e professor Nilson Lage, referência nacional nos estudos em linguagem jornalística. Nesta interlocução, Lage compartilha reflexões críticas sobre dois marcos históricos cruciais na trajetória política brasileira — o golpe civil-militar de 1964 e o impeachment presidencial de 2016 — a partir de uma perspectiva comparativa, lançando luz sobre os modos como o jornalismo testemunhal se configurou e atuou em ambos os contextos. Sua narrativa mobiliza debates centrais sobre a memória histórica, o papel do jornalista como sujeito da enunciação pública e os limites entre a objetividade e o engajamento ético na produção da notícia. A entrevista também contempla discussões sobre os processos de profissionalização do jornalismo no Brasil, abordando a constituição da identidade profissional do jornalista, os desafios contemporâneos da formação universitária. Ao dialogar com os pressupostos teóricos e aportes do jornalismo testemunhal, esta contribui para a compreensão crítica das transformações no campo jornalístico brasileiro, articulando memória e formação profissional em uma chave de análise sensível às rupturas e continuidades da vida democrática no país.

Já o Capítulo 7, cujo título **Por uma História do Ensino da Sociologia no Brasil: Na oficina sociológica de Cristiano Bodart tomando Café com Sociologia**, traz uma entrevista realizada por Fagno da Silva Soares, uma instigante interlocução com Cristiano das Neves Bodart, reconhecido nacionalmente por sua expressiva

contribuição ao campo do ensino de Sociologia, Bodart se consolida como um dos principais referenciais teóricos e metodológicos na consolidação da disciplina como área de pesquisa e de atuação docente no Brasil. Sua produção acadêmica que articula o fazer sociológico ao cotidiano escolar vem se destacando especialmente a partir da iniciativa do projeto *Café com Sociologia*, importante espaço de divulgação científica e de formação continuada de professores, que amplia o acesso a conteúdos sociológicos de forma crítica e acessível. Dialogando com autores como Bernard Charlot (2000), que problematiza a relação dos jovens com o saber, e Michael Apple (2003), cuja crítica às políticas educacionais neoliberais ilumina os desafios enfrentados no currículo da Sociologia escolar, Bodart posiciona-se na vanguarda dos debates contemporâneos sobre o ensino da disciplina, atuando também na construção de uma história crítica da inserção e consolidação da Sociologia no ensino médio brasileiro. A entrevista propicia uma análise aprofundada dos caminhos históricos, epistemológicos e político-pedagógicos que conformam o ensino de Sociologia no Brasil, destacando as tensões entre políticas educacionais e práticas docentes, além da necessidade de valorização da formação continuada e da autonomia pedagógica. Neste capítulo, o leitor é convidado a refletir sobre os desafios e perspectivas da área, reconhecendo no trabalho de Cristiano Bodart um aporte fundamental para a constituição de um campo que reivindica seu lugar no currículo escolar como vetor de formação crítica e cidadã.

No capítulo 8, intitulado **Por mais Tecnologia Assistiva: a visão social de tecnologia de Liliana M. Passerino para quem o ofício de educar é a arte de incluir**, é também uma homenagem póstuma à pesquisadora Liliana Passerino deixando um legado intelectual ao campo das tecnologias assistivas no Brasil por sua reconhecida produção acadêmica nacional e internacional no campo da informática na educação. Suas reflexões lançam luz em diferentes frentes dos estudos em educação numa perspectiva de suas relações

com as tecnologias, com especial atenção aos estudos sobre: educação a distância, informática na educação especial com ênfase nos estudos em autismo, tecnologias assistivas, comunicação alternativa, inteligência artificial, tecnologias da informação e comunicação aplicadas a educação, bem como, inclusão digital.

E, no capítulo 9, o título **Por entre Rios, Estradas, Florestas e Cidades: formas de pensar e de fazer a Geografia Urbana e Regional na Amazônia**, apresenta-se uma instigante entrevista com o geógrafo **Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**, cuja produção intelectual tem se consolidado como uma das mais expressivas no campo da Geografia crítica brasileira, especialmente no que concerne à análise dos processos socioespaciais na Amazônia. A entrevista percorre aspectos de sua trajetória pessoal e profissional, evidenciando os caminhos pelos quais a Geografia o alcançou e, mais que isso, como ele próprio tem contribuído ativamente para a reformulação epistemológica do campo geográfico a partir da Amazônia. Trindade Júnior elabora reflexões substantivas sobre o papel do geógrafo no século XXI, enfatizando a necessidade de um engajamento teórico-metodológico que articule a análise das políticas de desenvolvimento com os processos de produção do espaço e de ordenamento territorial. No diálogo, o autor discute criticamente a constituição do espaço urbano amazônico, concebendo-o a partir da noção de *urbanodiversidade*, conceito forjado em oposição às visões homogeneizadoras da urbanização e que busca dar conta das múltiplas formas e ritmos de produção do urbano nas florestas tropicais. Sua análise é tributária das abordagens críticas em Geografia Urbana e da tradição brasileira de leitura regional do território, sendo, contudo, inovadora ao propor uma epistemologia situada, que parte da Amazônia como lugar de produção de saberes próprios. Saint-Clair também dedica atenção à crítica dos grandes projetos de desenvolvimento – como hidrelétricas, infraestrutura logística e mineração – e seus impactos

sobre os territórios e populações locais, tensionando as lógicas do capital global com as resistências territoriais e modos de vida amazônicos. Nessa direção, sua interlocução com os debates das *Epistemologias do Sul* é notável, ao propor uma Geografia que reconheça a pluralidade de racionalidades, saberes e práticas territoriais enraizadas nos contextos periféricos, subalternizados e colonizados. Por fim, a entrevista configura-se como um potente exercício de *pensamento geográfico insurgente*, fundado na perspectiva da Amazônia não apenas como objeto, mas como sujeito de produção de conhecimento geográfico. O trabalho de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior reafirma a centralidade da Geografia da Amazônia na renovação crítica da disciplina no Brasil e contribui decisivamente para reposicionar o pensamento geográfico nacional a partir de um lugar periférico, mas epistêmica e politicamente estratégico.

Por fim, este livro propõe-se também como um gesto de homenagem epistemológica, ao valorizar a escuta como forma de conhecimento, e ao reconhecer na autobiografia intelectual dos(as) entrevistados(as) uma arte do (re)encontro, onde o narrar de si se entrelaça com a partilha de mundos, saberes e afetos. Longe de uma ego-história restrita, o que se descortina é uma escrita de si coletiva, um laboratório de histórias possíveis a partir das experiências vividas e pensadas na Oficina de Clio. Desejamos que a leitura deste livro proporcione a comunidade acadêmica bons momentos de reflexões e provocações.

Isto posto, sejam todos/as bem-vindos/as a uma miríade analítica de histórias de vida e memórias profissionais desta obra, que objetiva, ser uma caixa ressoante de reflexões de diferentes vozes historiográficas. Dito isto, estamos apетecidos/as de que as incursões reflexivas manifestas nas entrevistas espelham dadas as medidas, a História que se deseja ser, polifônica e inclusiva, com o desiderato que tenham ressonâncias e possam grassar para além dos muros da academia, e esta, seja como flechas filigranas pela História

no encontro de alvos inesperados. A isto se propõe, esta obra feita a muitas mãos e vozes.

Saudações históricas e alvissareiras. Evoé! Somos todos ubuntu.¹

*Fagno da Silva Soares &
Gilson Porto Júnior*

¹Termo de origem africano, refere-se a solidariedade e respeito, *'sou quem sou, porque somos todos nós.'* Para mais, vide TUTU, Desmond; TUTU, Mpho. **O livro do perdão - para curarmos a nós mesmos e o nosso mundo.** Rio de Janeiro: Valetina, 2014, p. 83.

ENTRE FOTOS, FALAS E FATOS: A oficina historiográfica de Ana Maria Mauad da prática fotográfica à escrita videográfica como dimensões da experiência histórica

Fagno da Silva Soares

Entrevista realizada em 21 de abril de 2016, com a historiadora Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus, professora do Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal de Fluminense (UFF), referência nos estudos em história oral e história visual no Brasil.

Ana Maria Mauad, pesquisadora de reconhecida atuação no *métier* da história visual no Brasil. Seus estudos acerca de temáticas ligadas à História Oral, História Visual, História Pública, com especial interesse à reflexão crítica sobre fotografia e suas ressonâncias nacionais e internacionais. Pós-doutora em História pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP, 2004), doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 1990). Atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF, conceito máximo pela CAPES. É pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da LABHOI/UFF, membro da Associação Brasileira de História Oral-ABHO. Ao longo de sua

carreira acadêmica publicou mais 50 artigos em periódicos nacionais e internacionais, organizou e/ou publicou 14 livros e aproximadamente 70 capítulos de livros. Esteve em 151 bancas de defesas de dissertações e teses. Orientou 55 monografias de graduação, 68 monografias de especialização, 62 dissertações e teses, tendo supervisionado 10 estágios pós-doutorais na UFF. Atuou como professora visitante em instituições internacionais como a University of California e a Universidad de Santiago de Chile. Participa do Conselho Editorial de importantes periódicos nacionais e internacionais na área de história.

FAGNO: Bom dia professora. Inicialmente quero agradecer-lhe, por de modo tão solícito, não hesitou e de pronto concedeu-nos esta entrevista. Assim, devo registrar o grande prazer em entrevistá-la. Penso que podemos iniciar por alguns elementos biográficos que julgue pertinente das motivações que a levaram a escolha pelo ofício de historiadora.

ANA MAUAD: Bom dia Fagno, também estou muito contente em poder conversar com vocês. O que me levou a estudar história é algo bem prosaico, pois está associado a escolha de ser professora. Filha de professora, sou a terceira de quatro irmãs todas professoras, o que aponta para a marca da presença materna, sem dúvida. A escolha da disciplina teve também a ver com o período em que eu cursava a escola e o ambiente político de finais da década de 1970, em que apesar a tensão do regime militar já tínhamos vozes dissonantes dentro do ambiente escolar. Entre essas vozes as mais potentes eram, sobretudo a dos professores e professoras de história. Assim na hora de escolher a carreira fiquei entre psicologia, história e química, mas acabei escolhendo a licenciatura em história.

FAGNO: Fale-nos um pouco das influências historiográficas que teve durante sua graduação na UFF. Como foi estudar história no ápice

da Ditadura Militar? Quais professores exerceram papel importante na sua formação inicial como historiadora? Certamente o marxismo tenha sido a corrente predominantes desta geração, outras correntes coexistiam no departamento de história? Exerceu alguma militância política quando da graduação?

ANA MAUAD: Bem, eu entrei para fazer história na UFF em 1979 e saí em 1982, esse período já vivíamos ventos da distensão lenta e gradual. Inclusive com a lei da Anistia e a volta dos exilados políticos, já em 1978 como secundarista, participávamos de shows com a presença de artistas que cantavam músicas censuradas e as manifestações no Centro da cidade do Rio de Janeiro eram reprimidas mas em crescente número. No auge da ditadura, 1970, me lembro da euforia do Brasil Tricampeão do mundo no futebol e o ufanismo em torno do ser brasileiro. Ao longo do ano de 1979 vivíamos no curso de história da UFF, os debates sobre a reforma curricular e um ambiente de debate intenso e crítico em torno da importância de se estudar história. As escadarias do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, que na época situava-se no Campus do Valonguinho, vivia repleta de gente debatendo e conversando sobre a situação do país. Tive sorte de estudar com professores jovens, que hoje são meus colegas de departamento, e na época eram professores substitutos, os chamados boias-frias, pois tinham contratos temporários sem direitos trabalhistas garantidos. Nesse ano também a ANPUH Nacional se realizou na UFF e podemos assistir a volta de professores que haviam sido afastados durante o regime militar, dentre elas as professoras Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo e o professor Ciro Cardoso. A importância do Marxismo na UFF era e ainda é digna de nota, embora nunca tenha sido exclusiva, tendo em vista que a renovação historiográfica dos anos 1970 chegou ao Brasil por meio da tradução de obras, hoje consideradas clássicas, como os três volumes do Faire l'histoire, organizados pelos historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre

Nora. O ambiente intelectual era muito plural e tínhamos a oportunidade de ler autores de diferentes tendências.

FAGNO: Sua tese de doutoramento desenvolvida no final dos anos 80, *“Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, na cidade do Rio de Janeiro na primeira”* sob a orientação da Rachel Soihet já demonstrava seu grande interesse pelo uso da imagem como experiência histórica. Como foram os primeiros contatos com a fotografia enquanto elemento da produção histórica? Em um de seus artigos publicados na Revista Interin com o título *“Prática fotográfica e a experiência histórica – um balanço de tendências e posições em debate”* como o título sugere você faz um debate conceitual e balanço historiográfico nos últimos anos dos usos da fotografia como elemento da produção historiográfica. O que mudou? Quais os atuais desafios dos usos e funções da fotografia como objeto dos estudos históricos?

ANA MAUAD: Nos anos 1980 os estudos históricos no Brasil passaram por uma importante renovação, estreitamente associada à emergência dos Programas de Pós-Graduação. Esse movimento, nos permitiu vivenciar um ambiente de experimentação e de valorização da interdisciplinaridade. Eu me lembro que entrei para o PPGH em 1985 com um projeto para estudar a história do ensino para adultos e no segundo ano, depois de participar de um seminário na Funarte intitulado *“Os Sentidos da Paixão”*, achei que poderia trabalhar com a expressão histórica do sentimento por meio das fotografias. Levei a ideia para o Ciro Cardoso, então meu professor de metodologia da história, ele disse para eu esquecer a paixão e ficar com a fotografia. Dito isso, me passou uma lista com dez títulos sobre semiótica e a partir daí comecei a estudar a linguagem fotográfica e investir em uma metodologia histórico-semiótica para trabalhar com a fotografia como fonte para a história. Esse investimento resultou na

minha tese de doutorado, que tinha como objeto de estudo, não mais a paixão mas os comportamentos burgueses e os códigos de representação social reconstruídos por meio da mensagem fotográfica.

Em 1990 defendi a tese de doutorado e ao longo dos anos 1990, pude ter acesso ao trabalho de outras pesquisadoras como Solange Lima e Vania Carvalho do Museu Paulista, ou Helouise Costa do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, que também tomaram para si o desafio de trazer a fotografia para a história. Um caminho que não se confunde com outros estudos que se apoiavam, sobretudo, na ideia de uma história da fotografia. O que nós defendíamos, aliás, ainda defendemos, agora em um grupo mais ampliado e consolidado, é a fotografia como experiência histórica. E o que isso significa? Estudar a sociedade que produz e recebe a fotografia como artefato e representação, a fotografia como prática social, seus circuitos sociais, usos e funções. A fotografia como mensagem, mas também como parte da cultura material, um trampolim para se mergulhar na economia visual de diferentes períodos da história. Hoje os desafios continuam muitos, pois a historiografia sobre o tema ampliou significativamente, entretanto, os caminhos que se apresentam são bem interessantes.

FAGNO: Noutro texto, publicado em parceria com Fernando Dumas no livro *Introdução a História Pública* organizado pelas também historiadoras Juniele Rabêlo e Marta Rovai, cujo título "*Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas*" trata em certa medida das dimensões da oralidade na história pública através da escrita videográfica da história ou vídeo-história. Fale-nos um pouco de como os historiadores brasileiros têm recebido e construído a história pública no Brasil. Tem se constituído uma agenda de discussão teórico-conceitual acerca da história pública brasileira? Sabe-se que história pública objetiva difundir o conhecimento histórico para um vasto e variado público, o que

pressupõe competências e habilidades específicas para o historiador no trato como da difusão do conhecimento histórico. Assim, quais os desafios mais iminentes da história pública no Brasil? O que é exatamente fotografia pública?

ANA MAUAD: Essa pergunta, na verdade, envolve dois assuntos diferentes que podem ou não estarem associados. O primeiro diz respeito ao movimento da história pública no Brasil e a sua relação estreita com a 'militância' da História Oral. Nesse artigo, com o Fernando, consolidamos em texto uma prática que já vinha sendo implementada nas nossas pesquisas e incentivadas nos Grupos de Trabalho que organizávamos nos encontros de História Oral. Essa prática diz respeito a ideia de escrita videográfica como uma forma de escrever história com palavras e imagens – uma experiência desenvolvida pelo LABHOI, a partir dos anos 2000. Associa-se aos princípios e demandas de retorno a comunidade de entrevistados que participaram da pesquisa. Tanto o retorno à comunidade, quanto a busca de formas narrativas que pudessem dar conta da substância de significação das fontes de memória, abriram espaço para a discussão da dimensão pública dessa operação e da forma como esse tipo de narrativa engajava públicos na produção de um conhecimento histórico ampliado. O segundo assunto, associa-se às minhas pesquisas com a experiência fotográfica e o investimento no conceito de fotográfica pública. Nesse caso, a dimensão pública da fotografia associa-se às agências de produção da imagem fotográfica – Estado, imprensa, instituições e agências de fotografia que instituem um espaço público visual. Relaciona-se também com o espaço de representação política que se torna público por meio da fotografia – como é o caso do fotojornalismo engajado dos anos 1980 e a consolidação de um espaço visual público participativo. Ao mesmo tempo, envolve a prática fotográfica nos mundos da arte que convoca o público – nesse caso expectador – a tomar uma atitude diante do mundo visível. Enfim, busco, como historiadora que sou, a

construção histórica de uma noção que nos ajuda a entender a ação de sujeitos, os processos e as posições em jogo na história.

FAGNO: Lembro-me de um outro texto seu publicado na Revista Oral chamado *“Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010)”* cujo objetivo me pareceu entre outras coisas, refletir os desafios do historiador ao operar com a memória, temática fecunda e por excelência interdisciplinar. Fale-nos de suas pesquisas no campo da memória e história oral, e de seu exercício de escrita videográfica. Quais os desafios institucionais, teórico e metodológicos do historiador ao escolher trabalhar com a escrita videográfica? Ainda existe resistência por parte de algumas colegas mais tradicionais?

ANA MAUAD: Creio que essa pergunta, em grande medida, já foi respondida. Assim, cabe ressaltar que a proposta de uma escrita videográfica nos projetos que envolvem a memória de comunidades e/ou indivíduos, deve estar prevista desde o início. O uso da câmera provoca reações diferenciadas, como também expectativas e dificuldades suplementares a pesquisa, desde o direito no uso da imagem, até as formas de arquivamento de imagens em vídeo. É um grande investimento que não deve ser desperdiçado sem um planejamento devido. Portanto, embora eu seja uma entusiasta do audiovisual, há que se cuidar para que o investimento seja feito de forma adequada e condizente com o perfil do projeto. O ideal sempre é trabalhar em parceria com profissionais do cinema sensíveis a narratividade da história e das formas de contá-la.

FAGNO: Ainda sobre a história oral. Conte-nos brevemente da chegada, trajetória, avanços da História Oral no Brasil. O que mudou na prática historiográfica com a inserção da história oral? Qual a importância da criação da Associação Brasileira de História Oral -

ABHO? Como você definiria a utilização da História Oral em sua trajetória como uma pesquisadora referência na utilização desse procedimento metodológico? Quais desafios nos são colocados? Podemos considerar a história oral como uma metodologia já consolidada no Brasil?

ANA MAUAD: Minha atuação no âmbito da história oral associa-se a minha entrada no LABHOI e ao trabalho precursor das professoras Ismênia de Lima Martins e Eulália Lobo no âmbito dos estudos sobre operariado no Rio de Janeiro. Entrei na UFF em 1992 e desde essa época, juntamente com colegas como Paulo Knauss e Mariza Soares que entraram comigo, depois se associaram ao grupo Hebe Mattos e Angela de Castro Gomes, que deram um impulso decisivo ao LABHOI como grupo de pesquisa em História Oral. Desde 1994, com a fundação da ABHO o LABHOI participa daquilo que eu chamo de militância da História Oral. Isso porque a história oral que praticamos é engajada e de vocação declaradamente política, tanto do ponto de vista das pesquisas que desenvolvemos quanto nas estratégias de fomentar a metodologia nos cursos instrumentais da graduação. Creio que hoje a metodologia de História Oral já está consolidada, inclusive, da mesma forma que a visualidade, a oralidade é um problema conceitual que deve ser enfrentado pela pesquisa em seu desenvolvimento. O que isso quer dizer: o recurso a entrevista na pesquisa histórica não deve ser feita de forma acessória como um recurso comprobatório. Muitas vezes conseguimos informações interessantes em uma entrevista, entretanto, o mais interessante é a trama das revelações e a forma como as histórias são contadas e as memórias acionadas por meio do trabalho de rememoração. Esse processo envolve tanto considerar que a fonte histórica é também objeto de estudo, como perceber que o conhecimento produzido é completamente intersubjetivo – é o resultado do encontro de dois sujeitos históricos – o entrevistado e o entrevistador. Avança-se na

perspectiva de uma história da memória que se apoia nos sujeitos, processos, suportes e representações ligadas aos usos do passado.

FAGNO: Dentre suas muitas atribuições, sabemos que atualmente ocupa a coordenação do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, centro de excelência com destacado papel na formação de historiadores no Brasil. Revele um pouco do cotidiano desafiador de um programa tão grande. A Região metropolitana do Rio de Janeiro concentra um grande número de programas de pós-graduação em História no Brasil UFF, UFRJ (História Social/História Comparada/Profhistória), UERJ, FGV, PUC-RIO, UNIRIO e UFRRJ. Será o Rio de Janeiro a capital brasileira da História?

ANA MAUAD: A coordenação do PPGH se faz em dupla, a professora Samantha Quadrat, vice-coordenadora e eu, somos uma equipe que se completa por um time de primeira linha de funcionários que nos apoia com autonomia e eficiência. Nesse sentido, o time enfrenta com coragem o desafio de cuidar de um programa com 66 professores permanentes, 300 alunos entre mestrandos e doutorandos. Entretanto, cabe ressaltar que a estrutura de funcionamento do PPGH, que envolve a dinâmica das comissões com a participação de professoras e professores do Colegiado da Pós, já está estabelecida há alguns anos. Portanto, ao se assumir o cargo, vale a máxima: *time que está ganhando não se mexe*. O que fazemos hoje é administrar com cuidado as demandas do processo de avaliação e ficarmos atentas aos desafios acadêmicos do campo. Creio que o campo dos estudos históricos no Brasil dos últimos dez anos está bem distribuído em termos de centros de referência pelo Brasil. Veja o exemplo da UFPA, que desenvolve pesquisas inovadoras dentro de uma perspectiva local/global, no sul também isso acontece, só para ficar com os dois exemplos extremos regionais. Acho exagero dizer que o Rio é capital da História.

FAGNO: Por fim, comente acerca de seu último livro "*Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*" e seus atuais projetos de pesquisa. Conte-nos de sua atuação como pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, bem como, suas linhas e ressonâncias.

ANA MAUAD: O "*Poses*" é de 2008 e reúne ensaios que escrevi desde que entrei na UFF, tem o objetivo de consolidar uma trajetória de reflexão e apontar caminhos. De fato, a partir dele enveredei por projetos de pesquisa que apresentam coerência na abordagem, mas diversidade na temática. Atualmente, desenvolvo a pesquisa "*Fotografia Pública: usos, funções e circuitos sociais no Brasil, séculos XIX e XX*", com atuação de bolsistas de IC, mestrado e doutorado. Além disso, estamos concluindo o projeto Temático da FAPERJ **História Pública, Memória e Escravidão Atlântica no Rio de Janeiro**, que reúne pesquisadores do NUPHEC da UFF e NUMEN da UNIRIO. Nesse projeto destaca-se a relação estreita entre a produção do conhecimento histórico com fontes de memória e o engajamento das comunidades que participam desse processo. Vale conferir o resultado de nossos projetos em: www.labhoi.uff.br

HISTÓRIA ORAL ENTRE REFLEXÕES E MEMÓRIAS: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico

Erinaldo Vicente Cavalcanti
Fagno da Silva Soares

Entrevista realizada em 07 de abril de 2016, com o historiador Antônio Torres Montenegro, professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), referência nos estudos em história oral no Brasil.

Antônio Torres Montenegro pesquisador pernambucano de reconhecida atuação no uso da metodologia da história oral. Seus estudos acerca das relações entre a história e memória, teoria da história e lutas políticas no âmbito da História do Brasil Contemporâneo têm ressonâncias nacionais e internacionais. Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1974), mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1983/1991), realizou seu estágio pós-doutoral na State University of New York - Stony Brook (2000) e na Universidade Federal Fluminense (UFF, 2016). Ao longo de sua carreira acadêmica, no campo da história, publicou inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais, organizou e/ou publicou

vários livros e capítulos de livros. Participou de aproximadamente 100 bancas de defesas de dissertações e teses e de inúmeros eventos acadêmicos regionais, nacionais e internacionais. Atua do Conselho Editorial de importantes periódicos nacionais na área de história, a exemplo Territórios e Fronteiras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) da Revista História Oral da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) da Revista Tempo do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) entre outras.

ERINALDO CAVALCANTI E FAGNO SOARES: Vamos iniciar a entrevista com o Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, para a Revista Observatório da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em que ele vai nos relatar um pouco de sua trajetória e de suas pesquisas, do seu envolvimento com o trabalho da história oral, e as contribuições dessa metodologia de trabalho para a historiografia. Então, professor, muito boa tarde, é um prazer estar com você para entrevistá-lo sobre suas experiências com a história oral no Brasil. Então, professor, primeiramente gostaria que o senhor relatasse um pouco como ocorreu o processo de utilização da metodologia da história oral no Brasil.

ANTÔNIO MONTENEGRO: A experiência da história oral no Brasil tem sido bastante documentada e analisada na revista História Oral da Associação Brasileira de História Oral – ABHO. A nossa revista é, de certa forma, uma revista pioneira na área no Brasil; alguns artigos publicados ao longo desses anos mostram como se deram as primeiras experiências, como é que elas foram avançando. Há um artigo, de autoria de Marieta de Moraes Ferreira² que narra as

² A professora e historiadora Marieta de Moraes Ferreira foi a primeira presidente da Associação Brasileira de História Oral e também presidente da Associação Internacional de História Oral. (IOHA).

primeiras iniciativas do uso da história oral no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas em 1975. Nesse momento, foram convidados especialistas da Fundação Ford e também do México para ministrar um curso de História Oral, onde participaram pesquisadores de diversas regiões do Brasil. Por meio desse curso se esperava ampliar o uso dessa metodologia no Brasil.

Embora, o curso tenha trazido alguns resultados muito positivos e ajudado a consolidar essa metodologia nos projetos desenvolvidos pelo CPDOC, em termos de Brasil essa metodologia nesse momento não ganhou significativo impulso. No entanto, o CPDOC se consolidou na área agregando vasta e diversificada documentação acerca da história do Brasil contemporâneo e significativo acervo de entrevistas de história oral. As experiências com o uso da metodologia da história oral, continuaram fragmentadas e foram se construindo de forma atomizada. Há notícias de projetos que utilizaram a metodologia da história oral que ocorriam nessa época, no Paraná, em São Paulo na USP, em Pernambuco, no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, porém apenas no início da década de 1990 é que se pode apontar um movimento mais sistemático na direção da construção de canais de comunicação entre esses projetos até então bastante atomizados.

Em 1992 houve um primeiro encontro de história oral na USP; nesse encontro em que participaram pesquisadores principalmente do Sudeste, ele ocorria exatamente na direção da preocupação em criar uma associação brasileira de história oral. Sobretudo, porque alguns pesquisadores, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul vinham frequentando e acompanhando o movimento da história oral internacional. No entanto, a International Oral History Association não era ainda uma associação, apenas um movimento. A passagem de movimento para Associação ocorre em 1996 no Congresso da IOHA em Gotemburgo

na Suécia. Nesse congresso houve significativa participação de pesquisadores brasileiros, que junto com colegas latino-americanos irão ter influência decisiva na eleição da primeira diretoria.³

Voltando então ao movimento da história oral no Brasil em 1992. Esse encontro, que ocorreu em São Paulo na USP, coordenado pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy com o apoio da professora Maria Lourdes Janotti (USP) e da pesquisadora Alice Beatriz Gordo Lang, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU/USP –, debateu entre outros temas a criação da Associação Brasileira de História Oral. Estiveram reunidos diversos pesquisadores que vinham trabalhando com a história do tempo presente. Este conceito ainda não era muito comum, mas eram pesquisadores que vinham pesquisando, debatendo e escrevendo acerca da história do Brasil no século XX.

Nesse encontro, decidiu-se que não era o momento para se criar a associação brasileira. Foi aprovado entre os participantes que, ao longo de um ano ou dois, seriam realizados contatos com pesquisadores de outras regiões que utilizavam a metodologia da história oral. Esses pesquisadores seriam convidados para participar de um próximo encontro para a fundação da Associação Brasileira de História Oral. Uma preocupação era a de não criar uma associação meramente de pesquisadores que já se conheciam. Dessa forma, depois de dois anos de contato e mobilização foi decidido, por este grupo, realizar no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 1994, na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (o encontro para a criação da ABHO. No debate realizado para a aprovação do estatuto de fundação da ABHO, um dos artigos mais polêmicos foi o de definir qual o

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. A Institucionalização e a expansão da História Oral: dez anos de IOHA. In: História Oral, v. 10, n. 1, p. 131-147, jan.-jun. 2007.

entendimento que os participantes tinham do termo história oral. Afinal, discutia-se na época que sociólogos, antropólogos, educadores, entre outros, realizavam entrevistas orais, mas não denominavam esta atividade de pesquisa de história oral. Após longo debate, em que se questionava se o nome da associação deveria contemplar o termo 'história oral', foi argumentado que não utilizá-lo dificultaria a sua inserção no nível internacional. Mas ao mesmo tempo, tínhamos forte preocupação de que a ABHO acolhesse não apenas historiadores e, por essa razão, ficou definido no estatuto "Art. 1º, § 1º *Por história oral se entende o trabalho de pesquisa que utilize fontes orais em diferentes áreas de conhecimento nas quais essa metodologia é utilizada*".⁴

Dessa forma, nós tentamos contornar a dificuldade em associar outros profissionais além de historiadores. Há outra situação, no nível pessoal, que coincide com este momento. No início da década de 1990, havia defendido minha tese em história na Unicamp, em que utilizei largamente as entrevistas orais de memória, sobretudo entrevistando os moradores e trabalhadores do bairro de Casa Amarela e do bairro do Recife. A tese tem como título *História em campo minado: a cultura popular revisitada*, no entanto, ao ser aceita para publicação foi definido um novo título: *História Oral e Memória, a cultura popular revisitada*. Dessa maneira, por meio do meu trabalho de pesquisa, aproximei-me de outros grupos que utilizavam a história oral e participei ativamente das articulações para a criação da ABHO. Quero também registrar algumas publicações que na época foram muito importantes para escrita da minha tese. Primeiro, destaco o livro, *Memória & Sociedade: Lembrança de Velhos*, da Profa. Eclea Bosi, da área de Psicologia Social. Sobretudo, pelas reflexões acerca da memória que a autora apresenta, amparada nos relatos de velhos e no diálogo com autores

⁴ <http://www.historiaoral.org.br/estatuto.08/05/2016> às 17:42.

como Maurice Halbwachs, Henri Bergson e Walter Benjamin entre outros.

Nesse período, outras pesquisas, dissertações e teses que utilizavam a metodologia da história oral foram também encontrando campo mais propício para publicação.

Ao narrar sucintamente às articulações que concorreram para a criação da ABHO, não se pode perder de vista o cenário político mais amplo. Primeiro, o fim do regime civil- militar, levando em consideração as diversas lutas travadas na sociedade, em que destacaria o fim do AI 5, o retorno a liberdade de imprensa, a conquista da anistia – mesmo não atingindo os torturadores e assassinos do regime civil-militar – e a volta dos exilados. Também as greves se ampliaram e concorreram para produzir uma onda de liberdade que se dissemina e ajudam a reduzir o clima de medo e apreensão que vivia uma parcela significativa da sociedade. Essas transformações têm significativas ressonâncias nas Universidades, e, sobretudo, no debate acadêmico. Uma parcela dos cientistas sociais – na minha avaliação – vivia engessado pelo marxismo, considerada a teoria que melhor ajudava a analisar e criticar o regime civil-militar. Outras correntes de pensamento passaram a ter mais ‘espaço’ para serem lidas e debatidas. Não existia mais – para alguns – a obrigação política de ser marxista ou de utilizar a teoria marxista. Nesse período, havia entre os críticos do regime o que então se convencionou denominar ‘patrulha ideológica’ em que o que era lido, dito ou defendido, muitas vezes, era pautado na perspectiva de avaliar se contribuía ou não para fortalecer o regime civil militar.

O marxismo se transformou numa teoria da resistência, como se fosse uma trincheira em que eram construídas análises acerca do regime civil – militar. No entanto, na Europa e nos EUA muitas obras no campo da filosofia e da história já vinham (desde o final da década de 1960 e início da década de 1970) problematizando os postulados marxistas no sentido de uma crítica a visão de progresso,

à perspectiva do determinismo econômico e da dialética como lei da história, a visão de totalidade, entre outros conceitos caros a essa teoria.

A adoção da metodologia da história oral está relacionada a possibilidade de ruptura com a tradição positivista da história no sentido mais amplo. Quero destacar, “a possibilidade de ruptura” porque é possível encontrar dissertações e teses entre outros trabalhos de pesquisa que utilizam a fonte oral de memória, sem considerar as implicações metodológicas e teóricas a que estas remetem. Entre os aspectos que caracterizam mais propriamente esta fonte documental, destaco: primeiro a dimensão de uma fonte em que o pesquisador participa de sua elaboração, já que essa é construída por meio de entrevistas; segundo, uma fonte produzida sempre a partir do momento presente, em que o rememorar não prescinde das incontáveis resignificações das experiências vivenciadas no cotidiano. Esses dois aspectos, entre outros, remetem a múltiplas questões que devem exigir dos historiadores uma maior atenção metodológica. Lembro-me de um historiador considerado uma referência no estudo do movimento operário, mas que não aceitava de forma nenhuma a utilização da entrevista oral de memória nas pesquisas históricas. Seu argumento era o de que uma certa vez foi entrevistar um operário já idoso e que tinha tido papel de relevo em diversas greves, mas ele fazia a maior confusão com as datas. E em seguida comentava: “Como posso confiar numa fonte como esta?”. Este comentário revela completo desconhecimento das teorias que estudam a memória.

Avalio que a ruptura com a tradição positivista – além dos fatores políticos e sociais que comentei – teve no Brasil a influência da publicação de algumas obras, como *A Formação da Classe Operária Inglesa* de Edward Palmer Thompson, *A Instituição Imaginária da Sociedade* de Cornelius Castoriadis, a coletânea de artigos e entrevistas de Michel Foucault traduzidas e organizadas por

Roberto Machado no livro *Microfísica do Poder*, o livro *O Queijo e os Vermes* de Carlo Guinzburg e a coletânea em três volumes, *Walter Benjamin – Obras Escolhidas*. Estas concorreram de diferentes maneiras para importantes deslocamentos metodológicos em nossa área e para, de maneira fundamental, flexibilizar o espectro das fontes documentais disponíveis, sobretudo, orais, visuais e literárias. No meu ponto de vista, esse conjunto de obras – além de outras – concorreu para romper com um dos conceitos que fundamentava a visão histórica até então dominante, o conceito de totalidade. No esteio da crítica a este conceito, também teve forte influência a problematização do conceito de verdade, de causalidade, de poder, de classe e de realidade.

A ruptura com a visão histórica fundada na totalidade significou para o historiador se desfazer da pretensão de narrar à história de todos os homens e/ou de todas as mulheres de determinada sociedade. Ou mesmo, de todos os trabalhadores(as) que atuam em determinada atividade profissional e/ ou cultural. E vamos assistir a história quantitativa perder a hegemonia e o caráter de verdade irrefutável que durante certo período os gráficos e tabelas adquiriram. No entanto, isto não significa que a quantificação não seja importante, claro que é, mas com as implicações teóricas e metodológicas próprios a qualquer fonte documental. Paralelamente, ocorre a lenta adoção da perspectiva qualitativa da história: documentos que contemplam experiências individuais passam a ser valorizados e utilizados pelos historiadores. Constrói-se outro entendimento acerca da subjetividade e da objetividade. Em relação a esses dois conceitos, no meu percurso pessoal, autores com perspectivas teóricas diferentes como René Descartes, Sigmund Freud, Maurice Halbwachs, Michel Foucault e Gilles Deleuze foram muito importantes para desconstruir a visão dicotômica e pensar a subjetividade e a objetividade como indissociáveis. Pensar a objetividade como construção da subjetividade que é aprendida socialmente por meio da linguagem.

Completa ruptura com a epistemologia que pensa o conhecimento como relação entre sujeito e o objeto. A perspectiva da indissociabilidade entre subjetividade e objetividade aponta para a relação contínua entre sujeitos que aprendem/ensinam uns aos outros a pensar/representar o mundo. Percebemos o mundo não como ele se apresenta, mas como socialmente os outros nos ensinam a lê-lo, a representá-lo, a significá-lo. Dessa forma, o entrevistado ao relatar suas experiências remete à dimensão individual, mas este individual é também social, porque não há individual sem o social, não há individual sem as marcas sociais. Então, comecei a construir outra perspectiva epistemológica, a operar deslocamentos analíticos em razão da leitura e estudo desses autores.

ERINALDO E FAGNO: Professor, quais os temas principais que vem fazendo uso das fontes orais nas pesquisas acadêmicas?

ANTÔNIO MONTENEGRO: – Os temas mais presentes nos estudos e pesquisas que fazem uso da metodologia da história oral podem ser mapeados por meio dos anais de nossos Encontros Nacionais e Regionais como também pela revista História Oral. Dois artigos – *História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998 – 2008)*⁵ e *Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: o que somos? O que queremos ser?*⁶ – publicados na Revista História Oral são uma boa fonte para refletir sobre essa pergunta. No primeiro artigo foi utilizada como fonte a referida Revista e também os cadernos de resumos das comunicações dos Encontros Nacionais.

⁵ PEREIRA NETO, A.F.; MACHADO, B.A.; MONTENEGRO, A. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998 – 2008). In: História Oral, v. 10, n. 2, p. 113-126, jul.-dez. 2007.

⁶ Gomes, Ângela de Castro. *Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: o que somos? O que queremos ser?* In: História Oral, v. 17, n. 1, p. 163-192, jan./jun. 2014.

Foi organizado um gráfico relacionando as publicações na Revista desde seu primeiro número⁷ em 1998 até 2008; constata-se que 48% dos artigos no período de 1998 a 2008, contemplavam a temática história oral, camadas populares e suas manifestações culturais. A segunda temática que mais agregava artigos (36%) era historiografia, teoria e metodologia e, por fim, 15% estava relacionado aos setores dominantes. No levantamento que realizamos nos cadernos de resumos dos Encontros Nacionais de História Oral a temática historiografia e teoria e metodologia (que era de 36% na revista) passa a 51%. E a temática dos setores dominantes (que era de 15% na revista) salta para 34%, enquanto a temática história oral e camadas populares (que era de 48% na revista) passam para 15%. Assim temos este primeiro mapeamento dos temas mais estudados e debatidos na Revista e nos cadernos de resumos dos encontros nacionais.

O outro artigo "*Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: o que somos? O que queremos ser?*" foi apresentado inicialmente como conferência de abertura do XII Encontro Nacional de História Oral na Universidade Federal em 2014. Esse artigo ampliou as fontes utilizadas pelo primeiro artigo e também o período, pois o objetivo era também refletir acerca do papel exercido pela ABHO nos vinte anos (1994 a 2014) de atuação assim como analisar desafios e perspectivas para o futuro.

Estabeleceu outro critério de classificação das temáticas dos artigos publicados na revista História Oral por meio da análise dos dossiês dos vinte e três números até então publicados. Dessa forma, foram mapeados conjuntos de temas significativos em que perpassam questões relacionadas à história, à memória, ao tempo e à construção de identidades associadas às reflexões metodológicas.

⁷ Em 1998 foi lançado o primeiro número da Revista História Oral que hoje chega a seu vol 19, número 2 de 2016, com produção regular e semestral. Esta é uma produção da Associação Brasileira de História Oral. (ABHO)

Um segundo conjunto agrega o tema da política, relacionado à violência, à militância e ao comunismo. Um terceiro conjunto de artigos trata do tema trabalho e trabalhadores, e debates sobre a Amazônia, ambiente, cultura e natureza. Entretanto, merece destaque o fato de que as reflexões e análises teórico-metodológicas estão muito presentes nas abordagens das mais diversas temáticas.

ERINALDO E FAGNO: Para você, professor Antonio como pesquisador/referência na utilização dessa metodologia de trabalho, como as fontes orais possibilitam um deslocamento analítico e interferem o “fazer historiográfico” por assim dizer? Em outras palavras, em que a historiografia ganha, quando se faz uso das fontes orais?

ANTÔNIO MONTENEGRO: Quando você pergunta “o que a historiografia ganha quando se faz uso da história oral?” quero destacar dois aspectos. Início lembrando uma reflexão apresentada por Ângela de Castro no artigo “20 anos da história oral no Brasil” que acabo de me referir. Esta comenta a preocupação com a qualidade historiográfica de muitas comunicações apresentadas nos encontros de história oral, mas também – segundo a autora – revelam graves problemas no uso da metodologia da história oral em diversos aspectos.

Nesse sentido, a questão que se coloca e você também como professor na área, deve vivenciar, é o problema não apenas do uso da história oral como fonte documental, mas de qualquer documentação. Ou seja, remete à formação do historiador, ao aprendizado da pesquisa e aos seus prolongamentos no campo teórico-metodológico.

Este aprendizado implica em princípio a desconstrução do historiador natural que todas as pessoas se tornam sem ter consciência. Este historiador é formado nos referenciais e conceitos

do senso comum, da família, da escola entre outros grupos e instituições da sociedade. Aprende a pensar historicamente na perspectiva de causa e consequência, de progresso, da transcendência, da lógica bipolar e dual. Em síntese, há uma miríade de pensamentos/sentimentos que são interiorizados em face dos múltiplos processos de educação e socialização que são instituintes do historiador natural.

No entanto, do meu ponto de vista, para nos tornarmos historiador profissional, somos desafiados a desconstruir esse historiador natural por meio de um processo de reeducação. Nessa linha de pensamento, o desafio do uso da fonte oral não está dissociado do percurso relacionado à própria formação do historiador.

Este ao realizar o percurso de formação na área, poderá ou deverá vivenciar o processo interior de mudança de percepção, de mudança de compreensão que apontam para possíveis deslocamentos nas práticas de inserção no universo social, cultural e político. E essa operação é muitas vezes dolorosa e trabalhosa. Logo, não é apenas a utilização de coleções documentais Y, Z ou F que contemplem dimensões sociais, culturais, políticas ou econômicas, que garante uma maior qualidade à produção historiográfica.

Então, esse é o primeiro aspecto que destaco no sentido de criticar a prática equivocada que transforma a utilização da entrevista, da fonte oral, em algo valioso em si para o campo historiográfico. O segundo aspecto que destaco, relacionado à metodologia da história oral – amplamente analisado por Alessandro Portelli⁸ – reside no fato de que enquanto entrevistadores nos transformamos em participantes ativos na

⁸ Portelli, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In. Revista Projeto História. São Paulo (14). Fev. 1997.

produção dessa fonte. Entretanto, há que considerar, ainda, a relação que se estabelece entre entrevistado e entrevistador os aspectos éticos⁹, em que o controle – ou a última palavra – sobre o texto da entrevista a ser divulgado é sempre daquele que concede a entrevista.

No entanto, ainda sobre esta relação, no que tange a condução/realização da entrevista, é fundamental ao entrevistador diferenciar uma entrevista que tem como objetivo registrar opiniões, pontos de vista, análises daquela voltada para a reconstrução de memórias, de experiências significativas, de história de vida. Embora não seja possível estabelecer uma fronteira rígida que distinga essas duas formas de entrevista, a maneira de formular as perguntas estabelece um diferencial. Quando o entrevistador pergunta ao entrevistado, o que ele pensa ou qual sua opinião, qual seu ponto de vista, qual sua avaliação sobre determinado fato ou tema, normalmente a resposta do entrevistado não irá contemplar reconstrução mnemônica ou relatos de experiência, ou mesmo narração de “causos”.

Por outro lado, quando a entrevista contempla a história de vida do entrevistado, ou foca a dimensão de reconstrução mnemônica do passado vivido, as perguntas são formuladas no sentido de ‘provocar’ a reminiscência. São questões construídas no sentido de instigar o processo de rememoração, ou seja, o que o entrevistado recorda/lembra, quais as lembranças mais marcantes de determinados períodos da vida, ou quando exercia determinada atividade, ou sobre determinado acontecimento.

Ao mesmo tempo, o entrevistado pode intercalar em seu relato de história oral, análises/comentários sobre determinados acontecimentos e pontos de vista, com reconstruções mnemônicas,

⁹ No site (http://www.historiaoral.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=104) é possível conhecer o manifesto escrito pela ABHO sobre esse tema.

assim como, o entrevistador em seu roteiro de perguntas poderá contemplar também essas duas dimensões.

Algumas vezes o historiador em face da escassez de documentos, ou de conflitos de informações encontrados na documentação formula perguntas ao entrevistado no sentido de preencher lacunas ou compreender melhor certas contradições registradas em outras fontes documentais. Essa estratégia de utilização da história em geral é problemática, porque a memória da história de vida não é um arquivo ou depósito de registros. Nesse sentido, primeiro há que se considerar a dimensão seletiva da memória. Nossa memória não é um depósito com o registro de todos os eventos vivenciados. O conto de Jorge Luis Borges, "*Funes o memorioso*" é uma excelente metáfora da impossibilidade do conhecimento, ou mesmo da vida, se tudo que a percepção apreendesse se transformasse em memória voluntária.¹⁰

Outro aspecto fundamental a ser considerado encontra-se nas reflexões de Henri Bergson, ao analisar a relação de indissociabilidade entre memória e percepção. São distintas, porém imbricadas. Essa associação é revelada pela impossibilidade da percepção pura e da memória pura. Não há percepção pura, portanto é impossível a apreensão e a compreensão da realidade exterior em si. Toda percepção está relacionada aos conhecimentos e as experiências que temos acumulado e elaborado/reelaborado ao longo da vida. Logo, reconhecemos e lemos o mundo por meio da percepção, mas, esta recebe da memória os elementos, as informações, os saberes aprendidos. Por meio destes é possível a efetividade da percepção e, portanto, nossa inserção na realidade social. Logo, não há percepção sem o aporte da memória.¹¹

¹⁰ Borges, Jorge Luis. Funes el Memorioso. <http://www.literatura.us/borges/funes.html>

¹¹ Bergson, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

Por outro lado, Henri Bergson ao afirmar que não há memória pura analisa como o ato de recordar ou rememorar não significa retornar a primeira memória, ou a memória original. Todo ato de rememorar é construído a partir da percepção do presente que nos mantém em contato com a realidade cotidiana. Portanto, por meio da percepção estabelecemos conexão com novas experiências, novos eventos, novos conhecimentos no movimento constante e infundável da vida. Este fluxo do presente – que a percepção apreende – produz em nós deslocamentos e por extensão nos transforma. Não somos os mesmos de segundos atrás. Logo, a percepção, ao intermediar esse movimento da vida que nos cerca e dessa forma se constitui no vetor dos deslocamentos que somos alvos, registra a impossibilidade de voltarmos à primeira memória, pois não somos os mesmos de minutos antes. Vivemos em fluxo permanente.

Ao considerar essa reflexão de Henri Bergson acerca da relação indissociável e em constante movimento da memória para a percepção, e da percepção para a memória é que podemos compreender como os relatos orais de memória de eventos ou experiências comuns são semelhantes e distintos ao mesmo tempo. Semelhantes enquanto vivido por outras pessoas, porém, ao mesmo tempo, distinto, porque ao ser incorporado como registro de memória, é alvo de transformações e ressignificações. A memória do entrevistado não é o registro passivo dos eventos e situações apresentadas/vivenciadas por meio das percepções, mas o que se apreende pela percepção que interage e é transformada por esta memória pessoal anterior.

A prática da história oral surpreende também o pesquisador em face de uma dimensão fundamental, a capacidade de narrar do entrevistado. Fazer-se narrador da própria história de vida, através da reconstrução das marcas e trilhas mnemônicas, não é natural. Alguns entrevistados, não são capazes de construir narrativas ou

revelam dificuldades em transformar as recordações, ideias, pensamentos, pontos de vista em relato oral. No momento em que o pesquisador se depara com a transcrição da entrevista, esta dificuldade de narrar do entrevistado se revela com mais evidência.

As reflexões de Walter Benjamin, no texto *"O narrador"*¹², mesmo projetado em contexto inteiramente distinto, poder-se-ia considerar como inspirador para pensar o narrador, como aquele que é capaz de apropriar-se das experiências vividas, as mais diversas e difíceis, e as transformam em sabedoria, transmitida às novas gerações pela tradição oral. Não que tenhamos a ilusão de encontrar esses narradores 'perdidos' segundo Walter Benjamin, porém quantas vezes uma entrevista não se transforma num relato de vida, carregado de ensinamentos??!! Porém, outra vez o historiador será desafiado, a não se deixar capturar pela armadilha do discurso sedutor do entrevistado; mas deve ser capaz de construir o contra discurso historiográfico que produz deslocamentos analíticos. Então, há um amplo espectro de questões que a prática da metodologia da história oral suscita. Porém, além da questão apontada, há entrevistas, sobretudo aquelas relacionadas a eventos bastante comentados pela mídia e/ou pela historiografia, em que o discurso do entrevistado não apresenta diferença do que se encontra registrado em outras fontes.

Ao mesmo tempo, há um procedimento metodológico na pesquisa, não apenas relacionado ao relato do entrevistado, mas imprescindível ao estudo de qualquer documentação, sobretudo a mídia e as 'escritas de si', que remetem às indagações: "quem diz, o que diz, quando diz e como diz". O pesquisador ao revelar atenção metodológica para com essas dimensões da produção discursiva,

¹² Benjamin, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. In: Obras Escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

sem dúvida dará maior consistência analítica ao seu texto historiográfico.

Ainda, retomando a relação 'memória & percepção' em Henri Bergson, não se deve olvidar que o recordar é um movimento de resignificação a partir do presente. Alguns entrevistados comentam: "olha, aconteceu dessa forma, eu pensava dessa maneira, mas hoje eu não penso mais assim, não compreendo como naquela época". No entanto, outros não relatam na entrevista as mudanças e resignificações que construíram ao longo da vida. Antes, colam ao evento passado o discurso, a análise, o ponto de vista construído no presente, como se sempre tivessem agido e pensado da forma como narram no presente.

Em face do exposto, os desafios metodológicos no uso da documentação pelo historiador não remetem apenas à história oral. A mídia, os processos judiciais, as cartas, as fotografias, a literatura, a documentação policial, hospitalar, escolar, entre outras coleções documentais, todos apresentam inúmeras especificidades, e o historiador ou o pesquisador de qualquer área deve estar atento. Qualquer documento exige que se reflita acerca da sua produção, afinal a fonte documental é uma construção, uma representação acerca do vivido, do acontecido. Não é reflexo do real, reflexo do passado, mas representação e deve ser pensada e problematizada nessa perspectiva. Em síntese, ao historiador hoje se exige dele esse cuidado e essa atenção em problematizar e não naturalizar a fonte, qualquer que seja, não tomá-la como reflexo ou como resgate do passado.

ERINALDO E FAGNO: Então, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre quais são suas atuais pesquisas, como e em quê ou em quais projetos está atuando no momento e se nesses projetos há utilização das fontes orais, como são usadas, o que estão sinalizando, quais as

possibilidades de trabalho nas atuais pesquisas que está desenvolvendo no momento.

ANTÔNIO MONTENEGRO: No que tange as minhas pesquisas atuais, ao utilizar a metodologia da história oral, tenho um livro em preparação com cinco histórias de vida de padres europeus – dois franceses, dois holandeses e um belga – que vieram para o Nordeste nas décadas de 1960 e 1970. As entrevistas foram realizadas em 1998, mas nunca as publiquei na íntegra. Apenas escrevi alguns artigos em que trechos das entrevistas foram citadas.

No momento atual, como realizo estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal Fluminense, encontro tempo para organizá-las para publicação em livro. Essas entrevistas exigiram um grande número de notas para ajudar o leitor a se situar historicamente. Também estou escrevendo uma apresentação em que analiso alguns aspectos que me parecem significativos para o debate historiográfico e político. Essas entrevistas podem constituir-se em fonte documental importante para quem trabalha e pesquisa sobre o regime civil-militar (1964 – 1985), sobre a história da Igreja Católica, sobre movimentos sociais rurais no Nordeste, entre outros temas.

Há um aspecto que ao realizar as entrevistas causou-me surpresa. É o fato de que esses padres relatam que a vinda para a América Latina atendia a convocação da Encíclica *Fidei Donum*, lançada em 1957 pelo Papa Pio XII¹³. Além das atividades missionárias que deveriam realizar, destacava-se o combate ao comunismo, ao protestantismo e ao espiritismo. No entanto, alguns deles, sobretudo durante o período do regime civil-militar serão taxados de comunistas, um deles preso e outro, ao viajar para ministrar um curso na Universidade de Louvain na Bélgica, proibido

¹³ A Encíclica *Fidei Donum*, inicialmente, estava voltada para atender a escassez de padres nas dioceses da África. Posteriormente, é que foram enviados padres para dioceses em outros continentes.

de retornar ao Brasil. Enfim, são cinco histórias de vida. Estou concluindo a preparação desse livro para lançar este ano ou no próximo ano.

[...] O projeto atual que realizo com apoio do CNPq tem como título "Justiça do Trabalho, Dissídio Coletivo e o Regime Civil-Militar de 1979 a 1985". O objetivo é estudar a atuação do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região nas negociações que serão realizadas nos dissídios coletivos dos canavieiros no período de 1979 a 1985. Refletir acerca das relações de poder que serão estabelecidas entre o TRT 6ª Região, a Delegacia Regional do Trabalho, o Ministério do Trabalho, o governo do Estado de Pernambuco, e os órgãos de classe dos trabalhadores e patronais. Em outros termos, meu foco de estudo e análise são as formas como foram urdidas as relações de poder entre a Justiça do Trabalho e o governo civil-militar, no nível estadual e federal, em razão da retomada das mobilizações para greve na zona açucareira. Embora existam diversos artigos e livros que refletem acerca das pressões exercidas pelo governo civil-militar, sobretudo no que tange as decisões dos conflitos coletivos, as pesquisas que realizei apontam como foi sendo construída, também por parte de alguns juízes, uma política de consulta às agências policiais, militares e de informação. Esse projeto atual contempla a primeira grande greve que houve dos canavieiros em Pernambuco em 1979. É considerada um marco porque é a retomada das lutas dos trabalhadores da cana, e, por conseguinte, dos trabalhadores rurais do Brasil. Essa greve de 1979 gerou um dissídio coletivo. Os sindicatos dos trabalhadores rurais junto com a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE) tiveram que cumprir todos os procedimentos legais para poderem decretar a greve. Pelo que li na imprensa, o governo do estado e o federal atuaram fortemente para tentar encerrar a greve rapidamente, mas não conseguiram.

No ano passado (2015), realizamos um Seminário¹⁴ com vários juízes e desembargadores que atuaram diretamente nesse dissídio dos canavieiros em 1970. Convidei-os a darem entrevistas e eles concordaram. Também temos plano de entrevistar trabalhadores e lideranças sindicais que atuaram nessa greve. Estas são algumas entrevistas que tenho como plano para realizar em função de nosso projeto de pesquisa atual.

Acredito que os historiadores que pesquisam sobre temas relacionados à história do tempo presente, sempre que possível não devem prescindir da possibilidade de realizar entrevistas. É uma fonte que abre muitas perspectivas de análise historiográfica.

No entanto, quero retornar a questão epistemológica que avalio fundamental ao historiador. Você mesmo, Erinaldo, um profissional muito estudioso, e muito atento às implicações teóricas e metodológicas pode atestar como inúmeras vezes encontramos dissertações, teses, artigos e livros em que os documentos são apresentados como prova do passado, do acontecido, numa relação de correspondência entre o vivido e o documento que o registra.

Penso, que algumas vezes historiadores ao escreverem seus textos, não tornam claramente manifesta a diferença entre o passado e o registro documental. Afinal, o registro não é o acontecido, ele é uma produção, uma elaboração com bases em diversas pesquisas e estudos. A operação historiográfica implica não o retorno ao passado, mas deslocamentos analíticos que estabelecem outras formas de entendimento acerca do passado histórico, e responde a questões e a problemas colocados na contemporaneidade.

¹⁴ V Seminário Justiça do Trabalho e Historiografia: Passado e Presente, realizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE (Campus Recife) no período de 18 a 21 de agosto de 2015.

Nessa perspectiva é oportuno recordar Pierre Nora e a reflexão de que história e memória são conceitos antitéticos. A história prima pelo refazer crítico permanente, como analisa na introdução a coleção os "Os lugares de memória". Afinal a história é a ressignificação contínua que Nora representa por meio da metáfora do ceifador. As novas experiências vivenciadas no cotidiano, as novas reflexões teórico-metodológicas, os novos documentos eventualmente descobertos, produzem novas perguntas ao passado e por extensão a permanente reescrita historiográfica. Na direção oposta encontra-se a memória histórica que, para Pierre Nora, é revelada por uma série de lugares e procedimentos (os monumentos, as comemorações de datas cívicas, os hinos, as bandeiras, os livros escolares) que têm como objetivo eternizar, e congelar significados históricos. Por essa razão história e memória são conceitos inconciliáveis.¹⁵

Este é o desafio, pensar a história enquanto constante reconstrução, porque ela atende ao movimento de ressignificação permanente. Dessa forma, ao mesmo tempo em que nós reconhecemos que o documento é o registro e como tal estabelece relação com o acontecido, não enquanto comprovação, porém na dimensão da metáfora do Carlo Ginzburg, entendemos o documento como sinal, índice, e não como prova.¹⁶ Agora, por outro lado, nós não podemos prescindir da dimensão que o índice e sinal tem correspondência com o que aconteceu.

Há todo um percurso metodológico que o jovem pesquisador deve estar atento, porque estão cercados por conjuntos

¹⁵ Nora, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: Proj. História, São Paulo (10), dez. 1993. <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. - 11:26 - 29/05/2016.

¹⁶ Ginzburg, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

de documentos que afirmam dizer o passado, ser o espelho do passado; observe como nas entrevistas, nos jornais, nos inventários, entre outra infinidade de registros, constantemente o documento é apresentado como evidência e prova do acontecido. O documento também é carregado pela dimensão dos signos da prova, da comprovação.

Apenas o aprendizado metodológico possibilita ao historiador se desfazer da força do discurso da evidência, da objetividade como se os significados brotassem do real, dos eventos, das próprias coisas. Em síntese, é a herança cartesiana, galileana do mundo como realidade objetiva.

Para concluir, desejo reforçar a dimensão social da memória individual. O entrevistado ao narrar sua experiência de vida, ou sobre determinado evento ou período histórico, está reconstruindo relatos carregados com as marcas comuns a outras pessoas com inserção social, cultural, política comuns. São marcas de um tempo histórico vivenciado por determinada pessoa na rede social, cultural, política, profissional em que atua. Dessa forma, o relato individual é também social na medida em que revela as experiências, valores, ideias, sentimentos socialmente compartilhados.

A HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: a oficina historiográfica de Ricardo Santhiago entre a história oral e a história pública

Fagno da Silva Soares

Entrevista realizada durante o 3º Simpósio Internacional de História Pública: História Pública em Debate no dia 28 de novembro de 2016, na Universidade Regional do Cariri [URCA], com o historiador e comunicólogo Ricardo Santhiago, é professor da Universidade Estadual de Campinas [UNICAMP]. É pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem [LABHOI-UFF], do GEPHOM - Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória [EACH-USP]. Fundador e membro da coordenação da Rede Brasileira de História Pública [RBHP] no Brasil.

Ricardo Santhiago, pesquisador com pujante produção historiográfica acerca dos aspectos teórico-metodológicos da história oral e da história pública no Brasil. É pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense [UFF, 2015], doutor e mestre em História Social [USP, 2013/2009], especialista em Jornalismo Científico [Unicamp, 2006] e graduado em Jornalismo [PUC-SP, 2004]. Atualmente é professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, pesquisador do Laboratório de

História Oral e Imagem [LABHOI-UFF], do GEPHOM - Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória [EACH-USP] e do MusiMid - Centro de Estudos em Música e Mídia [ECA-USP]. É fundador da Rede Brasileira de História Pública [RBHP], associado à Oral History Association [OHA, USA]; a Associação Brasileira de História Oral [ABHO] e da National Council on Public History [NCPH, USA]. Em sua profícua produção intelectual, destacamos dentre outras obras das quais é autor e/ou [co]organizador: *Solistas dissonantes: História [oral] de cantoras negras [2009]*, *Narrativas e Experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras [2009]*, *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral [2011]*, *Depois da utopia: A história oral em seu tempo [2013]*, *História oral na sala de aula [2015]* e *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários [2016]*, *História oral e arte: Narração e criatividade [2016]*. Seu artigo *The Dissonant Lives of Brazilian Black Women Singers*, publicado em 2012 pela revista *Oral History Journal*, rendeu-lhe o prêmio "Article Award da Oral History Association" de melhor artigo de história oral. Em 2104 foi laureado com o prêmio "New Professional Award do National Council on Public History".

Durante a entrevista, Ricardo Santhiago tratou de sua trajetória profissional, e fez inúmeras reflexões acerca da conceituação, trajetória e experiências da história pública no Brasil. Falou de seus projetos em andamento e de seu contributo na ampliação das reflexões teórico-metodológicas à história pública brasileira.

Fagno da Silva Soares [FSS]: Boa tarde, caro professor Ricardo. Agradecemos a disponibilidade em conceder-nos esta entrevista, e, por conseguinte, registramos nossa satisfação. Destarte, tomemos como mote inicial desta entrevista, a sua trajetória profissional, bem como, as motivações que o levaram à escolha da carreira de jornalista, e posteriormente, a de historiador. Neste sentido, recordamo-nos de seu artigo publicado na PJ:Br - Jornalismo

Brasileiro em 2007, cujo título *“Esboço para um diálogo: História oral e jornalismo de grande extensão”* traduz bem seu intento, ao tratar dos ditos, interditos e possibilidades no diálogo entre história oral e jornalismo. Dito isto, perguntamos-lhe, você se considera um jornalista-historiador ou um historiador e jornalista? Quais as implicações e desdobramentos resultantes da interface e/ou fronteira entre história e jornalismo?

Ricardo Santhiago [RS]: Fagno, primeiramente agradeço seu convite tão gentil. Não sei se minha resposta a essa pergunta vai ser satisfatória. A verdade é que eu não sinto nenhuma ruptura na minha trajetória; pelo contrário, as coisas que fiz e que explorei, dentro e fora da universidade, sempre vieram como resultado de indagações surgidas do próprio trabalho – um trabalho poucas vezes de jornalista, algumas vezes de produtor cultural, várias vezes de historiador, mas sempre de pesquisador. Há várias afinidades entre essas duas profissões que você traz, mas há jornalismo e jornalismo, histórias e histórias, e a história oral é só um ponto de encontro entre vários possíveis. Hoje já há dezenas, se não centenas, de artigos e teses sobre isso, especialmente à luz da história do tempo presente, que respondem à segunda parte da sua pergunta com a profundidade necessária. Quanto à primeira, também é difícil, mas vamos lá. Há alguns anos fui pela primeira vez a uma livraria quando estava viajando e comprei três livros. O homem que me atendeu, que era provavelmente o dono da livraria e devia estar ali há décadas – algo cada dia mais raro, infelizmente – olhou para mim e disse: “Ah, muito bem: você é um historiador cultural!”. Foi um ótimo palpite, e uma experiência quase incômoda, essa de ser tão facilmente decifrável. Mas acho que eu acrescentaria algumas coisas naquela definição e diria que eu sou alguém que faz pesquisa histórico-sociológica, muito interdisciplinar, sobre a vida cultural e intelectual brasileira no presente, e tendo a memória e a comunicação (pessoal e/ou midiática, ou social, como preferir) como

eixos sempre presentes. Embora as pesquisas que eu venho desenvolvendo pareçam bastante diferentes umas das outras, tanto em termos temáticos quanto de procedimento, todas remetem, em maior ou menor medida, a esse lugar – um lugar, repito, muito interdisciplinar, e essa é uma característica que eu acredito ser bem evidente no meu trabalho.

FSS: Agora, fale-nos um pouco das influências historiográficas que teve durante seu mestrado e doutorado em História Social na Universidade de São Paulo [USP] e em seu estágio pós-doutoral no Laboratório de História Oral e Imagem [LABHOI/UFF]. Quais historiadores exerce[ra]m papel importante na sua formação inicial de jornalista e continuada de historiador? Parafraseando Marc Bloch, para que serve a história pública?

Ricardo Santhiago: O que costura esses três momentos é, com certeza, a história oral. E talvez o que tenha sido a semente para o meu interesse em história pública tenha vindo antes disso – fiz um curso de especialização na Unicamp, ministrado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, voltado à divulgação científica. Ali tive contato com discussões fascinantes sobre ciência, tecnologia e sociedade, mas o que me chamou muita atenção foi que havia uma ênfase tão grande na divulgação de pesquisa em ciências biológicas e da saúde que acabava deixando quase nenhum espaço para problematizar isso no âmbito das ciências humanas e sociais. Essa preocupação com a comunicação, com a socialização da pesquisa histórica, vem um pouco daí. E vem também de um certo desajuste pessoal, porque quando eu entrei no território do historiador eu simplesmente dava por certo esse impulso de comunicar o resultado da pesquisa acadêmica para o público mais amplo e mais variado possível. Bem, depois eu vi que não era bem assim. E ainda mais tarde vi também que a história pública não pode ser resumida a essa função divulgadora – e acho muito importante frisar isso, já que não

veja história pública e divulgação científica da história como sinônimos.

Mas, voltando à sua pergunta, eu acredito que tenham sido três momentos muito saudáveis e de muita ativação intelectual. No mestrado, como você sabe, tive como orientador o professor José Carlos Sebe Bom Meihy, praticante e teórico da história oral, que me deu um estímulo muito forte e que de certa forma viabilizou meus primeiros gestos de envolvimento com esse tema e com essa área, para além da aplicação mais imediata, digamos assim, da história oral como um método que estava solucionando um problema de pesquisa. Passei três anos no Núcleo de Estudos em História Oral da USP, com um envolvimento muito intenso, que transparece nos meus primeiros escritos e com certeza no livro *Solistas dissonantes*, embora ele seja, já, um tanto quanto diferente da dissertação que lhe deu origem, até pela preocupação mais evidente com a história pública. Na verdade, ao longo daquele período de estudo e de formação, eu descobri que eu tinha mais afinidades com os trabalhos temáticos do núcleo (e eu diria até que bastante afinidade) do que com a visão, tanto metodológica quanto política, de história oral que predominava no grupo. Do meu ponto de vista, isso foi extremamente positivo, tendo vários desdobramentos – começando pela minha tese de doutorado.

Meu contato próximo com a história oral também ativou muito o interesse na história pública – já que, como você sabe, elas têm uma relação muito íntima. Primeiro, porque o público é uma condição para que a história oral se realize. Segundo, porque boa parte das pesquisas no campo da história oral são caracterizadas por aquele impulso de oferecer visibilidade às histórias de indivíduos e de grupos que não fazem parte do registro histórico – o que eu acho válido e importante, embora ache também que a pesquisa acadêmica não pode se resumir a isso. Eu não canso de dizer que

uma das coisas mais perspicazes que já li sobre o sentido da história oral é aquilo que a Marieta de Moraes Ferreira desenvolve: a história oral como uma espécie de bússola para os desafios da história, como uma prática que faz as vezes de um “laboratório epistemológico” valiosíssimo porque radicaliza aspectos que dizem respeito à prática historiadora como um todo mas que ficam mais visíveis, mais aguçados, no trabalho com a história oral (e com a memória, com o tempo presente, com a subjetividade, com a intersubjetividade, com a demanda social, e assim por diante).

Fagno Soares: Compreendemos, pois, o campo da história pública com um espaço de natureza interdisciplinar que intersecciona, a história para o público com a história e o público, potencializadas por diferentes linguagens como a cinematográfica, iconográfica, literária, museológica e/ou midiática. Neste sentido, qual o desafio dos profissionais que atuam neste campo? Em que medida o fato de ser jornalista e historiador tem contribuído em suas práticas e reflexões com a história pública?

Ricardo Santhiago: Essa é uma boa pergunta, porque abre caminho para pensar a história pública não só como um espaço interdisciplinar, mas como uma prática multidisciplinar. O historiador precisa conhecer as diferentes linguagens e os vários suportes à disposição para comunicar sua pesquisa, mas não pode, e talvez nem deva dominar todos eles. É mais importante compreender a linguagem cinematográfica do que saber usar o *software* de edição de vídeo do momento, embora também seja interessante e muitas vezes útil ter competência para atuar nas diferentes etapas de elaboração de um trabalho. Penso nessa colaboração multiprofissional inclusive como solução para o dilema da formação para a história pública – mais uma vez, me pergunto se é realmente necessário ter um curso de perfil essencialmente técnico, como são vários cursos estrangeiros na área, ensinando

coisas que rapidamente vão se tornar obsoletas, e num nível muito superficial. Não dá para se tornar especialista em vídeo e em internet e em história oral e em rádio e em escrita criativa e em curadoria e em administração de arquivos, muito menos no curso de, digamos, dois anos – tempo que poderia ser melhor investido. Nesse sentido, a parceria com escolas e cursos de comunicação é, além de completamente viável, muito enriquecedora para todos os lados, quando se trata da história pública praticada dentro da universidade.

Fagno Soares: Sabemos da importante contribuição e lastro da historiografia norte-americana à história pública. Apresente-nos alguns autores/obras que você considera que sejam seminais a história pública no mundo. Existem iniciativas de tradução destas obras estadunidenses para o português?

Ricardo Santhiago: Pessoalmente, aprendi e aprendo muito lendo os autores estrangeiros: os estadunidenses como também, no caso da história pública, os canadenses, os australianos e talvez principalmente os britânicos (para ficar apenas na língua inglesa, onde a discussão está consolidada sob esse rótulo). Foi nos Estados Unidos que “descobri”, como várias outras pessoas, que aquele conjunto de coisas em que eu vinha pensando tinha um nome. Agora, não vejo que nenhum desses trabalhos tenha sido “seminal” para a prática da história pública em si. Pelo contrário: o que vejo, no movimento internacional recente, é uma inclinação perigosa de indivíduos e instituições que renegam as experiências de outros países porque são diferentes das que professam. Mas isso está longe de ser uma especificidade dessa área. No simpósio de história pública realizado na UFF, em 2014, falei justamente sobre a importância de reconhecimento das diferentes experiências nacionais e regionais. E, mesmo que os autores de *textbooks* não ouçam, já somos bem capazes de discernir colonialismo cultural de diálogo e intercâmbio verdadeiros.

Fagno Soares: Em 2011 fomos agraciados pela Editora Letra e Voz com a publicação da obra seminal, *"Introdução à História Pública"* organizada pelas professoras Juniele Rabêlo e Marta Gouveia Rovai. Mais recentemente, com a publicação da obra coletiva *"História pública no Brasil: Sentidos e itinerários"* sob a sua organização e das Professoras Ana Mauad e Juniele Rabêlo trazendo um conjunto de reflexões teóricas, metodológicas e práticas sobre história pública. Certamente estas obras já nasceram clássicas, senão tornarão-se em breve, a exemplo da coletânea lançada nos fins dos anos 90, *"Usos de Abusos da história oral"* organizada pelas professoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado e lançada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas. Num breve retrospecto da chegada, disputas conceituais e desenvolvimento da história pública no Brasil, como você analisa o avanço deste campo dentro e foras das universidades brasileiras?

Ricardo Santhiago: A história pública no Brasil segue uma trajetória própria, bem diferente, por exemplo, daquela que trilhou nos Estados Unidos, onde ela aparece nos anos 1970 como uma tentativa esclarecida da comunidade de historiadores em abrir novos campos de trabalho, sobretudo com a diminuição dos postos nas universidades e, ao mesmo tempo, com a proliferação de novos doutores. Costumo dizer que o maior êxito do movimento de história pública americano não tenha sido propriamente esse, de abrir novos campos de trabalho (embora certamente tenha ajudado nisso), mas o de fundar toda uma nova área, o que implica novos postos de trabalho, novos espaços de reconhecimento, novas instâncias de poder. A história pública americana hoje se apresenta como uma disciplina um tanto quanto apartada da disciplina histórica, sobretudo em função da necessidade de preservação desse espaço institucional. Certos professores afirmam abertamente que

só pode fazer história pública quem fez um curso de história pública; se não, você está fora do clube. Acho que esse é um caminho problemático, até porque “historiador público” não é uma profissão. A Ana Maria Mauad sugere que talvez deveríamos entender a história pública como uma “atitude” e eu gosto dessa ideia. Mas no ambiente americano há várias exceções e é com elas que eu prefiro dialogar: com o Michael Frisch, com a Linda Shopes, com a Denise Meringolo. No Brasil, houve um breve momento de reticência em relação à história pública (talvez até por esse histórico estrangeiro um tanto quanto separatista), sucedido por um interesse genuíno de compreensão – e acho que isso resulta principalmente desse esforço coletivo que está consubstanciado nessas duas coletâneas e na própria constituição da Rede Brasileira de História Pública. Hoje, vejo cada vez mais disciplinas sobre história pública em cursos de graduação e pós-graduação, em bibliografias para seleções de mestrado e doutorado e até de concursos públicos. E isso quase sempre nessa perspectiva, que eu considero mais promissora, de integração – embora seja interdisciplinar e multiprofissional, o lugar da história pública é fundamentalmente o da História, com quem compartilha seus objetos e métodos.

Fagno Soares: Neste contexto, a Rede Brasileira de História Pública [RBHP] tem contribuído para a ampliação e consolidação das reflexões teórico-práticas acerca da história pública no Brasil. Em geral, a história pública rompe a barreira da academia, atingido outros espaços de produção e circulação do saber histórico atingindo outras audiências. Destarte, fale-nos sobre as perspectivas e de algumas experiências, bem como, das tendências este campo no Brasil.

Ricardo Santhiago: Fico feliz em saber que esse novo panorama resulta, pelo menos em parte, desses esforços da Rede. Desde o primeiro curso de história pública, em 2011, muitas pessoas se

integraram ao movimento. Num primeiro momento, um grupo mais ligado à história oral, mas hoje isso está bastante espreado. A história pública foi se complexificando à medida que foi sendo integrada a debates em torno do patrimônio, da educação e do ensino de História, da história digital, da história do tempo presente. Acho que a tendência é que isso se intensifique, em última instância tornando até irrelevante o próprio movimento de história pública – eu sempre brinco dizendo que essa é a meta final.

Fagno Soares: Em sua tese, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo [PPGHS/USP], *Método, metodologia, campo: A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil*, sob a orientação da professora Sara Albieri, você realizou um estudo um denso estudo acerca da trajetória da história oral em terras brasileiras, entrevistando grandes pesquisadores responsáveis pelo processo de consolidação da história oral no Brasil. Trata-se de um estudo inaugural no Brasil que fez frente ao início da constituição narrativa da história oral no Brasil. Neste sentido, compartilhe conosco qual o contributo deste estudo para a história da história oral. E como você situa sua tese de doutoramento neste contexto?

Ricardo Santhiago: Por várias razões, o processo de pesquisa e de escrita dessa tese, que não foi publicada, foi desafiador. O problema do pesquisador *insider* era central – e, pensando retrospectivamente, foi por isso mesmo que eu busquei me afastar tanto quanto pude das “fontes orais”, ou melhor, dos personagens cujo trabalho analisei. As entrevistas que você menciona só apareceram bem mais tarde no processo de pesquisa – depois de eu ter lido praticamente tudo o que se publicou sobre história oral entre os anos 1950 e os anos 2000 e depois de eu ter feito uma boa pesquisa em arquivos, tanto institucionais quanto pessoais. Eu até ousaria dizer que a função principal das entrevistas na tese tenha sido a de “preencher

lacunas". Depois, outras possibilidades de aproveitamento apareceram, mas ainda assim ela não é um trabalho de história oral, e sim uma história intelectual cujas principais fontes são as produções bibliográficas dessa área. O trabalho ficou extenso demais e por várias razões ainda não cheguei a um formato que eu consideraria aceitável para publicar, mas consigo reconhecer que ele tem algumas contribuições. Primeiro, o de questionar, ampliando, as "narrativas de fundação" da história oral no Brasil, que privilegiam um modelo institucional (a história oral arquivística) em detrimento de outros que o precedem, que coexistem e que até hoje têm um papel importante na formação de novos pesquisadores e de grupos de pesquisa. Então, minha interpretação é um convite para entendermos a história oral feita no Brasil como um conjunto de misturas feito a partir de quatro matrizes, que ao longo do tempo vão se combinando, em proporções variadas: a história oral de matriz sociológica, que enfatiza o debate metodológico, procedimental; a história oral mais ligada à Psicologia Social, muito encarnada na figura da Ecléa Bosi, que traz para o centro da mesa a importância da memória, da linguagem, da atenção; a história oral "de inspiração pública", com toda a experiência das várias unidades do Museu da Imagem e do Som e de obras publicadas com a intenção de intervir na vida pública; e a história oral arquivística, conectada ao modelo americano da Universidade de Columbia e que, até pela força institucional do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC/FGV], acabou vingando na literatura sobre nossa área como o modelo fundador. Isso tudo se apoia em alguns conceitos operacionais, principalmente na identificação de três gerações que cumprem funções diferentes no desenvolvimento do campo, e na distinção entre método, metodologia e campo, que dá título ao trabalho. O segundo ponto importante do trabalho, a meu ver, consistiu em ressaltar a complementaridade e a influência mútua entre o trabalho intelectual e a política institucional nos esforços para a consolidação

e a manutenção do campo da história oral no Brasil, bem como para sua internacionalização – algo um pouco mais controverso, mas que eu analiso a partir da noção de um “projeto” de organização e disciplinação de um campo, corporificada no “imperativo do projeto de pesquisa”. Infelizmente não tenho espaço para detalhar isso aqui, mas espero conseguir reformular o trabalho, começando por torná-lo mais enxuto do que as indigestas quase 600 páginas que ele tem. Acredito que ele pode contribuir para elucidar aspectos pouco conhecidos ou problematizados dessa “trajetória intelectual e institucional” da história oral no Brasil, especialmente quando somado a outras interpretações já publicadas – essas sim inauguradoras –, sobretudo as da Marieta de Moraes Ferreira, que foi quem mais se dedicou ao assunto.

Fagno Soares: Fale-nos um pouco de sua pesquisa de pós-doutoramento, desenvolvida junto ao Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense [LABHOI/UFF], sob a supervisão da Profa. Ana Maria Mauad, que resultou no belíssimo artigo que tivemos a oportunidade de ler, durante um curso ministrado pela Profa Ana Maria Mauad, *“História Pública como prática e campo de reflexões: debates, trajetórias e experiências no Brasil,”* no qual você trata de quatro modalidades das quais chama de elementares à história pública.

Ricardo Santhiago: O LABHOI é um dos pontos de referência da história pública no Brasil, seja no que diz respeito ao papel público do historiador, ao papel da história como propulsora de políticas públicas, à escrita videográfica da história. Tive o prazer e o privilégio de fazer esse estágio pós-doutoral lá, trabalhando com a supervisão da professora Ana Maria Mauad, e de poder trabalhar um pouco na sistematização das práticas de história pública. Na realidade, o que propus no estudo foi que desenvolvêssemos uma visão mais generosa e abrangente da história pública, escapando a modelos

prescritivos, geralmente importados, e isso passa por um trabalho de mapeamento das diferentes atividades que manejam, de forma mais ou menos explícita, os princípios da história pública. Esse é um trabalho que está por ser feito, e que só pode ser feito coletivamente. De qualquer forma, de maneira um pouco impressionista, tentei reduzir toda essa variedade de práticas a esses quatro engajamentos principais da história pública: a história feita *para* o público (baseada na ideia de ampliação de audiências e de ocupação de novos postos de trabalho), a história feita *pelo* público (baseado no reconhecimento de variações não acadêmicas, e em geral não profissionais, da escrita da história), a história feita *com* o público (próxima de uma história colaborativa, muito avizinhada à história oral e, mais recentemente, à cultura digital) e história *e* público (como uma rubrica comum a uma série de reflexões que já têm sido feitas sob chaves como usos do passado, usos da memória, etc.). Algumas pessoas já propuseram outras tipologias, de modo que esse é um exercício carente de ineditismo – mas o que eu tentei fazer foi ampliar esse quadro de modo que ele não se reduzisse à defesa de uma ou de outra perspectiva, algo bastante comum na literatura estrangeira, e ao mesmo tempo reduzi-lo tentando identificar com clareza as problemáticas transversais de cada modalidade. Além do mais, essa é uma divisão meramente didática, já que as práticas se entrecruzam.

Fagno Soares: Chegou até nós, a informação que tem desenvolvido um livro em parceria com a professora Daphne Patai. O que o público pode aguardar desta obra?

Ricardo Santhiago: Você tinha me perguntado, antes, quais historiadores tiveram um papel importante na minha formação. A Daphne Patai não é historiadora, mas o trabalho dela moldou muito aquilo que penso sobre história oral – tanto quando faço história oral quanto quando penso sobre o desenvolvimento desse método

e desse campo. Foi o trabalho dela que me mostrou que a história oral poderia ser um caminho, antes mesmo de eu iniciar minha pesquisa de mestrado. Acontece que, de leitor entusiasmado, me tornei um interlocutor frequente, e a certa altura sugeri a Daphne que revisitássemos o trabalho que ela fez nos anos 1980 e que resultou no livro *Brazilian Women Speak*, de 1988, que foi uma coletânea de histórias de vida de mulheres brasileiras, precedidas por aquela introdução fantástica que acabei traduzindo depois e que eu vejo circular muito, felizmente. Então, o que fiz foi reentrevistar as mesmas mulheres que Daphne havia entrevistado entre 1981 e 1983 – pelo menos as que encontrei e que aceitaram falar. Gravei cerca de quinze longas entrevistas que são a base para esse livro que estamos escrevendo. É difícil visualizar o resultado durante o processo, porque há muitas chaves de reflexão que vamos descobrindo: a história dos dois processos de investigação é, em si, completamente distinta, em função dos climas culturais e políticos, das circunstâncias institucionais de realização... E tudo assim, assim como as próprias histórias, abre caminho para pensar as rupturas e as continuidades entre os anos 1980 e os anos 2010. As histórias que gravei são todas fascinantes, cada uma a seu modo. Agora, estamos percorrendo o difícil caminho analítico, interpretativo: de entender de que forma as histórias pessoais, em seus dois tempos, remetem a mudanças culturais mais amplas; de investigar como e por quê as pessoas se narram de um modo ou de outro, num momento ou em outro... Enfim, é um trabalho em processo, e as dificuldades começam justamente pela ausência de modelos. Até agora, as experiências de trabalho com conjuntos de entrevistas separados por um intervalo tão grande foram reduzidas – pelo menos no campo da história oral, já que outras áreas, como a própria Psicologia, trabalham há tempos com estudos longitudinais, sem falar no cinema, nas artes... Mas a questão é: como mobilizar o instrumental do nosso campo para pensar esses diferentes tempos da memória narrada.

Fagno Soares: Por fim, agradecemos sua entrevista e fazemos a última pergunta. Que conselhos traz aos jovens historiadores que desejam trilhar pelos caminhos da história pública?

Ricardo Santhiago: Fagno, agradeço a entrevista e parabênzulo pelo empenho e pelo dossiê que vocês da Revista Observatório [UFT/UNESP] estão preparando. Não me arrisco a oferecer conselhos, mas eu posso concluir reafirmando que vejo a história pública como uma prática fascinante e como um assunto promissor, e que até por isso exige alguma cautela. Finalizo convidando os leitores para se aproximarem da Rede Brasileira de História Pública e participarem do próximo encontro, em 2018.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 251p.

_____; MAUAD, A. M. [Org.]; SANTHIAGO, Ricardo [Org.]. **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016. v. 1. 352p.

DOS CIRCUITOS DO FOGO À CIDADE DOS SONHOS: A trajetória de Francisco Alcides Nascimento nas pesquisas sobre a cidade de Teresina

Rodrigo Marley Queiroz Lima

Entrevista realizada com o historiador Francisco Alcides do Nascimento, criador do Núcleo de História Oral – NHO/UFPI da Universidade Federal do Piauí (UFPI), referência nos estudos em história oral no Brasil.

Francisco Alcides do Nascimento é piauiense, natural do município de Piripiri. Desde cedo foi morar em Teresina, capital do estado do Piauí. Destacado por ser referência nos estudos que seguem a linha de pesquisa História e Cidade, desenvolveu importantes pesquisas que colaboraram a historiografia piauiense partindo da metodologia da História Oral. Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Possui doutorado em história pela Universidade Federal do Pernambuco, sob a orientação de Antônio Torres Montenegro (1999) e realizou estágio de Pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, em 2012. Iniciou sua experiência com a metodologia da história oral através do trabalho que desenvolveu na antiga Fundação CEPRO. De lá para cá estabeleceu olhares sobre a linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho. Em 1994 participa da criação

da Associação Brasileira de História Oral. Na mesma época une-se a outros professores da UFPI para criar o Núcleo de História Oral – NHO/UFPI. Concedeu essa entrevista no seu apartamento às vésperas da Defesa do Memorial - progressão para o título de Professor Titular. Revela nuances da sua trajetória como pesquisador, o envolvimento com a história oral, entrevistados, sua pesquisa sobre os incêndios em Teresina na década de 1940 e os atuais interesses.

Rodrigo Queiroz – Boa tarde, Prof. Alcides Nascimento. Sou Rodrigo Queiroz, aluno do mestrado em História do Brasil do Programa de Pós-graduação em História do Brasil, pela Universidade Federal do Piauí e, iniciamos nosso diálogo sempre perguntando onde nasceu e como veio parar aqui na cidade de Teresina.

Alcides Nascimento – Boa tarde. Eu sou natural de Piriipiri. Cidade localizada ao norte de Teresina, aproximadamente 164km. Nasci na zona rural do município, no dia 28 de fevereiro de 1952. Mas vivi muito pouco tempo lá, porque meu pai trabalhava no DNOCS, perfurando poços artesianos pelo sertão do Piauí, razão pela qual tinha que deslocar-se periodicamente de um município para outro.

RQ – O senhor atua na linha de pesquisa Cidade, Memória e Trabalho, e quase sempre emprega a metodologia da História Oral. Quando dá início às suas pesquisas tendo como temática cidade e o emprego de entrevistas como metodologia?

AN – O meu primeiro contato com a metodologia deu-se em 1986, quando Luís Carlos Prestes veio ao Piauí, para ser homenageado em Oeiras¹⁷. Foi a primeira entrevista da qual participei, realizada por

¹⁷ Luís Carlos Prestes aceita convite para receber homenagens da Academia Piauiense de Letras - APL e do Instituto Histórico de Oeiras – IHO, passando por Teresina e Oeiras, em 1987.

Manoel Domingos Neto e Geraldo Borges. Nesse momento estava sendo articulada a minha ida para o Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO¹⁸. É aí que eu começo a trabalhar com a metodologia da História Oral. Vou desenvolver pesquisas no arquivo pra preparar roteiros de entrevistas.

Eu e Geraldo Borges entrevistamos João Clímaco d' Almeida, Odonel Leão Marinho, que era o dentista e foi acusado de ser comunista. Eu fiz uma longa entrevista, com Arimatéa Tito Filho, mas não a concluí, porque ele morreu antes. Em determinado momento, começo a coordenar o Núcleo, mas ele já estava passando por dificuldades financeiras. O projeto inicial tinha a pretensão de ouvir pessoas ligadas à elite política, econômica e social, seguindo o modelo desenvolvido pelo CPDOC: ex-senadores, ex-governadores, ex-deputados federais. Sem deixar esse foco, passo a trabalhar com pessoas ligadas aos movimentos sociais. Eu vou entrevistar um pedreiro que foi mestre de obras, chamado Antônio Vieira Sales, mais conhecido como "Pintinho". Em determinado momento, se destacou como mestre de obras e foi vereador de Teresina. Entrevistei um marceneiro, acusado de ser comunista. Entrevistei um professor chamado Francisco Cunha e Silva, que também foi acusado de ser comunista e escreveu livros como *Copa e Cozinha*, por exemplo.

Nesse período, ao tempo que vou desenvolvendo pesquisas, volto a trabalhar na rede estadual de ensino, em escolas particulares e fui convidado pra trabalhar na Universidade Estadual do Maranhão, em Caxias e na UFPI como professor substituto em Teresina, Florianópolis e Parnaíba. Como pode ser constatado foi uma fase de intensas

¹⁸ Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. Criada em 1971 com o objetivo inicial de produzir informações estatísticas sobre o estado que pudessem colaborar com o desenvolvimento econômico e social. Mais tarde suas pesquisas proporcionam contribuições sobre a produção do conhecimento nas mais variadas áreas: documentos técnicos, diagnósticos, relatórios de pesquisa, ensaios, perfis, projetos, estudos diversos, periódicos, etc.

atividades. Vou fazer parte da célula de professores do estado do PC do B. Eu fui pra APEPI, hoje SINTE – Sindicato dos professores do estado do Piauí, na época era uma associação, Associação dos Professores do Piauí. Nessa condição fui eleito representante do Piauí em uma instituição nacional.

RQ – Já tinha concluído a dissertação de mestrado?

AN – Concluí minha dissertação de mestrado em 1985. Naquele tempo a CAPES era mais flexível em relação aos prazos. Terminei fazendo a dissertação sobre a Revolução de 1930 no Piauí. Ela foi publicada, mas o livro está esgotado há muito tempo. Alguns professores sentem a falta desse livro para trabalhar a história do Piauí, naquele momento riquíssimo da história do Brasil.

Fiz concurso duas ou três vezes na Universidade Federal do Piauí, mas não logrei aprovação, mas estava disposto a ser professor de uma universidade federal. Fiz um concurso na Paraíba, para o campus de Cajazeiras e fui aprovado. Na época os dois primeiros foram chamados e eu fiquei esperando. Surgiu uma vaga para o Departamento de Geografia e História da UFPI, ocorrendo a possibilidade de eu assumir aqui. Se você me perguntar como é que deram as negociações nos bastidores dessa negociação, não saberei responder.

No início da década de 1990 já tinha adquirido certa experiência de sala de aula e como pesquisador. Trabalhava em uma universidade pública, no Maranhão e na UFPI, em cursos regulares como professor substituto no curso de história, professor da rede estadual, da rede particular e pesquisador do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO. Foi nesse lugar que me construí como pesquisador.

RQ – Queria aproveitar essa sua fala! O senhor fez um trabalho sobre a Revolução de 1930¹⁹ no Piauí, desenvolvido através do mestrado na Universidade Federal do Pernambuco, como é que o senhor chega aos primeiros indícios de fogo na cidade de Teresina que te levaram à pesquisa do doutorado?

AN – Foi exatamente o Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO. As entrevistas que eu realizei, em sua maioria, tratavam dos incêndios. O Arimatéia Tito Filho tratou deles, o Antônio Vieira Sales falava do mesmo modo. Mas eu não via nenhum trabalho na universidade que os tivesse tomado como objeto de estudo. Então, fui tentando me aprofundar nessa temática. Comecei a escrever artigos sobre e publiquei na revista *Cadernos de Teresina*. Essas entrevistas me moveram a procurar livros que tratassem dos incêndios. E foi assim que encontrei *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, um capítulo; *Trechos do meu caminho*, de Leônidas de Castro Melo; *Contos da Terra do Sol*, de Airton Sampaio, uma coletânea de contos, escritos a partir de memórias dos pais e de pessoas que viveram o drama dos incêndios. É o que o Michel Pollack chamou de *memória herdada*. Como ele é um bom contista, um bom escritor, escreveu esse conto; *Tempos de Leônidas*, escrito por Afonso Ligório, jornalista piauiense, radicado em Brasília. É uma defesa escancarada do Leônidas de Castro Melo²⁰. Exime o interventor de qualquer responsabilidade sobre os incêndios.

A Fundação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) ocorreu em 1994, em um encontro na Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo, mais precisamente no CPDOC. Estive presente naquele ato. Tenho me mantido fiel desde então, sempre envolvido da ABHO.

¹⁹ O Ano de obtenção do título é 1985.

²⁰ Leônidas de Castro Melo. Médico, professor e político. Foi governador do estado do Piauí eleito pela assembleia constituinte assumindo em 1935. A partir de 1937 é indicado por Getúlio Vargas ao cargo de interventor até a queda do Estado Novo.

Fui diretor da Regional Nordeste em meados de 1990. Voltei ao mesmo cargo em 2011, Em 2012 fui eleito presidente nacional para o biênio, 2012-2014. Em maio de 2014 realizou-se encontro nacional em Teresina²¹, ele ocorre sempre onde o presidente mora.

Em nível local, além no Núcleo de História Oral, da CEPRO, onde comecei, na Universidade Federal do Piauí, um grupo de professores, por volta de 1994 e 1995, entre os quais eu destaco Cecília Nunes, Aglair Setúbal, Fonseca Neto, Mafalda Baldoino e Alcides Nascimento, começaram a estudar História Oral, nascendo daí o Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

Nesse momento eu estava saindo para o Doutorado. Na construção da tese vou trabalhar com entrevistas. A tese é sobre o processo de modernização em Teresina sob o Estado Novo. A cidade possuía dois jornais circulando periodicamente durante o Estado Novo: o *Diário Oficial* e *O Gazeta*. As dificuldades para realizar a pesquisa foram grandes, mas como já tinha certa experiência com a metodologia da história oral, fui localizando pessoas que tiveram suas casas queimadas, pessoas que viveram na cidade, que assistiram os incêndios, que participaram do movimento de apagar o fogo. Fiz 17 entrevistas. Esse material foi a principal fonte, não a única.

RQ – Como se deu o processo de busca por esses entrevistados? Como conseguiu encontrá-los?

AN – É preciso pensar na seguinte questão: quais eram os meus objetivos? Quando você vai fazer um entrevista deve ter um projeto. No caso os objetivos eram os da tese. Como é que eu vou localizar essas pessoas? Em primeiro lugar, tinham que ser pessoas com mais ou menos quatorze ou quinze anos lá no início da década de 1930. Por quê? Porque essas pessoas já possuíam uma certa maturidade

²¹ O XII Encontro Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento aconteceu em Teresina, de 06 a 09 de maio de 2014.

pra entender o que estava acontecendo na cidade. Eu encontrei um conjunto de intelectuais na Academia Piauiense de Letras, dentre os quais destaco Manoel Paulo Nunes, Arimatéia Tito Filho, William Palha Dias. Fiz uma entrevista com Luís Ribeiro Magalhães, morador na cidade por ocasião dos incêndios. Entrevistei o pai de uma aluna da graduação em história, uma senhora que morava no bairro Mocambinho que teve a casa queimada. Entrevistei Genú Moraes, filha do Eurípedes Clementino de Aguiar, adversário do interventor. Tentei encontrar o processo dos incêndios, mas eu não consegui. Só tive acesso à defesa dos acusados que foi publicada por José Candido Ferraz, adversário do interventor. Conversei com pessoas que se negaram gravar, mas falaram das queimadas como foi o caso de um marceneiro que fez um pequeno serviço em minha casa. Tinha medo de falar sobre.

Quando a ditadura de Getúlio começou a perder força, um grupo de piauienses morando no Rio de Janeiro, dentre eles, Arimatéia Tito Filho, bancados pelo Candido Ferraz, começa a publicar um jornal naquela cidade que é enviado para Teresina. O interventor Leônidas de Castro Melo não tinha como impedir o desembarque dos jornais e sua distribuição na cidade. Empreguei esses jornais, com o cuidado que devemos ter com todas as fontes. Entretanto era um noticioso do grupo político adversário do interventor.

Montei um Núcleo de História Oral no Instituto Dom Barreto, escola da rede particular de ensino de Teresina. O diretor da instituição, o então professor Marcílio Ferraz queria que o "Dom Barreto" fizesse entrevista com pessoas públicas que tivessem atuado em Teresina. O Instituto pagou uma bolsista, Marilu Oliveira, que ajudou na construção dos roteiros de entrevistas, nas entrevistas propriamente ditas e na transcrição delas.

RQ - Desde a conclusão do doutorado e a publicação da tese intitulada Cidade Sob o Fogo você desenvolveu diversos projetos de

pesquisa sobre a cidade, empregando a metodologia, mas a maior parte das entrevistas está ligada a pesquisas realizadas por alunos da graduação e ao programa de pós-graduação. Quais outros rastros da memória sobre a cidade encontrou nesse percurso, para além do tema dos incêndios?

AN – Ah, foram muitos! Porque quando eu cheguei do doutorado, em 1999, logo ali, em 2004, nasceu o Programa de pós-graduação. Mas tinha feito projetos como *Dos Anos dourados aos anos de chumbo* e a *História do Rádio no Piauí*. Esses projetos receberam alunos da Iniciação Científica. Hoje alguns deles são mestres, doutores e professores de universidades públicas do Brasil. Então, não é bem rastro, são pesquisas que foram sendo realizadas e, a partir das quais, nasceu o trabalho da Nilsângela Cardoso sobre a Rádio Difusora de Teresina, do Cleto Sandys, sobre a Rádio Educadora de Parnaíba. Antes desses dois ou ali muito próximo fui contratado para fazer um livro sobre a Rádio Pioneira de Teresina. Quem assina sou eu, mas a pesquisa foi realizada por Marilu Oliveira, Nilsângela Cardoso, Francisco Santiago Jr., José Maria Andrade. Todos esses pesquisadores são doutores ou estão terminando o doutorado.

Do projeto *Dos Anos dourados aos anos de chumbo*, nasceram a monografia e dissertação de mestrado de Marilu Oliveira que trabalhou com o governo de Francisco Chagas Rodrigues.

Na sequência, nasceu o projeto *Sentimentos e Ressentimentos dos pobres em Teresina na década de 1970*. Veja que as pesquisas foram avançando dos anos de 1930 para os de 1970. Com esse projeto conquistei uma bolsa de produtividade do CNPQ e a mantive por seis anos. Produzindo e orientando projetos ligados à Teresina da década de 1970. Nesta década, o tecido urbano de Teresina sofreu uma intervenção substantiva e é um momento em que o número de habitantes cresceu de forma acelerada, cresceu a cidade, cresceram os problemas sociais. Teresina é uma cidade em

que o grande empregador sempre foi o estado e nos anos de 1970 e 1980, uma grande parcela dos moradores vivia na absoluta miséria. Eu ouvia e lia o prefeito Wall Ferraz discutindo a necessidade de geração de emprego e renda, pois boa parte da população vivia do subemprego ou estava desempregada.

No projeto *Sentimento e Ressentimentos* abarca um vasto conjunto de temas: saúde, doença, pobreza, migração, pessoas expulsas das proximidades do centro para áreas periféricas da cidade, dentre outros. Regiane Lima Monte²² fez um belo trabalho sobre a expulsão dos pobres das proximidades do centro de Teresina. Débora Silva Viana²³ fez trabalho espetacular sobre a construção civil, especialmente a construção do Estádio Albertão. Quer dizer, foram os projetos que eu montei e deles nasceram subprojetos de iniciação científica, monografia de final de curso, mestrado e, às vezes, de doutorado.

R.Q – Grande parte do desenvolvimento de suas pesquisas é baseado no olhar sobre a cidade e tem como fundamentação as fontes produzidas através da metodologia da história oral. Atualmente seu foco continua sendo Cidades? Com que outras fontes você anda dialogando nos últimos anos?

AN – Nos últimos três ou quatro anos incluí outras fontes em minhas pesquisas, mas não deixei cidades. Na verdade, a cidade continua sendo o foco das minhas preocupações. A diferença é que embora não tenha deixado Teresina, passei a olhar para uma cidade

²² Monte, Regianny Lima. **A cidade esquecida:** (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. – 2010. 235 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, 2010.

²³ VIANA, Débora Silva. Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970. – 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2010.

pequena, do sul do Piauí, chamada Oeiras e a motivação foi de trabalhar com *intelectuais*. Trabalhar com *intelectuais* me levou à *escrita de si*, que me levou a *Possidônio Queiroz*²⁴. Algumas coisas já foram publicadas, seja em livros ou em revistas. Os textos têm sempre uma ligação com *cidade, intelectual e correspondência*. Tenho uma certa ansiedade para trabalhar com coisas que me chamam atenção. Correspondência me encantou. Iniciei o trabalho com cartas indo à Oeiras, ministrar um curso. Na verdade, o primeiro material de Possidônio que tive acesso foram *scripts* de um programa de rádio, conduzido por ele na emissora Primeira Capital. Depois, o meu envolvimento com um projeto de pesquisa terminou me levando a Oeiras, tendo acesso às cartas de Possidônio; e aí

²⁴ Possidônio Nunes Queiroz (1904-1996) foi um intelectual que nasceu e viveu na cidade de Oeiras, Piauí. Lá participou de grande parte das manifestações socioculturais. Foi professor de português, história, advogado rábula, músico e redator do jornal "O Cometa" (1971-1976), mantendo a coluna História de Oeiras. Participou da criação do Instituto Histórico de Oeiras, também nos anos de 1970. Conferir: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Oeiras nos rastros de O Cometa**. Anais do X Encontro Sudeste de História Oral: Educação das Sensibilidades, violência, desafios contemporâneos, edição 1, 2013, Campinas - SP; **Oeiras por meio das cartas de Possidônio**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. Vol 10, Ano X, nº 1, 2013; **As cidades de Possidônio**. Vi Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Teresina, UFPI, 2013. TAPETY, Audrey Maria Mendes de Freitas. **Conversa entre amigos: correspondências trocadas entre Possidônio Queiroz e Bugyja Brito**. III seminário internacional História e Historiografia/ X seminário de pesquisa do Departamento de História da UFC, outubro de 2012. LIMA, Rodrigo Marley de Queiroz. **Os arranjos da Música em Oeiras por meio das cartas de Possidônio Queiroz**. Anais, Encontro de História do Campus "Prof. Possidônio Queiroz", agosto de 2013; **Entre a escrita de si e a escrita historiográfica**: Possidônio Queiroz e a escrita historiográfica nas revistas do Instituto Histórico de Oeiras In: II Encontro de História do Campus Possidônio Queiroz, 2015, Oeiras/PI. Anais II Encontro de História Campus Possidônio Queiroz. , 2015; **Possidônio Queiroz e as recordações sobre cotidiano de Oeiras na década de 1920** In: I Simpósio Internacional Brasil e Itália, 2015, São Luís/MA. Anais I Simpósio Internacional Brasil e Itália: cruzamentos transatlânticos e questões interdisciplinares, 2015.

comecei a escrever sobre Possidônio, Oeiras, escrita de si. No momento oriento uma dissertação de mestrado que envolve Oeiras e a escrita de si e sou uma espécie de co-orientador de uma tese de doutorado.

RQ – Do ponto de vista metodológico como é que você analisa as cartas fazendo uma comparação com outros tipos de fontes?

AN – Bom, eu não vou fazer nenhum tipo de comparação, certo! As cartas são fontes como as outras fontes são. São fontes com características distintas de outras fontes. Dependendo da correspondência as pessoas abrem o seu coração para o seu correspondente. Falam de coisas que só falam para pessoas de confiança. Mesmo tendo confiança elas não falam tudo, mas dependendo das circunstâncias e da amizade elas podem falar de saúde, de doenças, sofrimento de dores, de amores, do cotidiano, da cidade. São fontes riquíssimas na minha opinião.

As cartas terminam guardando alguma semelhança com a autobiografia, porque com a escrita de si, tenta-se enxergar a alma do outro. Cada carta é uma fonte inesgotável. Depende das perguntas que você vai fazer para elas e é assim com todas as fontes. Não pretendo deixar a história oral. Nós fizemos três entrevistas relacionadas à Oeiras e à Possidônio e tenho certeza que vou explorar essas entrevistas. Não sei o que, mas sei que vou escrever tendo como fontes as entrevistas. Aliás temos um compromisso de fazer mais uma entrevista nesse mesmo foco, com esse mesmo objetivo.

RQ – Bem, professor, essas foram as questões que me trouxeram aqui falando sobre essa sua colaboração para a historiografia do Piauí, seu trabalho com a metodologia da história oral. Você tem alguma coisa a mais para falar, para complementar?

AN – Na verdade, numa entrevista como essa vão ficando vazios, vão ficando vácuos que depois você lembra: devia ter falado isso, devia ter falado daquilo. Mas este é um trabalho com a memória que não é linear e não obedece a uma ordem fixa. Creio que de uma forma sintética percorri o caminho que eu fiz trabalhando, tentando produzir e orientando pessoas a caminhar também, mas esse trabalho não é nenhum favor, estou cumprindo minha obrigação, desejando sempre fazê-la da melhor forma que me é possível fazê-la.

CLIO ENTRE A DIGITAL HISTORY E A STORIOGRAFIA DIGITALE: A oficina historiográfica de Anita Lucchesi e suas contribuições à história digital no Brasil

Fagno da Silva Soares

A 'história/historiografia digital' poderá mesmo ficar restrita a um grupo de historiadores que vão usá-la como metodologia e/ou estudá-la enquanto campo? [...] Para ler o mundo digital e pensar historicamente no século XXI a academia precisa se abrir às discussões da 'história/historiografia digital' cuja emergência talvez vá além do surgimento de um campo ou de um método, mas expresse uma virada crítica no modus faciendi da Clio.

Anita Lucchesi

Entrevista realizada em 22 de março de 2017, com a historiadora Anita Lucchesi, pesquisadora filiada ao Centre for Contemporary and Digital History [C²DH – www.c2dh.lu] vinculada a Universidade do Luxemburgo. E também pesquisadora do Grupo de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal de Sergipe [GET-UFS] e do Laboratório de História Digital da Universidade de Luxemburgo. Integra a Rede Brasileira de História Pública [RBHP], à Federação Internacional de História Pública [IFPH] e ao Conselho Nacional de História Pública [EUA/NCPH].

Anita Lucchesi, jovem pesquisadora, sua produção historiográfica é inaugural aos estudos em história digital no Brasil. Suas reflexões lançam luz em diferentes campos historiográficos, história digital, metodologia da história e história oral com especial atenção aos estudos sobre imigração portuguesa e italiana em Luxemburgo, tecnologias digitais, história pública na perspectiva da história comparada. PhD em História Digital e História Pública pela Faculté des Lettres, des Sciences Humaines, des Arts et des Sciences de l'Éducation, na unidade de pesquisa Identités, Politiques, Sociétés, Espaces/ Institute of History da Universidade de Luxemburgo [2017]. É mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ 2014] e graduada em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ 2012], tendo realizado intercâmbio na Università degli Studi di Firenze [Itália, 2008]. Pesquisadora do Grupo de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal de Sergipe [GET-UFS]. É membro-fundadora da Rede Brasileira de História Pública [RBHP], associada e atualmente ocupando a função de tesoureira no mandato 2017-2020, na Federação Internacional de História Pública [IFPH] ao Conselho Nacional de História Pública [EUA/NCPH]. Também é Coordenadora Adjunta da área de Ciências Humanas e da Natureza no Plano Nacional do Livro Didático [PNLD] 2016. Participa do Conselho Editorial de alguns periódicos nacionais na área de história, atuou como parecerista no processo de avaliação dos livros didáticos de história no Programa Nacional do Livro Didático [PNLD, 2014/ 2015]. Sua pesquisa, "Historiografia em Rede: História, Internet e Novas Mídias: Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI" foi premiada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia [SBTHH, 2013].

Durante a entrevista, Anita Lucchesi falou de sua trajetória pessoal e profissional, e fez importantes reflexões acerca da operação histórica em tempos de cibercultura, das relações entre a história pública e a história digital, passando pelas tendências historiográficas

estadunidense e italiana da história digital e suas reflexões no Brasil, bem como, de suas experiências de pesquisas que realizou na Europa durante a graduação na Itália e doutorado em Luxemburgo.

Fagno da Silva Soares [FSS]: Bom dia, cara professora Anita Lucchesi. Inicialmente, agradecemos a disponibilidade em conceder-nos esta entrevista, sabemos o quão açodada é sua rotina acadêmica em Luxemburgo, e, por conseguinte, registramos o enorme prazer em entrevistá-la, mediatizados pelas tecnologias digitais para superar a distância entre Brasil e Europa. Destarte, tomemos como *flâneur*, inicial de nossa entrevista, elementos de sua trajetória pessoal e familiar, bem como, as motivações que a levaram à escolha da carreira de historiadora e de seu objeto de estudo.

Anita Lucchesi [AL]: Bom dia, Fagno. Agradeço o interesse da revista em meu trabalho, é muito gratificante assumir, por isso, a condição de entrevistada, algo que – rebobinando a fita – sentada nos bancos da escola, nunca havia imaginado. Venho de uma família pobre, de uma cidade da serra, Teresópolis. Embora meu pai, filho de imigrantes italianos, tenha tido condições de estudar bastante, chegando a entrar para o curso de Bacharel em Direito na Universidade Federal Fluminense nos anos 1970, minha mãe teve uma trajetória bem diferente, tendo estudado apenas até à antiga 4ª série do Ensino Fundamental, perfil que era mais comum no restante da família materna, com quem eu mais convivía. Comecei a trabalhar fora com quinze para dezesseis anos, um pouco mais tarde que minha mãe e seus, antes dos 12 anos, razão pela qual os estudos acabaram ficando pra trás. No meu caso, tentei conciliar os dois. O primeiro livro inque li inteiro foi aos 15 anos, graças a uma professora de Língua Portuguesa de uma escola pública, que me estimulava muito e que foi também quem, em um momento de apuros, me indicou para meu primeiro trabalho, numa das padarias “chiques” do centro da cidade, como balconista. Naquela altura,

além do emprego, houve uma mudança importante em minha vida, fiz uma prova para um “bolsão” de uma escola particular, convidada por um professor de geografia que então tinha sido meu professor por dois anos consecutivos na escola municipal em que eu estudava.

Ao passar em primeiro lugar, consegui uma bolsa de 75% do valor da mensalidade. Mesmo trabalhando, na minha realidade, 25% ainda era fora do alcance, e foi então que este professor resolveu me “doar” o que faltava para que eu pudesse mudar de escola, me dando inclusive o vale-transporte, já que alunos da rede privada não tinham a “carteirinha” do ônibus. Aquilo foi verdadeiramente um divisor de águas. Nessa escola aprendi, nos anos seguintes, que UFF, UNIRIO, UFRJ e UERJ eram siglas para universidades públicas, foi lá que finalmente fui entender o que significava vestibular e foi lá que decidi fazer História. Inspirada também pelos professores que ali encontrei, resolvi que, como eles, queria dar aulas. Tinha algo de revolucionário no ideal de educação deles... Com o tempo, descobri que isso atendia pelo nome de Paulo Freire, que aos poucos descobri quem era para além das citações que lia aqui e ali nos materiais da escola. Escola que passei a amar, de verdade, como se fosse uma segunda casa, uma noção alargada da minha própria família. Digo tudo isso pra explicar que foi através da escola que me emancipei, e ao decidir me tornar professora de história eu queria tentar fazer parte daquilo, daquele espaço revolucionário e feliz, para o resto da vida. Quando comecei a cursar o curso de Bacharel em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no entanto, descobri uma outra dimensão do que era “fazer história”. Logo na primeira aula do primeiro dia do semestre, no curso de introdução a estudos históricos, descobri que tudo aquilo que ia parar nos livros didáticos não era apenas algo socialmente construído, como tinha visto no Ensino Médio, mas que aquele processo em si tinha uma história, e que havia também um modo de fazer, que se transformava ao longo do tempo, que se “historicizava” também. E foi assim, numa noite do ameno inverno carioca, que

aprendi com o saudoso Professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, o que vinha a ser um novo elemento de fascínio para mim, a historiografia. Daquele dia em diante eu deixei de ter certeza sobre muitas coisas, e uma delas era a de que eu poderia ser feliz pertencendo apenas à sala de aula da escola. Passei, inconscientemente, a querer muito chegar à sala de aula da Universidade e a admirar profundamente o universo da pesquisa e os mundos paralelos das notas de pé de página. Enfim, enquanto historiadores somos sempre tão “assombrados” por esse tal mito das origens, mas se eu tivesse que apontar um momento em que eu, mais ou menos, optei pelo estudo história e da historiografia, eu diria que foi por aí.

Fagno Soares: Fale-nos um pouco das influências historiográficas que teve durante sua graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no doutorado em história pública e digital em Luxemburgo. Quais historiadores exerce[ra]m papel importante na sua formação inicial e/ou continuada enquanto pesquisadora? Somando-se a isto, a célebre pergunta de Marc Bloch, aqui parafraseada, para que serve a história digital? Como você avalia os impactos epistemológico e metodológico da história digital no ofício do historiador do século XXI, dado ao crescente interesse pela temática?

Anita Lucchesi: Sem dúvidas, a primeira grande influência para mim foi o próprio Professor Manoel Salgado [que mencionei na resposta anterior]. Sua trajetória foi inspiradora e suas aulas, foram, pra mim, os primeiros grandes “textos” sobre que tive acesso, deixando sempre com muito mais perguntas que respostas, ao seu gosto, e nos inspirando, enquanto formador, a gostar da dúvida, toma-la como oportunidade. Com o Professor Manoel reli o Marc Bloch que você acabou de citar. Digo reli, pois eu tinha me dado o “Apologia da História” de presente, no mês de abril, no ano do vestibular, o

qual li com os olhos de uma aluna do Ensino Médio. Quando li o Bloch de novo pela primeira vez, à luz dos questionamentos que nos fazíamos no curso de metodologia, um mundo se abriu. Eu gostava da simplicidade como ele escrevia, é claro, bem marcada pelas circunstâncias em que aquele livro fora produzido. A história do livro inacabado, aliás, além do título certeiro para uma vestibulanda e da bela capa iconográfica da Zahar [2002] tinham influenciado na compra, quando Bloch era ainda um nome qualquer para mim. Algo do meu fascínio por sala de aula e pela história pública estavam ali no “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos estudantes”.

A imagem do historiador que aprendi a admirar tinha a ver com o que Bloch descrevia – e talvez porque ele descrevia. Eu queria ser como o ogro da lenda, o qual, dizia ele “Onde fareja a carne humana, sabe que ali está a sua caça.” Em 2008, para a realização de um intercâmbio na Itália, graças à existência de um convênio entre a UFRJ e a Universidade de Florença, vivi um ano e pouquinho com a minha avó paterna na cidade de Florença e lá, um dos meus maiores prazeres era gastar o tempo “livre” em bibliotecas e livrarias. Foi assim que, por acaso, o livro “La Storiografia Digitale” [Ragazzini, 2008] me encontrou. Era um livro bem datado, trazendo artigos com reflexões muito instigantes sobre história, internet e mídias digitais – nada de iconografia na sóbria capa da UTET, dessa vez foi mesmo o título que me capturou subitamente. Pouco depois eu escrevia ao Professor Manoel sobre esse novo interesse. Eu tinha saído do Brasil, após cursar uma disciplina eletiva sobre História, Memória e Patrimônio com ele em que os estudos de memória tinham me chamado muito atenção, e como mais de uma vez falamos do papel da tecnologia em sala, como meio e suporte, começamos um breve diálogo por e-mail. Empolgada pela leitura e pelo incentivo do Prof. Manoel, fui bater à porta de um dos autores, que estava bem ali ao meu alcance, na Villa Salviati, onde se encontravam as instalações da biblioteca do belíssimo Instituto Universitário Europeu. Apesar de ser uma aluna de graduação e me apresentando com um italiano bem

“macarrônico”, à época, Serge Noiret me recebeu com muita paciência e entusiasmo. Ele me guiou por uma visita à biblioteca do instituto e depois conversamos longamente.

Nesse dia mesmo, Serge me passou inúmeros links com referências sobre o tema da história digital, e foi em torno dessa serendipidade que meu interesse pelo tema da história digital cresceu, e não posso negar a influência que esses encontros tiveram. Isso somado a leituras de textos como o já clássico “A escrita da história” de Michel de Certeau me marcou bastante. A noção de que a produção da história é fruto de uma atividade laboral marcada por tantos aspectos práticos e subjetivos, de que é uma mesma operação complexa, em que nada, nadinha, nem temas, nem fontes, nem onde estamos, nem mesmo as ferramentas que usamos para escrevê-la, é neutro também foi e é muito importante no meu modo de pensar a nossa disciplina, já pensando no que é a história digital [ou pra que ela serve, para já começar a te responder].

A história digital, como eu comecei a perceber melhor no final do meu mestrado, pode ser apenas um termo para explicar um momento transitório, em que a história não se faz mais exclusivamente com os meios analógicos, ou com os acessórios informáticos de um tempo dominado pelo editor de texto e pelas tabelas eletrônicas. No tempo presente, na cultura [do] digital em que estamos imersos, o uso das tecnologias digitais no dia-a-dia e no fazer do nosso ofício de historiadores pode ter desdobramentos bem interessantes, alguns até com implicações bastante singulares para a escrita da história, como o surgimento de fontes nascidas originalmente em meio digital [*born digital*], e de técnicas de leitura e análise de dados feitas pelas máquinas, como automatização de leitura [*scalable reading*] e diversas formas de mineração de textos [*text-mining, topic modeling*], análise de redes de relacionamento [*network analysis*] e novas formas de gerir, interrogar e visualizar grandes quantidades de informação [*data Science, data visualisation, big data etc.*]. Toda essa novidade tecnológica traz novos problemas

para os profissionais de arquivo, de patrimônio e da história. O modo como lidamos com documentação e memória muda, o modo como compartilhamos, muda e se criam também novas formas de “consumir” a história, pra tomar emprestada a expressão de Jerome de Groot quando escreve sobre história pública. No ano em que eu nasci, 1986, o historiador da tecnologia Melvin Kranzberg formulou algumas máximas sobre a tecnologia, dentre as quais, a primeira *lei* resume o ponto que quero chegar *technology is neither good nor bad; nor is it neutral*. Embora isso tenha sido dito há mais de trinta anos, os saltos de avanço tecnológico, cada vez mais amiúde, atualizam a seriedade dessa frase que é simples, mas coloca para nós historiadores uma questão muito importante e complexa: como o desenvolvimento tecnológico influencia/altera/condiciona o nosso trabalho?

A meu ver, independente do modo como alguns estudiosos a tratam – campo, método, tendência historiográfica ou qualquer outra definição que valha – a história digital é um espaço dinâmico de experimentações, em que se busca refletir sobre esse processo de mudanças, em que se testam e se questionam essas novidades todas, ora de maneira mais teórica, ora de maneira mais pragmática. Sem dúvidas, o termo história digital é também alvo de disputas e o debate por sua definição, às vezes, acaba sendo pouco interessante. Mas há já bastante discussão tanto nas humanidades digitais, quanto na história digital, mais especificamente, que escapam à conversa estéril sobre o que somos, para refletir sobre o que fazemos quando fazemos história digital, partindo para uma do uma abordagem mais “mão na massa” mesmo, que checa as possibilidades e limites de forma prática, mas sem abandonar a crítica em nome da técnica, portanto, buscando um modo mais auto-reflexivo. Epistemologicamente, ainda estamos pra ver a consequência de tudo isso, mas sem dúvidas, a vidara digital nos coloca a necessidade de mais auto-reflexão sobre as nossas práticas, para problematizarmos as condições de produção da história hoje. E

refletir sobre o que fazemos e como fazemos, considerando atentamente os meios que utilizamos para isso pode parecer algo muito banal, mas um questionamento profundo, uma desnaturalização radical das nossas práticas hoje, nos ajudará certamente a compreender o que é fazer história ao longo do tempo, reconhecendo que a disciplina é viva incorpora novas dinâmicas, de acordo com o seu tempo.

Assim, penso que uma das contribuições mais importantes que os pesquisadores que se lançaram à história digital podem dar, ao promover a reflexão sobre os novos “modos de fazer”, seja documentar e criticar, historicizar, por assim dizer, a operação historiográfica desse contemporâneo digital. O que muda na fase documental da pesquisa? Quais são as ferramentas disponíveis e como elas podem nos ajudar a interrogar o passado? É possível fazer perguntas novas ou explicar a história de outra forma agora? Como isso reflete no ensino de história e na divulgação o do conhecimento histórico para o grande público? Parece que estou devolvendo as perguntas – e estou – mas acho que o exercício de tentar respondê-las de forma densa, pode nos mostrar que há mais do “velho” no novo do que pensamos, e que talvez, para fazer uma boa história *digital*, temos que primeiro saber fazer uma boa história *analógica*, para daí, com uma boa dose de curiosidade e disposição para compreender ao menos um pouco dos aspectos técnicos, podermos começar a elaborar sobre o que é possível e original agora. Digo isso ciente de que existe um certo *frisson* em torno do digital que respinga na história digital, por vezes apresentada como algo revolucionário, quebradora de paradigmas, refundadora da disciplina.

É preciso reconhecer que para além do *hype* que acompanha o termo digital, a história digital não se trata apenas de fazer algo esteticamente diferente, sair do formato monográfico impresso para algo baseado na Web, com animações e os mais variados recursos multimídia. Sem dúvida a forma muda e isso é por si só algo

relevante. Contudo, arriscaria dizer que na esteira da operação historiográfica as consequências mais sensíveis do digital são mesmo anteriores à questão do formato, começam com a colocação de um problema historiográfico, condicionando ora mais explicitamente, ora menos, o constructo intelectual que elaboramos antes mesmo de ir à campo. Com isso, quero dizer, por exemplo, que a existência de determinadas técnicas ou ferramentas influenciam até nas perguntas que podemos fazer, na previsão e escolha das fontes que vamos trabalhar e como planejamos fazê-lo.

Porém, de tão sutis, muitas vezes esses condicionamentos passam despercebidos. Não raro o que mais se conhece e se discute sobre os trabalhos de história digital, entre não praticantes, é o produto final, o que é bastante razoável, pois é o que os não especialistas acabam tomando conhecimento. Em todo caso, compreender os hibridismos implícitos ao fazer da história digital pode ser muito interessante para que se desmistifique a ideia de revolução, e se possa começar a observar e criticar a história digital, e assim tirar proveito dela, nas suas especificidades.

Posso imaginar, por exemplo, que para os estudiosos da história contemporânea o letramento digital de base para compreender como funcionam determinadas ferramentas e plataformas digitais pode ser de grande importância para vislumbrar possibilidades de trabalho com fontes nascidas digitais. E com isso, não quero dizer que o historiador de hoje será necessariamente um programador, um expert em ciência da informação, um super entendido de computação. Ao contrário, devemos estar cada vez mais atentos ao que é fazer história hoje, ao fazer e criticar a seleção de fontes e ferramentas e métodos que vão nos ajudar a realizar uma pesquisa, e por isso o cuidado no tratamento das fontes, o apreço pelo rigor e honestidade da interpretação, o exercício hermenêutico, feito pelo homem e não pelas máquinas, permanece tão crucial. Nesse sentido, quase meio século depois, me sinto mais confortável em discordar do que outro *Annales*, o francês Emmanuel Le Roy

Ladurie, disse acerca da técnica “O historiador de amanhã será programador ou não será” [Ladurie, 1968]. Aqui no *Centre for Contemporary and Digital History* da Universidade de Luxemburgo, embora sejamos muito estimulados a participar de oficinas e treinamentos específicos para a manipulação de determinados *softwares*, nem todos somos exímios programadores, a começar por mim mesma, que me limito bastante ao uso das interfaces amigáveis do usuário, tendo começado apenas recentemente a me aventurar nos terminais de comando. Contudo, algum conhecimento técnico é preciso para abrir a caixa-preta e superar alguns obstáculos, entender o funcionamento de determinado programa e conseguir compreender se este pode ou não ser útil para essa ou aquela pesquisa. O mote da unidade de treinamento doutoral que começou por aqui este ano [2017], tendo por tema “História Digital e hermenêutica” é, justamente, o da experimentação lúdica e criativa com ferramentas tecnológicas e digitais para a interpretação e apresentação da história, o que no C²DH resumimos como *thinkering* uma junção dos verbos do inglês *tinkering* [mexer, fuçar] e *thinking* [pensar].

Fagno Soares: Compreendemos, pois o campo da história digital, um espaço profícuo ao debate interdisciplinar de pesquisadores, amalgamando diferentes linguagens e tecnologias. O crescente interesse pela temática, sublinha a necessidade de refletirmos acerca das disputas conceituais e de campo da história digital, bem como, suas perspectivas, experiências e tendências no Brasil. Deste modo, como você tem avaliado a história digital no Brasil e sua relação com a história pública?

Anita Lucchesi: Minhas primeiras impressões, quando comecei a pesquisar a relação entre história e novas mídias no Brasil era de que havia uma grande resistência ou, melhor dizendo, um certo desinteresse pelo tema. Os primeiros artigos sobre o tema nem

utilizavam a expressão história digital, ou ainda historiografia digital. Atualmente o quadro é outro, e tudo mudou muito rapidamente. Se os textos em português [traduzidos ou originalmente escritos no Brasil] do final dos anos 1990 e início dos 2000 tangenciavam o tema, ao discutir cibercultura, ciberativismo, leitura digital, novas tecnologias de informação e da comunicação na sala de aula, os textos da década seguinte já são bem mais diretos na colocação de questões pertinentes à relação entre a nossa disciplina e a novidade da Web, atualizando para a realidade 2.0 o que o Prof. Luciano Figueiredo havia bem pontuado sobre o uso do computador [mais focado na informática e o universo 1.0] e a história num texto presente na coletânea *Domínios da História*, em 1997.

Já abrindo a nossa década, eu destacaria o certeiro “Escritos sobre história e internet” do Prof. Dilton Cândido Santos Maynard, com quem trabalhei durante meu mestrado. Em 2011, essa coleção de breves ensaios já colocava a questão de forma muito madura, não se tratava de avaliar a tecnologia como “boa” ou “má”, mas buscar entender como, qualitativamente, ela alterava a nossa disciplina. Se o trabalho de Noiret tinha sido importante para me fazer chegar à história digital, essa publicação do Prof. Dilton se constituiria numa importantíssima referência para mim no Brasil, especialmente no que diz respeito ao apelo pela crítica e o esforço pela superação dos maniqueísmos e preconceitos que por vezes comprometiam o interesse e as eventuais abordagens pelo tema.

Na linha do que dizia Kranzberg sobre a não neutralidade, Prof. Dilton, falando do lugar de um estudioso do tempo presente, buscava sensibilizar o leitor sobre as várias facetas do problema “história e internet”, do ponto de vista pedagógico e historiográfico, convidando à reflexão e abrindo espaço para diálogo. A falta de outros trabalhos [escritos] de fôlego sobre o tema, consagrou os eventos acadêmicos como fóruns por excelência para esta temática, criando oportunidade para os interessados no mesmo problema se encontrarem, trocarem experiências e compartilharem questões e

referências. A tecnologia começou a ser cada vez mais frequente nas ANPUHs regionais e nacionais na última década. Quando estava escrevendo a minha monografia, lembro bem de que os anais de eventos eram, no Brasil, os principais espaços de veiculação de textos articulando história e tecnologia de alguma forma. Mas isso começava a se intensificar mesmo, só em 2011, quando, para o Simpósio Nacional de História [ANPUH, SP] landra Pavanati e Richard Perassi Luiz de Sousa da Universidade Federal de Santa Catarina, à época, discutiam um trabalho intitulado “História Digital, Ensino de História e Tecnologias de Comunicação Digital”. Neste texto, os autores apontavam a escassez de trabalhos na área, mas já apontavam que o digital impunha para a história a necessidade de rever sua práxis.

Atualmente, além de ser cada vez mais raros congressos que não apresentem ao menos mesa ou trabalho abordando um tema afim, tem se tornado mais comum a presença do tema em revistas acadêmicas e mesmo dossiês especiais, como este, aliás. Isso certamente revela que houve uma abertura significativa em vista da relativa resistência que eu dizia no início. Abertura que, sem dúvidas, viabiliza conversas e trocas que acabam por sensibilizar mais e mais pesquisadores. Lembro que durante a graduação, a única pessoa com quem eu realmente trocava algo sobre a história digital era a Camila Guimarães Dantas, que também tinha sido orientanda do Prof. Manoel. Camila tinha escrito um trabalho para a ANPUH 2009 sobre a escrita da história em suporte digital que me ajudou muito a compreender os desafios e a importância de explorar mais esse nicho. Hoje, felizmente, a paisagem está colorida no que diz respeito a perspectivas de análises, espaços de fala, enfoque teórico...

Nos anos do mestrado, além da intensa colaboração com o Grupo de Estudos do Tempo Presente [UFS], que se lançava à problematização de fontes nascidas digitais, ciberetnografia etc., também passei a fazer atividades e escrever com companheiros de viagem como Marcella Albaine e Bruno Leal, que por caminhos

diferentes, seja pelo ensino da história que pela comunicação e divulgação científica, chegaram à mesma praça de debate. E esta agora só tem se alargado, felizmente, com sujeitos de campos cada vez mais distintos: memória, ensino, arquivo, informação. Ano passado, no Rio de Janeiro, por exemplo, houve a inauguração do Laboratório de Humanidades Digitais [LHuD], do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas [FGV, CPDOC], com um ciclo de palestra.

O palestrante de abertura seria ninguém menos que o Prof. Ricardo Pimenta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [IBICT/UF RJ], que há alguns anos vem se dedicando à pesquisa de memória e, mais recentemente, aos desafios da memória digital. Embora esse movimento possa fazer crer que, mais uma vez, é no ensino e nas águas da história contemporânea que essa discussão escorre, também é possível observar, no últimos anos, o surgimento de outras pesquisas que extrapolam a educação e registro contemporâneo mais factual, como por exemplo o trabalho do Prof. Tiago Gil na Universidade de Brasília com o desenvolvimento do Atlas Digital da América Lusa, ou o do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade [NEHM], da Federal de Ouro Preto, que vem propondo um reflexão provocadora a partir da teoria da história.

Não vou ficar aqui listando o nome de todos os pesquisadores envolvidos com história digital de alguma forma, pois terminaria por cometer muitas injustiças, haja vista a rapidez com que este debate tem se atualizado, mas acho importante pontuar esse dinamismo e a crescente diversificação de abordagens, que é para mim uma das tendências do momento nisto que você chamou de "campo". Por falar em atualização, aliás, o trabalho recente dos professores Mateus Pereira e Valdeir Araujo [NEHM/UFOP] sobre *Updatism / Atualismo*, é um bom exemplo dessa diversificação e demonstra também um substancial amadurecimento da discussão em nível nacional. Ao refletirem sobre o conceito de atualização na

experiência histórica na Era Digital, os professores Mateus e Valdeci dialogam com muitas referências e audiências não-brasileiras, colocando o Brasil no mapa também quando se trata de investigações mais filosóficas. A reflexão sobre o *atualismo* como eles propõem é, para mim, uma das maiores sacadas que já vi até agora para pensar historiografia e temporalidade na era digital. Eles situam a problemática numa significativa ruptura entre o momento historicista-moderno e um “cronótopo” – como quereria Gumbrecht – ou “regime de historicidade” – se ficamos com Hartog - que emerge no Pós Segunda-Guerra.

Ando muito curiosa para ver o desenvolvimento desse trabalho, até porque eles atualizam também o tipo de fonte que utilizam para pensar o problema, se antes os clássicos textos historiográficos, crônicas, romances históricos etc., hoje se pode também, e se deve, pensar nas séries de TV [a cabo e *online streaming*], como *Black Mirror* ou *Sense8*. Eu espero que uma reflexão como essa, a partir desse relativamente novo documento de ficção, fruto do tempo do alto consumo de informação e entretenimento instantâneo e personalizado [como no caso dos conteúdos Netflix], venha a contribuir muito para que aprofundemos as análises sobre o digital e consigamos ter uma compreensão mais holística de como a tal “virada digital” aparece na história da historiografia e por quê é importante estudá-la não apenas no que diz respeito ao ensino e divulgação da história, mas também no que diz respeito às práticas de escrita da história propriamente dita.

A relação da história digital com a história pública também passa muito pela realização de eventos, em que a sinergia entre projetos que discutem a divulgação da história para grandes públicos e o engajamento do público na realização de projetos, com iniciativas de história digital fica muito clara. O fato da Internet ter se tornado um dos principais canais para ampla divulgação de informação é um dos pontos altos nesse namoro da história digital

com a história pública, mas há outros aspectos metodológicos interessantes, como a possibilidade da realização de projetos fazendo *crowdsourcing*, ou o potencial lúdico e pedagógico da história digital que pode servir a história pública. É a tecnologia, neste caso, a principal ponte, mas também não podemos esquecer que a vocação interdisciplinar e de colaboração, tão forte na história digital, à aproxima por demais dos ideais da história pública, mesmo muito antes da popularização da Web [anos 1990]. O principal lugar desse encontro, e dessa colaboração, no Brasil [mas não só], me parece a ser a história oral, em que o convite à reflexão sobre a “autoridade compartilhada” de que nos fala Michael Frisch, leva, facilmente, ao encontro com o público. As tecnologias, nesse caso, vêm já há algumas décadas mediando essa relação, - por quanto mudem, do gravador analógico ao mais moderno aparato de gravação audiovisual, elas estão sempre lá.

Não por acaso, no Brasil, a Rede Brasileira de História Pública reúne tanta gente trabalhando com história oral, nomes de colegas como Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Rovai e Ricardo Santhiago, envolvidos realização de diversos eventos, organização de oficinas e minicursos, além das principais publicações sobre o tema no Brasil “Introdução à História Pública” [Almeida & Rovai, 2011] e “História Pública no Brasil – Sentidos e itinerários” [Mauad et al., 2016]. Tanto no que diz respeito à diversificação de abordagens, quando no que diz respeito à interação cada vez maior com a história pública, penso que a história digital tenho muito a ganhar. Só fico sempre desconfiada quando qualquer coisa com o adjetivo digital parece ser interessante... Por isso, acho que um caminho segura é tentar ler e interpretar também o próprio movimento que instaura essa “moda”. E isso é um trabalho para todos, não só para quem pensa a historiografia. Ser auto-reflexivo e crítico sobre os processos de escolhas que nos levam a certos temas ou métodos não significa que tenhamos que escrever dois ou três capítulos extras nos nossos trabalhos [ou talvez sim,

risos], talvez alguns parágrafos e notas de rodapé resolvam, o interessante, eu penso, seja tentar tornar explícito os processos de seleção, tantas vezes implícitos. No que diz respeito à história digital e a história pública, penso que esta explicitação também ajudaria aqueles que estão de fora a entender a relevância dos estudos e quiçá desmistificar algumas visões equivocadas sobre a história pública e digital ser apenas uma espécie de “história cosmética/cosmetizada”, concentrada apenas na forma, sem real significado ou importância. A primeira aula que dei aqui na Universidade de Luxemburgo, aliás, foi em dezembro de 2015, para uma turma do mestrado em História Contemporânea da Europa, e me lembro bastante que demorei pra escolher o título certo para o primeiro encontro: *Digital Public History: towards a step beyond the hype*.

Fagno Soares: A Rede Brasileira de História Pública [RBHP], congratulam interdisciplinarmente pesquisadores, profissionais e estudantes que perscrutam acerca da história pública e tem contribuído na promoção de discussões e difusão do conhecimento histórico que gravitam em torno da temática. Neste sentido, em que medida a história pública e a história digital se aproximam e/ou distanciam? Qual o contributo desta no fortalecimento da outra?

Anita Lucchesi: Muito importante esta pergunta. Nem toda história pública é digital e, algumas vezes, o contrário também é verdadeiro. Sem dúvidas, a rede mundial de computadores proporcionou um espaço novo para a popularização de formas de história. Esse processo ocorre tanto no sentido da história acadêmica sendo divulgada para um público mais amplo, a partir das redes, quanto no sentido da emergência de novos autores, de não-historiadores, que se dedicam a alimentação de sites ou canais de vários tipos [nas redes sociais ou outros ambientes, como os novos “youtubers”] relacionados à história. Contudo, seria equivocado imaginar que

qualquer site com conteúdo de cunho histórico na internet seria um lugar de história pública e digital. Se tudo é [ou fosse] história pública e história digital na web, nada o é [ou seria].

Cada prática tem uma sua especificidade e como no Brasil a emergência da história pública [com este nome] a partir das atividades da RBHP coincide, mais ou menos, com o aumento das discussões acerca da história digital, às vezes receio que haja uma confusão entre o que cada uma é - embora, é verdade, haja muitos pontos de contato e em muitos aspectos elas se complementem, como escrevemos Bruno Leal e eu em um capítulo do último livro organizado pela Ana Mauad, Juniele de Almeida e Ricardo Santhiago "História Pública no Brasil – sentidos e itinerários" [Letra & Voz, 2016]. Neste artigo Bruno e eu falamos de como as tecnologias digitais e a internet favoreciam a divulgação histórica num encontro entre história digital e pública. Eu gostaria de aproveitar a sua pergunta para chamar atenção para as diferenças entre elas e lembrar que antes desse casamento que pode parecer tão natural, o que ocorre é uma espécie de transformação nas práticas, uma atualização de uma pela outra, vejamos. De saída, é preciso lembrar que a história pública [sob diferentes designações em cada país], é algo que remonta os anos 1970, e portanto muito distante da forma de história digital que conhecemos hoje.

No Brasil, generalizando bem, para encontrar um denominador comum, eu diria que a nossa ainda jovem história pública esteve quase sempre engajada com temas relacionados à justiça social, de modo que seria possível observar um desejo muito forte de inclusão, de diversidade, de polifonia, que pudesse contemplar os diferentes sujeitos da pesquisa de pesquisa, quase sempre ressignificando a ideia de autoria e autoridade de um projeto, e tendo objetos de estudo como sujeitos autores e [ou] co-autores de estudos. Essa atitude pró-engajamento cívico, reconhecendo na função historiadora uma função social, não necessariamente se apresenta em projetos de história digital, mas

claro que isso pode acontecer, e acontece bastante. O trabalho de historiadores e antropólogos nos quilombos fluminenses, por exemplo, são bem anteriores à popularização da Web no Brasil, e a participação das diferentes comunidades como atores históricos nesses projetos não dependia em nada da tecnologia. Contudo, um exemplo recente de como a tecnologia digital pode vir a somar em projetos de história pública pode ser visto no projeto Passados Presentes [<http://passadospresentes.com.br/>] coordenado pelas historiadoras Hebe Mattos, Martha Abreu, Keila Grinberg, que desenvolveram um aplicativo para refazer trajetos da escravidão e do tráfico negreiro no estado do Rio.

Nesse caso, a tecnologia mobile e a possibilidade de integrar os trajetos a mapas e a utilização de QRs codes para acessar informações in loco foram grandes aliadas. Os sistemas de informação geográfica e a tecnologia mobile, também têm sido recursos cada vez mais comuns no que diz respeito a materiais didáticos digitais que potencializam a saída da sala de aula. Um conceito interessante nessa junção do caráter pedagógico, com GIS e atividades externas é o de “curadoria da paisagem” [ver curatescape.org] como desenvolvido nos projetos liderados pelo time do historiador público Mark Tebeau da Cleveland State University. Há em iniciativas como a do Passados Presentes e outras como essa da curadoria da paisagem muitos aspectos afins da história pública e da história digital, mas para mim um dos grandes potenciais aqui é o crowdsourcing e a possibilidade de usar a tecnologia de modo a permitir “a shared authority” como nos fala o historiador Michael Frisch.

Bem conhecido pelos praticantes da história oral, Frisch recentemente também tem se decidido a como as tecnologias digitais podem transformar a prática da história, e por quê não, da história pública. Para ele, e eu também me inspiro muito nessa visão, o digital nos ajuda a criar lugares de encontro como uma cozinha, um espaço magnífico de conversa, certo? Quem não gosta de um

dedinho de prosa na cozinha? Acho um dos pontos altos dessa metáfora é possibilidade de misturar os cozinheiros, de trocar receitas, experimentar com diferentes ingredientes... sem necessariamente poder controlar o resultado. Nisso o apêlo à interdisciplinaridade, o convite a sair da nossa zona de conforto, é grande. Essa experimentação, como eu vinha dizendo acima, é para mim um dos pontos altos das formas de se explorar história digital e, em se tratando de história pública, experimentar novas ferramentas para entrar chegar a novos públicos e autores, é, a meu ver, um dos mais fortes contributos que o lado digital pode oferecer.

É, aliás, nessa seara que venho desenvolvendo minha tese de doutorado, refletindo sobre as condições de produção da história [pública e digital] hoje. Com sorte [e tempo] conseguirei publicar alguma coisa em português sobre meu experimento com um aplicativo mobile desenvolvido pelo Frisch, o crowdsourcing a partir desse app [www.PixStori.com] é uma etapa documental central do meu projeto de História Pública e Digital sobre memória da migração no Luxemburgo.

Fagno Soares: Em sua pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro [PPGHC/UFRJ], *Digital history e storiografia digitale*: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente [2001-2011], sob a orientação do professor Dilton Cândido Maynard, você realizou um estudo comparativo entre duas tendências historiográficas: a norte-americana *Digital History* e a italiana *Storiografia Digitale*, estabelecendo suas relações de diferenças e similitudes. Trata-se de um estudo inaugural no Brasil que fez frente ao início da constituição de um conceito em história digital no Brasil. Atualmente no Brasil vem se discutido muito sobre a história pública, e mais recentemente sobre a história digital, em certa medida, tem ocorrido um esforço no sentido de elaborar um conceito à história pública e história digital praticadas no Brasil.

Devo destacar que sua pesquisa *"Historiografia em rede: história, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI,"* foi premiada em 2013, pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTTH. Neste sentido, diga-nos como tem se dado a história digital *la brasileira*? Quais as contribuições da tendência estadunidense e italiana para a constituição conceitual e metodológica da nascente história digital brasileira? E como você situa sua dissertação de mestrado neste contexto?

Anita Lucchesi: Primeiramente devo dizer que é muito gratificante saber que o meu humilde trabalho se tornou uma referência e fico lisonjeada [e apavorada, rs] com o termo "estudo inaugural". Obrigada pela pergunta específica sobre a minha dissertação, aliás. Contudo, acho que vou me repetir, se voltar a falar das minhas impressões sobre o que era a discussão da história digital no Brasil quando comecei a pesquisa, resumindo, aquele movimento de sair de uma certa resistência para entrar na moda, quase. Hoje em dia, cada vez mais fala-se do digital e da história, ainda que nem todo mundo dê esse nome, mas quando vejo "história digital" ou "historiografia digital" tenho a impressão que o trabalho é de alguém também leu algumas referências de fora do Brasil [e aí, nem acho que meu trabalho seja tão relevante]. Um aspecto importante para pensar o que você chamou de história digital à "la brasileira" e a influência italiana ou estadunidense nisso é pensar a predominância do inglês na área...

Como observei na minha dissertação, raras vezes, os historiadores trabalhando nos EUA sobre o tema citavam nominalmente trabalhos italianos, e aí ficou em aberto uma questão que não consegui responder se essa diminuta referência se devia a uma aspecto teórico ou simplesmente à não-leitura de textos em italianos. Pessoalmente, hoje, tendo circulado um pouco mais os fóruns internacionais de história digital e humanidades digitais eu

tenho a impressão que a baixa publicação de historiadores italianos em língua inglesa é, sem dúvidas, o maior obstáculo. Mas, ao mesmo tempo, para o período que analisei em minha dissertação [2001-2011], esse obstáculo era uma dificuldade, vamos dizer, bastante conveniente para quem produzia nos EUA, até porque havia [e isso perdura] aquela sutil disputa pela definição do que vinha a ser a história ou historiografia digital e aqui, falando em termos globais, sem dúvidas quem saiu ganhando em termos de difusão do termo, possibilidade de demonstração etc. foram os estadunidenses. Estou simplificando o quadro, quando digo isso, é claro, mas em linhas gerais, isso também ocorre no Brasil, sendo muito mais raro encontrar referências aos italianos também por aqui.

Não se trata porém, aqui, de fazermos uma defesa [ou um ataque] de um lado ou de outro, mas observar as diferenças. Uma característica muito forte da prática e definição do que é história digital como proposta pela turma da George Mason, por exemplo, é a abrangência do ensino de história também. Nos EUA um dos primeiros “produtos” de história digital foi uma espécie de material didático digital, um CD-Room, ainda tem gente que usa essa expressão?, chamado “Who Built America?” [Rosenzweig, Brier e Brow, 1995], escrevo sobre isso também na dissertação e não vou me alongar aqui sobre as características desse material, mas este é um dado muito significativo, o de que uma das primeiras produções-referência era uma coleção multimídia de fontes históricas para serem utilizadas em sala de aula.

Não fiz nenhuma densa pesquisa bibliográfica sobre o espaço de produção italiana recentemente, mas para a época estudada, esse enfoque pedagógico não era uma preocupação muito forte para quem produzia por lá. A ideia da “storiografia digitale” – e aqui é importante pensar na utilização do termo historiografia e não apenas história – era mesmo uma de discutir questões muito caras à operação histórica, como queria Certeau, mas concentrando-se na área da pesquisa. No Roy Rosenzweig Center

for History and New Media, da George Mason, "Teaching" sempre foi [é possível até consultar isso na *way back machine* via InternetArchive.org] uma sessão importante do website deles, cartão de visita do centro, podendo-se perceber que mesmo na hierarquia do site o ensino aparecia em pé de igualdade com as ferramentas que este centro desenvolvia para se "fazer história digital" e o elenco de projetos de pesquisa em história digital.

No Brasil, me parece que o ensino também tem uma centralidade igualmente importante, desde os primeiros trabalhos de congresso sobre história, novas mídias e internet, por exemplo, como comentei acima, até os trabalhos mais recentes como o da Marcella Albaine sobre ensino de história e games [2017], ou mesmo a proposta que Marcella e eu tentamos desenvolver em nosso artigo sobre "historiografia escolar digital" [História, Sociedade, Pensamento Educacional: experiências e perspectivas, Org. Dilton Cândido Santos Maynard & Josefa Eliana Souza. Rio de Janeiro: Autografia, 2016. Mas para além dos trabalhos publicados, a atenção ao digital e seus potenciais e problemas para o ensino, bem como a direta relação disso com a escrita da história em si, tem sido tema de aulas e trabalhos do Mestrado Profissional em História, em que um dos projetos finais dos alunos pode ser, justamente, o desenvolvimento de um material didático digital. Em nível nacional, acho que nenhuma iniciativa poderia ser tão significativa como esta e estou curiosa para ver no giro dos próximos anos o que a massa crítica do Mestrado Profissional terá produzido nesse sentido.

Por este lado, se eu fosse aproximar o Brasil da Itália ou dos EUA eu certamente seria levada a aproximá-lo dos EUA, contudo, com trabalhos como o meu, e como os dos professores Mateus Pereira e Valdeir Araujo, como comentei acima, acho difícil dizer que no Brasil não existe, ao contempo, uma preocupação muito grande também em pensar questões mais profundas para a escrita da história, discutir a temporalidade, ou o formato tradicional do texto e da fonte histórica. Pensando assim, como o Ricardo Santhiago já

disse certa vez sobre a história pública brasileira, acho que a nossa história digital é bastante inventiva e original no Brasil, não seguindo, necessariamente, nem um nem outro referencial, mas criando seus próprios caminhos. Daí o fato de em alguns destes trabalhos de congressos que comentei acima, as referências ao já clássico guia escrito pelo Rosenzweig e pelo Daniel Cohhen - "Digital History" – não serem uma regra, tampouco referências aos primeiros italianos a publicar na área, como o Rolando Minuti. Talvez o borogodó da nossa história digital resida justamente nessa busca por algo mais híbrido, que tenta conciliar ensino, pesquisa e divulgação. E esse é um dos aspectos que me deixa muito contente com o desenvolvimento da discussão no Brasil, vira e mexe me pego pensando como o professor Manoel Salgado veria esse movimento, ele que advogava tão fortemente pelo fim da separação entre a escola e a universidade, coisa que na formação dos futuros professores de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro está consolidada na própria arquitetura e divisão espacial dos campi, já que as disciplinas da licenciatura têm lugar, majoritariamente, no campus da Praia Vermelha, enquanto os futuros bacharéis estão sendo formados lá no Largo de São Francisco.

Fagno Soares: Noutro texto, intitulado de *"Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital"* publicado na Revista História Oral, v. 17, 2014, você trata das relações entre a história oral e a história do tempo presente na publicização de testemunhos orais na web, tão em voga em muitos países. Sabemos que os acontecimentos histórico-sociais contemporâneos, são o mote da história digital e tem ampliação cada vez maior da audiência no ciberespaço. Você utiliza a expressão *operação histórica em tempos de cibercultura*, explique para nós como as inovações digitais tem influenciado as pesquisas em história, e por conseguinte, a construção das narrativas? Como você análise esta questão? Fale-nos um pouco dos desafios institucionais,

teóricos e metodológicos do historiador da era digital ao escolher perscrutar no *métier* da história do tempo presente e ao mergulhar no ciberespaço.

Anita Lucchesi: O “institucional” aqui é certamente um dos maiores desafios. Quando pensamos em disponibilização de testemunhos na internet, uma dimensão que não fica muito evidente para nós em outros registros de trabalho com fontes históricas é a questão do copyright, da privacidade do sujeito doador do testemunho, de sua imagem, e todo esse pacote de novas questões éticas para refletirmos. A possibilidade de levar a história oral para a rede mundial de computadores, não apenas como produto editado, transcrito e publicável, mas também pensando nas gravações originais na íntegra, em áudio e vídeo, é muito interessante mas traz consigo muitos problemas e desconfianças.

Primeiramente, de ordem prática, há “problemas” derivados da necessidade de o historiador em questão saber achar seu caminho no meio digital para conseguir fazer ele mesmo uma publicação online desse material, ou saber em que termos ter uma conversa com alguém de Tecnologia da Informação, ou um programador, um web designer que vá assessorá-lo no processo de preparar este conteúdo para a web. O tipo de texto, a linguagem, o tamanho, a formatação, a inserção de metadados, a criação de hiperlinks... tudo isso é novo e demanda do historiador um certo preparo, um letramento digital que para os acostumados a trabalhar apenas no editor de texto do computador por requerer um certo tempo. A primeira problemática aqui é que muita gente no campo da história oral pode até ter interesse em levar o conteúdo para a internet, mas nem sempre tem todos os recursos [hábeis e financeiros] para fazê-lo, o que gera um primeiro gargalo que pode parecer intransponível – demanda-se tempo e em muitos casos, dinheiro, também para pagar por serviços de web como hospedagem, espaço de armazenamento etc. Na realidade brasileira,

em que a colaboração de profissionais da ciência da informação e da computação com historiadores é a exceção, esses requisitos específicos para a publicação digital pode ser um entrave. Por outro lado, há muitos anos a história oral batalha para construir uma base comum de referências e de experiência sobre como tratar o parceiro entrevistado, suas informações pessoais, preservar sua integridade – daí a normalização de uma série de protocolos de anonimização, por exemplo.

Contudo, recentemente, no campo das humanidades digitais e da história digital, vem se falando cada vez mais sobre como a possibilidade de utilizar a internet para a publicação da história oral no seu formato mais cru – o áudio mesmo, ou o próprio vídeo – seria relevante para finalmente ultrapassar o texto escrito [mais comumente a transcrição] como principal suporte de uma prática que nasce da oralidade, o que para muitos soa como um contrasenso. Historiadores mais experientes no campo da história oral vão argumentar, por exemplo, das vantagens de se poder acessar a auralidade através de um registro audiovisual de uma entrevista, que pode mostrar toda a linguagem corporal do entrevistado, o universo paralelo dos gestos [quase impossível se ser traduzido numa transcrição de entrevista], as emoções, o tom de voz, as pausas repentinas, silêncios e olhares que podem acrescentar tanto para a interpretação de uma entrevista.

Porém, apesar dessas vantagens todas, caso um de nós resolvesse aprender todo o necessário para publicar por si só o conteúdo de história oral num website de um projeto ou em outro repositório, outra etapa deveria ainda ser encarada, e essa é bastante delicada: aquela de uma nova forma de negociação, de diálogo, com o participante de um projeto em que se possa alcançar o máximo de clareza possível do que significa publicar um conteúdo audiovisual na internet, “botando a cara” em público. Se a relação entre entrevistador e entrevistado já o é, normalmente, uma de constante conversa, para preservar a liberdade da pesquisa do historiador, mas

também preservar a dignidade e o anonimato de entrevistados, quando se parte para o mundo dos testemunhos não anônimos, a serem veiculados na web, existe a necessidade de se pensar e se atualizar o contrato de parceria com este sujeito, e aqui não estou falando diretamente do papel que as pessoas normalmente precisam assinar para que nós consigamos publicar um trabalho sem riscos de sermos brecados pelas comissões de ética.

Aqui estou falando de algo anterior, da ordem das relações humanas mesmo, do diálogo, da sensibilidade, de como explicar, por exemplo, a uma pessoa sem escolarização, o que significa participar em um projeto que colocaria seu rosto e seu nome e sua história num espaço público da web. Em alguns casos, imagino eu, caberá a esse historiador, repensar e abrir mão de alguns conteúdos, mas em outros casos, em que o sujeito não esteja exposto a nenhum processo vexatório, por exemplo, ir à público com vídeo e tudo pode ser muito efetivo. Pensando em projetos de história digital e pública que geralmente lidam com questões delicadas do presente dos sujeitos envolvidos, a web pode ser uma ferramenta indispensável de empoderamento, que auxilia a dar visibilidade e representatividade aos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que disponibiliza para a sociedade toda, para quem quiser ver, os “documentos”, a evidência direta daquilo que se discute, sem muitas interferências do historiador na mediação desse contato entre leitor e doador de testemunho.

Ora, aqui se põe, para além do aspecto ético que eu vinha dizendo, ainda uma outra camada que precisamos refletir no nosso fazer historiográfico no presente, um que diz respeito ao caráter metodológico, ao próprio estilo, e à retórica dos nossos textos: estamos prontos para disponibilizar integralmente as nossas fontes “primárias” para serem lidas, ouvidas, assistidas e interpretadas pelos nossos leitores? Veja bem, aqui não estou dizendo que precisamos deixar de fazer o nosso trabalho de crítica, de interpretação e de tentar responder as perguntas que nos colocamos no início de uma

pesquisa. Estou falando de algo distinto, da natureza de um novo texto historiográfico, não necessariamente limitado à palavra escrita e à leitura dos nossos pares, mas algo que possa ser acessado em diferentes camadas por nossos leitores [sejam eles outros acadêmicos ou não], com possibilidade de lerem as nossas interpretações, mas também de acessarem direta e instantaneamente aquele documento [neste caso, um testemunho, por exemplo] que serviu de base para nossa interpretação.

Além do aspecto de nós mesmos podemos avaliar e interpretar a auralidade de uma entrevista ou testemunho, quando um conteúdo desses se torna público online, outras pessoas terão a mesma oportunidade e poderão também elaborar suas próprias interpretações daquele conteúdo, sem, necessariamente, ter de confiar na nossa interpretação. Obviamente essa liberdade de interpretação do leitor existe mesmo em texto analógicos, não estamos aqui falando de reinventar a roda, mas, é bem verdade que quando se trata de trabalhos de história oral, ter acesso apenas às transcrições pode condicionar significativamente esse aspecto. Assim, naquele meu texto para a revista de história oral eu argumentava que no nosso tempo presente a tecnologia digital podia servir como uma ponte, um interface que pode ligar a oralidade à dimensão pública, civil, se quisermos, da história.

Em projetos como o HerStories [herstoryarchive.org/], do Sri Lanka, que eu comento nesse meu artigo, a publicação online era um dos caracteres centrais. Levar o todo o conteúdo elaborado junto com as mulheres sobreviventes da guerra cívil no país, que se tornaram chefes de família na ausência dos maridos, mostrou que apesar de serem de etnias diferentes [que no tempo da guerra, estavam de lados distintos], essas mulheres tinham trajetórias muito semelhantes, compartilhando muitas experiências traumáticas de guerra que, ao invés de separá-las ainda mais, podiam ter um caráter de reconciliação e colaborar para o processo de transição para um tempo de paz em que o país se encontrava. Em conversas com a

curadora do projeto, Radhika Hettiarachchi, ficou claro pra mim que fazer história pública nestes termos traz ainda uma outra dimensão para o nosso trabalho que teórica e metodologicamente fazem a diferença, algo mais físico e corporal, que exige um tempo, uma dedicação e um envolvimento afetivo muito diferente com nossos projetos. É, sem dúvidas, muito distinto ir a campo para um projeto como Herstories, do que ir e voltar todos os dias do arquivo. Brincando, as duas, nos rimos de pensar que os documentos que estão lá nos arquivos não criam nenhuma expectativa sobre nós.

Nessa nova configuração, em que convencemos pessoas de carne e osso a irem a público num projeto do gênero, exige um envolvimento muito grande com estes sujeitos e acho que esse aspecto é um dos maiores desafios dessa nova prática, maior até que os limites de conhecimento técnico. Uma colega no Centro de História Contemporânea Digital, por exemplo, me contava que no processo de construir um banco digital de história oral [com militares] ela ouviu algumas respostas muito inusitadas dos participantes, como, um senhor holandês que lhe disse, tudo bem colocar “aquilo online”, desde que os alemães não ouvissem...

Fagno Soares: Em seu artigo publicado, em 2012, nos Cadernos do Tempo Presente do Grupo de Estudos do Tempo Presente – GET, ligado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe – UFS, com um título bastante sugestivo *“Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web”* traz provocantes reflexões quanto aos usos de documentos disponíveis no ciberespaço. Gostaríamos que tratasse um pouco mais deste tema, refletindo sobre a importância do historiador aprender a lidar com o que você chamou de *regime de hiper imediaticidade*.

Anita Lucchesi: Este artigo nasce das preocupações que eu tinha desde a época da escrita da minha monografia, *“Historiografia em*

rede: história, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI,”, que acabou sendo premiada em 2013, pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTHH. Na dissertação eu tentei ampliar um pouquinho a discussão deste artigo, embora o tema central dele, não fosse, necessariamente, algo crucial para a minha comparação entre Itália e Estados Unidos...

O meu interesse ali era discutir os desdobramentos do hipertexto no fazer do historiador, e esse é dos dos aspectos que até hoje mais me intriga quando penso em história digital. Sem mapa, sem referência e sem paradeiro – algo muito incerto, um território desconhecido para nós, cujas regras são diferentes do que a tradição já assentou. Assim eu penso na prática que levamos para a web. Não aprendemos na faculdade de história como é o modo “certo” de escrever história online [existe um?]. Como uma disciplina como a nossa, nascida da crítica rigorosa das fontes, e que ao longo do tempo estabeleceu tantos cânones, lida com este novo? Este é o tema do artigo, cujas reflexões também apresentei num congresso de história contemporânea em Buenos Aires e depois publiquei em italiano o artigo que aqui traduzo livremente como « Sobreviverá a história ao hipertexto? » em diálogo com o historiador italiano Antonino Criscione, que se colocava a mesma pergunta alguns anos antes.

De certo, quando deixamos o suporte em papel para publicar online, não precisamos, como diz o ditado, jogar fora o bebê junto com a água da banheira, quero dizer, não precisamos deixar de lado tudo o que aprendemos sobre fazer história [analogicamente], nem o rigor, nem o compromisso com a verdade, nada disso. Contudo, há especificidades desse modo de escrever. Não é muito amigável para um texto de internet, por exemplo, que ele apresente inúmeras laudas como uma monografia impressa, ou que contenha apenas texto sem imagens... Em todo caso, esse tipo de texto ainda existe na web, sem falar dos milhares de periódicos

que publicam as versões eletrônicas [em PDF] dos textos impressos. Mas não é do PDF que estou falando, aquele é apenas uma « impressão eletrônica », uma mera mudança de superto. Quando penso na escrita para web penso nos textos que nascem digitais, em conteúdos de websites, em blogs, em redes sociais etc.

Nesse mundo dos textos nascidos digitais, a referências do número de página, por exemplo, não existe, não dá para contar as laudas. E pensando em algo que é mais caro ainda aos amigos historiadores, podemos pensar nas notas de rodapé – o que acontece com as notas de rodapé nos textos nascidos online? Ou, mudando a pergunta, no ambiente da web, qual seria o parâmetro de erudição, a marca indelével do nosso ofício, como sugeria Anthony Grafton no seu « Pequeno Tratado sobre as Notas de Rodapé » ? É aí que entra o hipertexto e aquela ideia de imediaticidade que você evocou na sua pergunta. Na web, a função notas de rodapé raramente está presente em editores de texto de blogs e websites.

É claro que é sempre possível fazê-las manualmente, incluindo algo depois de fechar o texto. Contudo, o novo jeito de incluir referências [internas e externas] em textos nascidos digitais são os hipertextos. O maior exemplo disso é observar os textos das wikis, que embora tenham uma seção de referências ao final, ao longo do texto são recheadas de hiperlinks que levam a outras leituras. Para a história, o que significa essa mudança? Seria isso apenas um cambiamento de formato, de estilo, ou, haveria, para além do aspecto técnico e estético alguma implicação mais significativa, de conteúdo, de retórica? Ainda não escrevi e não li nada que me satisfizesse completamente nesse sentido, acho que ainda não temos respostas, embora a cada ano que passa estejamos mais habituados a ler e escrever nesse novo modo. Entretanto, meu palpite é de que essa diferença não se limita a um aspecto meramente estilístico, mas que pode trazer significativas mudanças

nas formas como consumimos textos históricos e como acessamos fontes e referências.

Digo, com isso, que disponibilizar a fonte primária, ou o acesso direto à literatura consultada para um dado texto, não é algo neutro, como não seria indiferente, como disse acima, a publicação de testemunhos audiovisuais na internet, de modo que todo mundo tivesse acesso àquela evidência-mor do nosso trabalho. Se, por um lado, quando oferecemos uma hipertexto no lugar de uma nota de pé de página, colocando um link para o arquivo digital de um certo documento, damos acesso [quase] instantâneo ao documento que, em outros casos, não sendo possível reproduzi-lo na página impressa, ou anexá-lo, seria necessário mandar o leitor [especializado, neste caso] ao arquivo para a consulta ; por outro, esta possibilidade de acesso instantâneo nem sempre se converte em efetiva consulta e, em certos casos, pode implicar até mesmo a não-leitura do nosso próprio texto base.

Explico : a forma como a informação é distribuída na web e a possibilidade do leitor « surfar » de um link a outro [abrindo inúmeras janelas em seu navegador ou abandonando a tela anterior a cada novo clique] instaura uma nova forma de leitura, que pode ser muito mais fragmentada e [« interrompível », para usar um neologismo] que a leitura de um livro. É claro que as práticas de leitura variam de indivíduo para indivíduo mas não por acaso especialista da história do livro e da leitura como Roger Chartier e Robert Darnton estão de olho nessas mudanças. Não sei exatamente que nome dar ou como caracterizar, e se há de fato, um padrão para o consumo de informação e textos históricos na web, mas uma coisa é fato: a capacidade do acesso imediato a fontes mudou não apenas a nossa forma de fazer pesquisa [evitando, em diversos casos, os deslocamentos a arquivos e bibliotecas], mas mudou também a forma como lemos e interpretamos o que lemos. Se a nota de rodapé era, para a disciplina que nascia no século XIX um espaço de diálogo e debate também, de que forma podemos pensar os hipertextos

como elementos assessórios de um texto principal? De certo, ele dá pistas de por onde andou [virtualmente] o autor de um dado texto, deixando rastros de suas andanças virtuais e instaurando outros caminhos e serendipidades para cada leitor que acessa o tal texto base e decise, sabe-se lá a segunda de que critérios subjetivos, que links abrir ou não abrir, quais lerá e se voltará ou não ao texto inicial.

Enfim, acho esse universo do hipertexto muito instigante, e penso que tenhamos que dialogar muito com profissionais de outras áreas, como do design e da usabilidade da web, e até mesmo da psicologia e da comunicação para tentarmos entender o que muda para a história com essa nova forma de escrever e ler na web. Isso pra não falar dos desafios e possibilidades que o hipertexto traz para o ensino, mas isso já é uma outra discussão, igualmente interessante, que deveríamos travar com os colegas da educação, a começar por termos uma discussão mais profunda sobre o que é o letramento digital.

Fagno Soares: Fale-nos acerca de seu projeto público e digital *@Rio450*, cuja experiência foi compartilhada em eventos como da Rede Brasileira de História Pública e na Federação Internacional de História Pública – IFPH na Holanda.

Anita Lucchesi: Este projeto foi o primeiro trabalho em que, de fato, arregacei as mangas, e me coloquei numa prática diária [literalmente] de história pública. O projeto *@Rio450* [disponível em www.instagram.com/rio450] foi uma iniciativa oficial da prefeitura do Rio para comemorar o aniversário da cidade em 2015. A agência que idealizou o projeto [*@Ag365*], me contactou numa das fases finais da elaboração para pensarmos juntos como estruturar o aspecto histórico do projeto e pensar a participação popular e a entrega de um texto que falasse de história de forma séria, mas acessível para todos os públicos. A ideia era realizar uma contagem regressiva, por 450 dias, até 01 de março de 2015, envolvendo a

participação popular num concurso fotográfico via Instagram, em que as pessoas podiam participar inscrevendo suas fotografias a partir da utilização de hashtags [#], que indexavam o conteúdo de cada semana. A equipe era formada pelo diretor do projeto [André Galhardo], um diretor de imagem [Beto Pestana], um editor de texto [Julio Silveira], e por uma pessoa de história, e foi aí que entrei.

Dividimos os 450 dias em 15 meses e 65 semanas – cada mês abordava um período da história do Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade, em 1565, e a cada semana lançávamos uma nova “missão fotográfica” na qual os “instagramers” podiam participar. Para dar um exemplo, a primeira missão lançada foi a #Rio450_PaoDeAcucar, na qual o tema principal era o monolito do Pão de Açúcar, remetendo ao fato de que, no século XVI, essa formação rochosa já era marcante na paisagem carioca. Durante sete dias os participantes enviavam fotografias com ângulos e texturas diferentes do Pão de Açúcar, enquadramentos inusitados, sob luzes e em momentos distintos do dia, com presença humana, mais urbanas, menos urbanas e por aí vai.

Ao final desta semana, uma equipe de curadores convidados se reunia conosco para a escolha das sete fotos campeãs da semana. A escolha era feita pensando na aliança entre o aspecto estético, a boa realização da foto e também o entendimento e a resposta ao texto-convite daquela missão, que dava dicas sobre os aspectos históricos daquele tema. Obviamente os participantes do projeto não podiam voltar no passado, e não aceitávamos fotos de arquivo, todas as fotos deveriam ser autorais de cada instagramer e cabia à nossa redação [eu e Julio] fazermos a ponte entre o passado e o presente em cada foto. Para isso, ajudou muito o fato de termo mantido um diálogo constante com os curadores [via Whatsapp mesmo e através de comentários num álbum de foto online] durante a semana de “pescagem” em que íamos pré-selecionando as fotos para depois decidirmos as sete finais numa reunião presencial. Nessa conversa pré-seleção, Julio e eu dávamos palpites sobre as fotos que

possuíam aspectos interessantes para construirmos uma narrativa, tentávamos evitar que temáticas se repetissem, e buscávamos alcançar uma pluralidade de sujeitos e pontos de vista para o tema da semana. Já os curadores, que mudavam a cada mês, quando convidávamos dois novos curadores [jornalistas, designers, fotógrafos, historiadores etc.] para um “novo período histórico” do projeto, tentavam se concentrar no aspecto estético das imagens, no equilíbrio de cores, técnicas e recursos variados da fotografia, ainda que a maior parte dos nossos participantes não fossem fotógrafos profissionais e utilizassem, quase sempre, a câmera do celular. O resultado era uma reunião de curadoria em que se falava muito de história do Rio, fatos históricos, anedótas, coisas e causos desconhecidos e claro, os clichês.

Aprendi muito com aqueles papos e com a riqueza no olhar de cada curador, me fazendo perceber quantas histórias diferentes podiam ser inspiradas por uma mesma foto. Para cada clique selecionado, eu escrevia uma legenda não muito grande [o Instagram não aceitava textos maiores que 1200 caracteres] e o nosso editor revisava o texto que terminávamos de ajustar, em conjunto, num editor online [Google Docs]. Mesmo sendo curto, esse textinho exigia muito trabalho, alguns eu conseguia escrever numa manhã, ou em uma hora de trabalho, outros exigiam mais tempo de pesquisa, leitura e reflexão para encontrar a forma mais interessante de contar uma história sobre aquela foto. No início, acho que pelo menos nas primeiras 60, 70 fotos, eu sofria muito com o formato. Era um trabalho hercúleo tentar resumir em poucas linhas toda a informação histórica que eu achava importante dizer, eu passava mais tempo “limpando o texto” do que escrevendo, para, muitas vezes, no final, ver que o editor ainda faria modificações mais drásticas para deixar o texto “gostoso de ler”. Em alguns casos, eu achava fundamental citar alguma referência, ainda que indiretamente, e informações clássicas como datas e nomes de fatos históricos... com o tempo, fui entendendo que dava para encontrar

alternativas para fazer essa história “gostosa de ler” sem perder totalmente o meu compromisso com a historiografia. Mas isso não foi fácil e não foram poucos os debates que Julio e eu travamos ao longo desses 450 dias...

A grande aprendizagem para mim, além do formato e estilo da escrita, foi a necessidade de dialogar com pessoas que não eram meus pares de profissão – tanto os membros da equipe, e curadores, como os próprios participantes do projeto, que no Instagram, muitas vezes, deixavam perguntas de cunho histórico e ali, eu, como parte de minhas funções no projeto, tinha que dar uma resposta, fazer uma espécie de moderação das conversas que aconteciam nos comentários das fotos. Tudo isso era algo muito novo, algo que na nossa clássica publicação em textos impressos, não ocorre.

Além disso, a participação popular, aprender e descobrir mais sobre a cidade do Rio com os diferentes autores do projeto foi uma experiência muito rica e fascinante que marcou definitivamente a minha forma de pensar história pública e o potencial de métodos como o crowdsourcing para reunir materiais através da rede. Embora, é verdade, o acesso à celular mobile, internet 3G e o alcance do projeto naquele tempo tenha sido muito mais predominante entre usuários de classe média, o projeto teve bastante êxito no que diz respeito a construção dessa “co-memoração” coletiva, de forma bastante democrática e polifônica.

As fotos e histórias falavam do Rio da periferia e da zona sul, das favelas e dos cartões postais, dos altos e baixos. Embora as fotos taggeadas fossem abundantes na região da Zona Sul, foi possível, na seleção, mostrar a diversidade do Rio, e para mim foi surpreendente como o projeto chegou à zona norte, viajou pelas linhas do trem em direção à baixada, passeou pelas feiras e mercadinhos, campinhos, estádios e também sobrevoou o Rio, do Cristo ao Pão de Açúcar, do Galeão à Igreja da Penha, revelando visuais incríveis do alto e do baixo, da Pedra do Telégrafo ao mirando do Dona Marta, o Alto da Boa Vista... No fim, foram mais de 70 mil

fotos taggeadas para o projeto, para 450 selecionadas, mais de 14 mil comentários e mais de 118 mil likes, reunindo, ao todo 6. 957 seguidores, dos quais 214 foram autores com fotos selecionadas para o projeto. Acho que uma passeada pelas fotos taggeadas com a hashtag geral do projeto #Rio450 já dão uma ideia do rico acervo online criado por esse esse documentário fotográfico, mas tenho que confessar que as minhas missões favoritas foram #Rio450_Fe, #Rio450_Machado #Rio450_Africa...de vez em quando volto lá pra conferir as fotos e reler os textos.

Fagno Soares: No Brasil, os profissionais que trabalham com a história oral, têm buscado centros importantes, como Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI/UFF, Núcleo de Estudos em História Oral - NEHO/USP e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Neste sentido, conte-nos acerca de sua experiência como pesquisadora e da importância do recém criado Laboratório de História Digital da Universidade de Luxemburgo, sob a orientação do Prof. Andreas Fickers.

Anita Lucchesi: O principal motivo pelo qual decidir ir para Luxemburgo foi a existência deste Digital History Lab. Quando descobri que este laboratório tinha sido criado, busquei ler um pouco do trabalho do Prof. Andreas Fickers para ter uma ideia de qual seria a linha a ser seguida. Para a minha alegria, Prof. Fickers, que é belga, mas trabalhou muitos anos na Holanda, antes de se estabelecer no Luxemburgo, carrega consigo um pouco do borogodó criativo que comentei há pouco sobre a história digital à brasileira. Talvez por influencia de suas formações de base, como também estudou filosofia, Prof. Fickers tenha o cuidado de, ao mesmo tempo em que estimula o laboratório a criar algo novo, experimentando com ferramentas, buscando novos métodos etc., ele também é muito taxativo sobre a necessidade de estarmos

atentos ao que significa fazer história dessa forma, propondo, portanto, todo tempo, uma auto-reflexão, sem, entretanto, abrir mão de correr alguns riscos na busca pelo novo. Em outubro de 2016, Prof. Andreas Fickers foi nomeado diretor do novo centro interdisciplinar da Universidade – o C²DH, Centre for Contemporary and Digital History [www.c2dh.uni.lu].

A sigla, debatida cuidadosamente, queria mesmo propor a ideia de que ali se faz história com um quê diferente, daí a brincadeira com a exponenciação, lembrando algo das ciências exatas, costumeiramente tão distantes da história. Neste Centro foi criada uma Unidade de Treinamento Doutoral focada em História Digital e Hermenêutica, que recebeu treze novos estudantes de doutorado, de diversos lugares do mundo, com projetos interdisciplinares e trabalhando com diferentes aspectos da história digital: realidade virtual, digital storytelling, visualizações para uma história digital da arte, mineração textual e por aí vai.

Alguns doutorandos que, como eu, trabalhavam com na linha da história contemporânea no Instituto de História da Universidade antes da criação deste centro, embora não façam parte oficialmente dessa escola doutoral, participam das formações oferecidas, das reuniões periódicas do grupo e também fazem parte do laboratório de história digital. Tudo se concentra no mesmo prédio, a *Maison des Sciences Humaines* da Unilu, as mesas de trabalho dos doutorandos, no quarto andar, junto com os demais pesquisadores do Centro e o restante do staff, técnico e administrativo, e o “DH LAB” no primeiro andar, ocupando duas salas: uma sala de curso, com capacidade para até 25 pessoas, e a sala dos scanners, com algumas máquinas disponíveis para quem precisa trabalhar nos computadores in loco. No laboratório a ideia norteadora é a da experimentação crítica e lúdica das ferramentas e métodos digitais que podem ser empregados na história, buscando refletir não somente como os softwares podem ser utilizados e condicionar a nossa pesquisa de alguma forma, mas também como os dispositivos

em si, os hardwares, também o fazem. Nesse sentido, por exemplo, somos convidados a “brincar” com scanner e impressora 3D, equipamentos para simulação de realidade virtual, grande telas interativas para visualizações e ensino etc.

O que mais me chama atenção, particularmente, é o scanner de livros semi-automático, que funciona interligado a um sistema de reconhecimento automático dos caracteres e à um software de biblioteca digital que permite, ao mesmo tempo em que se escaneia um livro, gerar os metadados para a catalogação daquela obra e a sua respectiva inserção em uma coleção privada [do pesquisador ou do grupo de pesquisa] envolvido em um determinado projeto. Esse “brinquedinho” pode escanear até 2.500 páginas por hora [quando o livro é novo e está em bom estado, demandando menos intervenção humana e podendo ser manipulado com mais rapidez pela máquina, que vira as páginas através de um sistema a vácuo que levanta os pares de folhas].

Uma vez scaneado, após o reconhecimento dos caracteres e a geração de metadados, este livro passa a ser legível para softwares de mineração de texto, por exemplo, e o pesquisador pode utilizar a versão digital para fazer anotações, ou codificar como quiser em softwares de análise qualitativa de dados. Esse simples processo pode parecer algo pueril, mas se pensarmos em grandes escalas, e na possibilidade de trabalhar com quantidades de texto que ultrapassam a quantidade de leitura do olho humano num determinado período de tempo, esse processo de digitalização dos livros pode se tornar uma ferramenta muito poderosa. Minha experiência no laboratório, na verdade, se iniciou com a minha participação na organização de atividades relacionada ao ensino, organizando treinamentos e workshops sobre vários aspectos da pesquisa em âmbito digital. Mais tarde foi que comecei, eu mesma a “botar a mão na massa” e também a experimentar trabalhar nessa inspiração proposta pelo laboratório. No meu projeto de doutorado sobre memórias da migração no Luxemburgo, minha

experimentação principal é com o aplicativo mobile que comentei acima [www.PixStori.com], o qual estou utilizando como meio de coleta de material via crowdsourcing. Os itens gerados pelos participantes do meu projeto são uma espécie de “foto falante”, como app combina áudio e fotografia, e em meu projeto venho discutindo essas “fotos falantes” como egodocumentos audiovisuais, aproveitando aí para refletir sobre os documentos nascidos digitais e a miríade de novas fontes que as novas tecnologias de memória permitem.

No momento atual do meu projeto de doutorado, não tenho trabalhado tanto no laboratório especificamente para a minha tese [acredito que isso vá mudar radicalmente na etapa de análise das fontes], mas sobretudo tenho estado preocupada com o trabalho de campo: atualmente estou finalizando a plataforma que servirá de base para a coleta desse material *crowdsourced* e estou trabalhando para a prospecção pública do lançamento desta plataforma nos próximos meses e a realização de algumas oficinas para coletas presenciais, que devem anteceder a inauguração oficial da coleta via internet – e daí vem um trabalho de formiguinha para chegar à comunidade e apresentar o projeto, que como mencionei numa das perguntas anteriores, por ser de história pública digital, por prever a circulação de determinados materiais não anonimizados na Internet, requer um outro tipo de abordagem.

Contudo, em conjunto com a pesquisa doutoral, recentemente estou trabalhando com o Prof. Fickers no laboratório em um experimento de mineração de texto do periódico “Technology & Culture”, abrangendo o período de 1959 a 2016 e trabalhando com um conjunto de mais de 9000 itens, contanto artigos e resenhas de livros publicadas nesta revista ao longo desses anos. O projeto se chama “Technology’s storyteller reloaded” e se trata de uma tentativa de combinar a chamada leitura próxima [nossa velha conhecida] com técnicas de leitura distante para mapear a emergência e analisar o desenvolvimento de determinados

assuntos na revista ao longo dos anos. Como ponto de partida tivemos um trabalho realizado por um dos ex-editores da revista, a partir de “close reading” com cerca de 300 artigos publicados entre 1959 e 1985 [Technology's Storytellers: Reweaving the Human Fabric, de John M. Staudenmaier]. Nossa ideia com esse experimento era checar a validade e efetividade dos métodos de “distant reading” e “text-mining” para a historiografia da ciência e da tecnologia, neste caso.

Mas, caso desse certo, pensávamos que um artigo mostrando refletindo sobre o experimento poderia ser útil para historiadores de outras áreas também. Este projeto ainda está em andamento, mas após conseguir os resultados preliminares desse estudo, traçando cerca de 90 tópicos para o período de 1959 a 2016, já consigo perceber o quanto me beneficiei, enquanto pesquisadora em formação, do ambiente experimental desse laboratório. Nesse caso, um dos maiores aprendizados para mim veio da possibilidade de poder trabalhar em colaboração com um designer e programador que nos assessorou na etapa de limpeza e preparação do corpus documental antes que pudéssemos iniciar o uso de qualquer tipo de software. Ter de explicar para esse profissional o que eu, historiadora, queria com aqueles documentos e metadados foi um exercício muito interessante de tradução e de sistematização das que viriam a ser as etapas do trabalho historiográfico ali.

Com o Prof. Fickers conversávamos muito sobre como essa configuração nos levava quase que obrigatoriamente a estruturar de forma mais explícita para o outro, o nosso colaborador, o que nós queremos com as fontes. Esse movimento me fez exercitar a capacidade de explicar e re-explicar o que eu queria fazer de diversas formas, o que, por efeito colateral, teve a constante reelaboração do desenho do projeto, ajustando aqui e ali os objetivos do projeto, conforme íamos avançando e entendendo, de fato, o que a técnica permitia e no que ela nos limitava. Aprendi, finalmente [!], a escrever algumas linhas no Terminal e a “brincar” com alguns

scripts e até me diverti aprendendo a fazer “expressões regulares” – coisas que jamais pensei que eu fosse colocar a mão enquanto historiadora.

Embora saber programar ou ter grandes habilidades informáticas não seja um pré-requisito na seleção de doutorandos e pesquisadores do C²DH, a compreensão mínima de como as coisas funcionam e do que é factível a partir de determinados programas e linguagens é, sem dúvidas, importante para fazer história digital. Você não precisa saber escrever um script super sofisticado por conta próprio [embora isso pudesse ser magnífico], mas você precisa entender o mínimo para conseguir explicar o que você tem em mente para um profissional que possa colaborar contigo e para criticar e interpretar os resultados do que esse profissional lhe propuser ou para ler, entender e estar pronto para problematizar os resultados que conseguir obter a partir de ferramentas que possuem uma interface amigável ao usuário [mais fáceis de manusear], nem sempre o mais fácil, ou a visualização mais bonitinha [e impressionante esteticamente] será o mais adequado para responder a sua pergunta.

Sem dúvida este é um aprendizado que levo deste projeto paralelo para o meu próprio doutorado, e me imagino daqui a alguns meses quebrando a cabeça para encontrar a melhor forma de extrair as informações que preciso das minhas fontes nascidas digitais, sabendo, desde já, que não há muitas referências na literatura sobre como lidar com isso. Aliás, este talvez seja o desafio maior do meu doutorado: achar meu caminho nesse novo e quem sabe, voltar a dialogar comigo mesma naquele artigo do Cadernos do Tempo Presente que você mencionou [de um já longínquo 2012] e tentar dar um contributo para os colegas que também vierem viajar pelas bandas da história digital, buscando deixar algumas referências, que seja ao menos um denso relato de experiência, que possa doar alguns contornos de mapa à esse novo, que é cada vez menos “incógnito”, como eu escrevia lá trás, graças ao trabalho de

outros que se arriscaram a navegar nesse mar sem tantas orientações. Ainda assim, ainda precisamos de muito diálogo e reflexão para conseguir mapear essa novidade toda e torná-la um pouco mais inteligível também para aqueles de fora nos lerem, entenderem e confiarem nessas tão faladas “abordagens digitais”.

Fagno Soares: Mui grato por sua entrevista. Saudações historiográficas. Evoé!

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. *História Pública e consciência histórica*. In.: ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n. 1, Junho 2007.

BERNSTEIN, Adam. *Digital Historian Roy A. Rosenzweig*. **The Washington Post**, Sábado, 13 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/10/12/AR2007101202489.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

COHEN, Daniel J; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

GALLINI, Stefania & NOIRET, Serge. *La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al dossier historia digital*. *Historia Crítica*, n.43, 2011, pp. 16-37.

LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale**: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente [2001-2011]. 188f. Dissertação. [Mestrado em História Comparada, Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

POR UMA HISTÓRIA COMPARADA DO JORNALISMO TESTEMUNHAL ENTRE 1964 E 2016: O olhar de Nilson Lage sobre a História, a Comunicação e a Formação

Daniela Barbosa de Oliveira
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Entrevista realizada em maio de 2016, com o jornalista e pesquisador Nilson Lage, professor titular aposentado do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, estudioso da linguagem jornalística no Brasil.

Nilson Lemos Lage, doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1986), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e bacharel em Letras/Russo (1977). Professor aposentado do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Trabalhou no “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “Última Hora”, “Bloch Editores”, “Diário Carioca” e na Televisão Educativa do Rio de Janeiro, entre outros veículos de comunicação. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Autor dos livros *Ideologia e Técnica da Notícia*, *Estrutura da Notícia*,

Dan/Gilson: O senhor vivenciou nas últimas décadas diversos momentos de um 'Brasil instável' (pelo menos discursivamente falando), onde forças têm disputado o poder. Qual o papel da mídia (ou que deveria ter)? Poderia comentar essa questão?

No início da década de 1960, quando iniciamos no *Jornal do Brasil* nossa atuação profissional com alguma responsabilidade editorial após alguns anos de aprendizado em pequeno (e influente) jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*, tínhamos a convicção de que o jornalismo era basicamente observação e relato – portanto, a valorização do fato com relação às versões. Qualquer presunção tomada como ponto de partida seria uma hipótese que, se poderia desmentir ou modificar.

Em suma, como definiu Néelson Rodrigues, a mando de Roberto Marinho, éramos os "idiotas da objetividade" - Jânio de Freitas, José Tamos Tinhorão, José Carlos Lago Burnett, Oscar Maurício de Lima Azedo, Edison Carneiro (o folclorista), Hélio Pólvora de Almeida, e mais José Carlos Oliveira, Néelson Pereira dos Santos, Nílson Vianna, Décio Vieira Ottoni (não me lembro de todos)... outros tantos que passaram pelo primitivo *copy desk* do *JB*.

O Globo, onde Néelson escrevia, tinha conteúdo parecido com o que hoje predomina na grande mídia: imposição à realidade de uma hipótese de verdade que se toma, por conveniência, como questão de fé.

Passado tanto tempo, mantenho o ponto de vista: acredito piamente que a única saída para o jornalismo é o testemunho objetivo dos fatos e sua interpretação aberta e plural, com fonte explícita. Mudaram as condições políticas e os instrumentos técnicos; essencialmente, nada mudou.

Dan/Gilson: Em 1964 o senhor trabalhava no *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, poderia partilhar como jornalista qual o sentimento existente na época? Que narrativas foram construídas em 1964? Como os jornalistas, e no caso específico, o senhor percebia a questão/relação da mídia nessa construção?

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, eu era redator-chefe de *Última Hora* do Rio de Janeiro: o jornal, o de maior circulação no país, tirava oito edições diárias impressas no Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

Trabalhava no *Jornal do Brasil*, de onde fui demitido, em 1962, após uma greve – a única de que tenho notícia – que paralisou a circulação dos jornais cariocas. Nada essencialmente ideológico: éramos pagos, então, com o salário-mínimo dos trabalhadores em geral e o restante “por fora”, isto é, sem direito a férias, indenização (não havia fundo de garantia, mas estabilidade ao fim de dez anos trabalhados; o 13º salário foi instituído por João Goulart por aqueles dias) etc. A forma encontrada para compensar essa fraude era, nas maiores empresas, dar aos profissionais mais destacados ou próximos a direção um emprego público, geralmente em lugares assombrados por fantasmas e conhecidos como “salas da imprensa”. Queríamos mudar isso – e conseguimos.

A repressão foi violenta: os empresários decidiram, em bloco, não empregar nenhum de nós, grevistas; eu, pessoalmente, só voltei a ter a carteira de trabalho assinada dois ou três meses depois, quando Samuel Wainer, dono da *UH*, decidiu quebrar o pacto. No interregno, trabalhei, contra recibo, no *Jornal dos Sports*.

Para se entender o capítulo “mídia” da conspiração que levou ao golpe de 1964, é preciso recuar uns quinze anos.

No pós-guerra, montados em dinheiro num volume jamais visto aqui, os americanos vieram às compras. Inicialmente, associaram-se a Assis Chateaubriand, que lhes pareceu versão latina e engraçada do *self-made-man* de sua mitologia empresarial: deram-lhe o suporte tecnológico necessário à implantação da

televisão e conviveram por bom tempo com a loucura administrativa dos *Diários Associados*.

A ocupação de espaços culturais teve lances sutis e outros violentos. O mais agressivo destes foi o estrangulamento da nascente indústria cinematográfica paulista, montada em grandes estúdios (Vera Cruz, em São Bernardo do Campo; Maristela, no bairro paulistano de Jaçanã) com o aproveitamento de pessoal técnico deslocado pela guerra em países da Europa, notadamente a Itália: as distribuidoras americanas retiveram a distribuição internacional dos filmes, área que monopolizavam, e pressionaram os distribuidores locais para que fossem mal programados no mercado interno. Uma operação de relações-públicas que envolveu várias formas de suborno de jornalistas, promoveu a crítica negativa mesmo para obras excelentes. Anselmo Duarte, autor e diretor de *O pagador de promessas*, palma de ouro no Festival de Cannes, na França (único filme brasileiro a ter esse prêmio, até hoje). Jamais se recuperaria da campanha de desmoralização e descrédito montada contra ele.

O avanço sobre as agências de publicidade resultou quase automaticamente da invasão de marcas americanas em setores que mais programam publicidade: indústrias alimentícias, produtos de higiene, cosméticos e eletroeletrônicos. Em 1964, a maioria das agências já pertencia a empresas americanas ou a grupos locais a eles associados.

As gravadoras musicais foram todas compradas. Os novos donos suprimiram os tradicionais catálogos de carnaval e meio-de-ano e impuseram, além de gravações de sucesso nos Estados Unidos, uma enxurrada de melodramáticos boleros mexicanos. Os compositores locais recuperaram algum espaço, lentamente, incorporando novos componentes – até o sotaque – a seus trabalhos, aproximando o samba-canção do bolero (sobretudo na fase da fossa – Dolores Duran, Antônio Maria), ou recriando laboriosamente o samba com acento de jazz, na bossa-nova que, afinal, se consagrou como gênero internacional.

As histórias em quadrinhos tinham um passado de criação local, de inspiração principalmente francesa, com heróis infantis ingênuos como Reco-reco, Bolão e Azeitona, criados por Luís Sá em 1931 e que protagonizavam suas aventuras na revista *Tico-Tico*. A liquidação dessa concorrência ingênua começou com o rápido êxito de tiras americanas traduzidas pela Editora Brasil-América, Ebal (com heróis como *Superman*), logo seguida pela Editora Globo, de Roberto Marinho, com as tiras importadas do *Gibi* e do *Globo Juvenil*. Essas publicações, que atingiam circulação gigantesca, foram rapidamente superadas quando Victor Civita, americano de Nova York, obteve contrato de exclusividade dos heróis de Walt Disney para sua Editora Abril, fundada em 1950.

Marinho recebeu o golpe sem reclamar. Bom *publisher*, mau editor, admirava as estratégias comerciais da mídia americana; empregou-as (do estilo gráfico à ênfase nos temas locais e comunitários) no vespertino carioca que herdou do pai, Irineu. No pós-guerra, mostrou-se dedicado cliente da expansão americana no Brasil. Prestou serviços memoráveis no processo que levou ao suicídio de Getúlio Vargas e à superação de seu projeto nacionalista. Com área de influência restrita ao Rio de Janeiro – onde circulava *O Globo* e era ouvida a *Rádio Globo* – recebia atendimento secundário até que se configurou a doença neurológica de Assis Chateaubriand, no começo dos anos 1960, e ele criou o condomínio dos Diários Associados, em que os americanos, por bom senso, não confiavam.

Imediatamente após o golpe de 1964, que tanto ajudou a promover, Marinho firmou um contrato de parceria com a *Time* (na época, *Time-Life*) que lhe permitiu montar emissora de televisão no Rio e – importante para ele – em São Paulo, mercado até então impenetrável.

A invasão americana no pós-guerra foi muito bem recebida pela elite paulista, oriunda do ciclo do café, sempre disposta a se vingar da derrota do levante de 1932 (a chamada “revolução constitucionalista”) e combater o projeto nacional de Getúlio Vargas,

a quem culpava pela perda posição hegemônica que mantinha na República Velha (até a revolução de 1930). A intelectualidade orgânica acantonada na Universidade de São Paulo e a oligarquia do estado encontraram nos americanos o modelo do liberalismo capitalista “moderno” que poderia rejuvenescer seu projeto político. Em ambiente ainda provinciano, em que pontificava *O Estado de São Paulo*, o espírito era – e seria sempre – de franca colaboração.

Os principais veículos de comunicação estavam concentrados no Rio de Janeiro, capital da República. O mais importante era a *Rádio Nacional*, empresa incorporada ao patrimônio da União e não utilizada para fins políticos partidários. Diários, além de *Última Hora*, que Samuel Waine criou, em 1951, para apoiar o trabalhismo e Vargas, e *O Globo*, fundado em 1925, o *Jornal do Brasil*, desde 1891; o *Correio da Manhã*, de 1901; o *Diário de Notícias*, de 1930; *O Jornal*, de 1919 (comprado em 1924 por Assis Chateaubriand), entre vários outros – o mais antigo, o *Jornal do Commercio*, de 1824.

O *Correio* e o *Diário*, principalmente, eram veículos conservadores com discurso próprio. O primeiro tinha passado combativo (orgulhava-se de estar sempre em oposição ao governo, qualquer um) e uma redação de intelectuais destacados (entre outros, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Pascoal Carlos Magno, Aurélio Buarque de Holanda, e Eurico Nogueira França); o segundo, tradição nacionalista e liberal (resistiu aos encantos do Departamento de Imprensa e Propaganda, na ditadura Vargas); ambos só iriam aderir francamente ao golpe de 1964 em sua antevéspera, quando a conspiração estava consolidada.

O papel dos meios de comunicação no golpe militar de 1964 e no golpe jurídico-parlamentar de 2016 coincide nos efeitos, mas difere em muitos aspectos. Em primeiro lugar, em 1964 não havia *Rede Globo*: a televisão tinha influência muito menor na opinião pública e a audiência se repartia entre várias empresas com características diferentes: para uma *TV Tupi*, dos Diários Associados,

engajados na conspiração, havia uma *TV Excelsior*, vinculada à companhia aérea Panair do Brasil e à *Rádio Mayrink Veiga*, do Rio de Janeiro, que apoiava o segmento do trabalhismo mais à esquerda e cedia os microfones a Leonel Brizola – empresas essas liquidadas todas nos meses seguintes.

Também não havia revistas ilustradas semanais com reportagens de denúncia que os diários repercutissem ao longo da semana; magazines ilustrados, *O Cruzeiro* (lançada em 1928) e *Manchete* (1952) não se prestavam a isso.

Diferentemente dos demais diários, o *Jornal o Brasil* se sustentara por décadas – desde a crise financeira de 1929, creio – com uma redação mínima e o virtual monopólio dos anúncios classificados, mercado que os demais veículos desprezavam. Em meados dos anos 1950, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro – viúva de um negociante que comprou o título de conde do Vaticano no início do século XX – decidiu fazer daquele traste um jornal moderno. A renovação foi, de fato, radical – do texto que incorporou a técnica do lead americano (talvez mais o inglês) à diagramação, criada por Amílcar de Castro, escultor construtivista.

O resultado foi a conjunção de duas qualidades que o sistema não admite que andem juntas: influência em um segmento relevante da sociedade (a nova classe média que surgia com o desenvolvimento do país) e pouca dependência do esquema publicitário e financeiro.

Tínhamos, então, no *JB*, alguma liberdade que permitiu, por exemplo, a Jânio de Freitas, então secretário de redação, expressar editorialmente admiração e espanto por uns sujeitos, que, na serra principal da ilha de Cuba, a Sierra Maestra, se dispuserem a enfrentar a ditadura cubana, tirando o país da condição de ‘cassino e puteiro’ para americanos ricos.

Quando Jânio deixou a secretaria – o jornal já sob forte pressão econômica – José Ramos Tinhorão e eu partilhámos por algumas semanas a responsabilidade pela edição. Foi então, em

1962, que tive as primeiras indicações de que havia uma conspiração em curso.

Os jornais começaram a noticiar a agitação e prováveis levantes de sargentos do Exército. Pedi a José Gonçalves Fontes, repórter criterioso, que apurasse o alcance da coisa; ele me fez um relatório informando que os militares citados então ocupavam cargos administrativos. A partir daí, passei a noticiar o assunto em páginas internas. O superintendente da empresa, Manuel Francisco do Nascimento Brito, genro da condessa, foi taxativo: exigiu uma chamada por dia na primeira página e uma foto, pelo menos, por semana, com destaque. Não era trivial esse comportamento.

Na mesma época, eu assessorava a Loteria Federal, mantida pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas, e o governo promoveu uma campanha publicitária. Ao receber a programação de mídia, constatei que *Última Hora*, único jornal que apoiava o governo e o de maior circulação no país, não estava programada. A agência publicitária vencedora da licitação, MacCann Erickson, não tinha sequer a tabela que tivemos que ir buscar por um contínuo.

A conspiração que levaria ao golpe de 1964 era tocada, na mídia, por um pool publicitário que utilizava técnicas de pesquisa de mercado pouco conhecidas no país. Para envolver o *Jornal do Brasil* – e, portanto, seus influentes leitores – a Marplan (*Market Planning*) estudou o mercado publicitário. Constatou que os anúncios de imóveis, não os de emprego, eram o forte dos classificados, em volume e, principalmente, em valor; e que os pequenos anunciantes se comportavam como caudatários de um grupo limitado de imobiliárias que monopolizavam a construção civil na cidade que se expandia em bairros nobres.

A pressão se fez por aí. O *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, criou um caderno de classificados; articuladas por pressão dos bancos financiadores (com destaque para o Banco Nacional, de José de Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais), as incorporadoras de imóveis mudaram-se em bloco para lá e, em

poucas semanas, com a revoada de todos os anunciantes, o *JB*, que saía aos domingos com mais de cem páginas, encolheu para pouco mais de 30.

Empresarialmente, não havia como resistir – e, se havia, não era esse o terreno em que se daria bem um administrador ingênuo como Nascimento Brito. Sua única reação foi encomendar um editorial a Hermano [de Deus Nobre] Alves, jornalista oriundo da *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda e que mais tarde combateria a ditadura militar, seria eleito deputado (na minibancada oriunda da resistência do *Correio da Manhã*, ao lado de Márcio Moreira Alves) e teria o mandato cassado. O texto foi publicado ocupando toda a primeira página em uma edição de sábado: cifrado, dirigido, muito sutil, passou despercebido. Não o encontrei nas coleções da Biblioteca Nacional e do próprio *Jornal do Brasil*: lembro-me apenas que apontava os riscos da unanimidade da imprensa.

A intervenção na redação ocorreu simultaneamente com a contratação de Alberto Dines como editor-chefe, (havia a intenção de manter a identidade *moderna* do jornal). sem ingerência, porém, no conteúdo dos textos. Isso ficou a cargo de outro profissional, Wilson Figueiredo, que lia as matérias antes e depois de passarem pelo *copy desk* onde, segundo a crença generalizada, imperava o “perigo comunista” - isto é, a pretensão inusitada de fazer um jornalismo voltado para os fatos, não para as versões convenientes. Os editoriais passaram a ser escritos na assessoria de imprensa da *Rio Light* onde, sob o comando de Odylo Costa Filho (ele escrevia o filho em letra minúscula e punha uma vírgula antes), trabalhavam o comissário de polícia Rubem Fonseca e a escritora católica Nélida Piñon. Pelo estilo, suponho que quem os redigia era Rubem. Vinham datilografados com perfeição em máquina de escrever elétrica, uma raridade na época.

Episódio típico desse tempo foi a edição da notícia de um relatório do Ministério da Justiça, distribuído pela Agência Nacional, em que se acusava a *Brascan*, *holding* canadense da *Light*, de tomar

empréstimos de bancos oficiais a juros subsidiados e repassá-los a subsidiárias – as empresas que abasteciam de eletricidade as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo – com juros de mercado; isso lhe permitia apresentar bons lucros enquanto as prestadoras do serviço mostravam prejuízos.

Recebi o texto da agência, percebi que era um vespeiro mas – tinha 27 anos de idade – repassei sem dizer nada ao redator mais neutro do *copy*, o romancista baiano Hélio Pólvora. A matéria veio como a técnica manda: destacando o que contei no parágrafo anterior. Wilson leu e, como eu temia, devolveu com a determinação de omitir o essencial e destacar a importância histórica do sistema Light nas cidades por ele abastecidas.

Contemplei-o com um sorriso. E ele: “É preciso demitir o comunista que escreveu isso..”. Respondi lembrando o passado dele como agitador de rua em Belo Horizonte “antes de se converter”. Saiu bolacha e Dines apartou a briga.

Dan/Gilson: O senhor comentou recentemente nas redes sociais “Posso, portanto, assegurar que o que se conhece como “golpe militar” foi, na verdade, resultado de um processo idêntico ao que se passa agora. O sentimento é quase de paramnésia, de déjà-vu.” Poderia retomar essa questão?

As forças armadas vivem um dilema comum a todas as profissões que, no Brasil, dependem de tecnologia importada: o conflito entre a missão e a formação.

Como conciliar as demandas objetivas de um país em desenvolvimento que se pretende, ou pretendia, potência regional e a doutrina e as técnicas adotadas pelo exército de um país convencido de sua excepcionalidade e dotado de recursos enormes para a missão de dominar a Terra e os planetas a serem conquistados?

Os militares brasileiros sempre se dividiram entre o amor à pátria que justifica a existência de forças armadas e a natureza

dependente do país, que se manifesta na ideologia da classe dominante. Como ocorre com todas as corporações, sua força decorre de sua unidade, o que implica comportamento errático, dependente do grupo que, eventualmente, assume a hegemonia.

Na década de 1950, no Exército e na Marinha, a posição legalista foi predominante. Consolidou-se quando, em novembro de 1955, o então General Henrique Duffles Teixeira Lott conteve a conspiração de oficiais da Escola Superior de Guerra (o chamado “grupo da Sorbonne”, onde pontificava, como ideólogo, Golbery do Couto e Silva) e impôs a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República. O cruzador Tamandaré, em que se refugiou o então presidente provisório, Carlos Luz, navegou até Santos, em São Paulo, mas rendeu-se por não encontrar adesão nas forças da Marinha, particularmente no Corpo de Fuzileiros Navais, a tropa de elite, ou, mesmo, na Aeronáutica.

Essa vitória legalista decorreu, em grande parte, da repulsa à quebra da hierarquia militar (quando Carlos Luz em punir um oficial, o Coronel Jurandir Mamede, que, desobedecendo ordens, fez um discurso político contrário à posse dos candidatos eleitos); a provocação de episódios com características similares de insubordinação foi o ponto mais trabalhado pela conspiração que precedeu o golpe de 31 de março – completado, efetivamente, em 1º de abril.

Agentes foram facilmente infiltrados entre praças do Exército e da Marinha e a mídia cuidou de promover toda sorte de descontentamento nos quartéis – por exemplo, a situação dos sargentos que, alcançando nível superior de formação acadêmica, julgavam-se com direito a maiores regalias.

Uma cópia do *Encouraçado Potemkin*, filme de Serguei Eiseinstein, produzido em 1925, sobre o levante dos marinheiros russos em 1905, estreou nos cinemas, em sessão especial para os marinheiros. Levantes inconsequentes de fuzileiros e marujos ocorreram, em Brasília e no Rio de Janeiro.

Toda ação subversiva, em sua fase de planejamento, beneficia-se da radicalização exposta daqueles que pretende derrubar. Em todos os momentos, funcionou a retórica emocional da imprensa, que se aplicava em associar o governo a alas extremadas – aqueles segmentos, comuns na juventude de classe média, que leram a orelha de livros de História e querem resolver em meses, sem consideração dos contextos, processos que, na realidade, se construíram em décadas e em séculos.

Daí a sensação do “já-visto”. Diferente é a evidência, agora mais clara, da luta de classes; destacadamente. Distinta, também, a questão do nível das lideranças. Humberto de Alencar Castelo Branco era um oficial presunçoso e frustrado, mas não medíocre ou corrupto; por mais que se discorde de um Roberto Campos ou de um Eugênio Gudín, não se pode negar a competência desses homens.

Dan/Gilson: Seria possível o senhor falar um pouco sobre como era o sentimento nas redações do Jornal do Brasil e Última Hora quando da construção da narrativa do Golpe de 1964? O senhor percebe um sentimento semelhante na construção da narrativa midiática atual?

Há uma representação ideológica para o jornalista como testemunha que, de perspectiva pessoal (de sua cultura, de sua classe, de seu tempo), ousado e livre, descreve e interpreta os fatos, comprometido essencialmente com a verdade. Mas, o mais das vezes, trata-se de empregado obediente numa estrutura que ora se assemelha a uma indústria de ideias reproduzidas em série, ora a uma prestadora de serviços, ora a loja de departamentos onde se vendem representações fantásticas do mundo.

O ambiente nas redações de jornais brasileiros na década de 1950 – velhas ideias, serviço deficiente, representações banais - não difere em nada de relatos que se incorporaram à literatura do início do século, notadamente os textos de Lima Barreto: algumas figuras destacadas de intelectuais e próceres políticos enfeitando a máquina

de reprodução ideológica. A já então crescente massa de pessoas ocupadas em organizações industriais modernas – técnicos, gestores, trabalhadores qualificados – não se identificava com o estilo pedante e repetitivo, com os jargões policiais ou com a presunção dos suplementos literários.

Última Hora deu a primeira sacudida nesse modelo em 1951: importou a diagramação argentina, industrialmente trabalhosa, mas requintada para a época e se impôs como jornal popular, de linha trabalhista, não doutrinário e não chulo: procurava equilibrar, já na primeira página, temas atraentes para a venda – o que as pessoas gostam de ler – e temas de prestígio – supostamente, o que elas devem ler. Também por isso, e não só pela linha política, incomodou bastante. O *Jornal do Brasil* veio, no fim da década, de origem oposta: tradicional, católico, tão de elite que pouquíssimos liam, abriu-se para o que parecia mais moderno, e deu o segundo choque.

O clima na redação predominantemente jovem do *Jornal do Brasil*, no período em que lá estive, era típico dos empreendimentos pioneiros: supúnhamos que estávamos fazendo história. Da câmera fotográfica Laika, da Alemanha Oriental, à Nikon, japonesa; do lead meio americano, meio inglês, aos ditames gramaticais e estilísticos do Manifesto, da Semana de Arte Moderna; da dependência do salário à inocência da corrupção, tudo apontava para o espelhamento de um país diferente.

Contraditório, decerto: a bossa-nova, orgulho nacional, era uma adaptação do jazz, tão brasileira quanto, mal comparando, as *Rapsódias Húngaras*, de Joannes Brahms, são húngaras (Tinhorão pagou caro por demonstrar isso); o cinema novo, tão sofisticado que só era realmente compreendido em festivais como o de Cannes; a voga dos lambris de jacarandá, lançada nos prédios de arquitetura moderna, logo esgotaria as reservas florestais baianas – mas críticas desse tipo surgem sempre depois, sobre obra feita.

Última Hora era, em 1962, bem diferente Dirigida por Moacir Werneck de Castro, um dos trabalhadores intelectuais mais

destacados de seu tempo (cronista, tradutor multilíngue, testemunha de décadas de História), a redação reunia, desde o repórter policial que entrevistava o bandido eleito pela polícia para ser morto. até o especialista em análise da conjuntura econômica e o colunista (no caso, Paulo Francis) eleito por Samuel Wainer para a terceira página porque tinha um estilo agressivo, adequado para polemizar com Carlos Lacerda . Mais próximos de mim, na redação dos textos finais, gente que eu já conhecia do JB, como Maurício Azêdo (demitido, como eu, por ocasião da greve), e novos colegas, como Aguinaldo Silva, que depois reencontraria no Globo.

A diagramação da primeira página, em 'paquês de chumbo', com fios grossos (de um paica) em azul, exigia tempo; na verdade, as matérias eram praticamente encaixadas em um esquema básico. O critério era combinar chamadas "de venda" (polícia, esporte, questões urbanas, reivindicações sempre chamadas de exigências; "bancários *exigem...*") e "de prestígio", ou formativas (economia, política, cultura). Se a manchete era "de venda", a segunda matéria em destaque era "de prestígio", ou o contrário; considerava-se ainda o valor de atração da fotografia na metade superior da página (fica dobrada em banca).

Dois eventos internacionais marcaram a época em que trabalhei lá: a conquista do espaço, que a União Soviética, após o voo de Yuri Gagarin, liderava amplamente; e o Concílio Vaticano II, cujo principal documento, *Gaudium et Spes*, somava-se à encíclica *Pacem in Terris* (abril de 1963), de João XXIII, indicando o engajamento da Igreja Católica na crítica da ordem social e na busca de uma sociedade mais equânime (nas décadas seguintes, a igreja sofreria processo radical de reação interna a essa postura, enfrentaria forte pressão econômica e pagaria pesado custo político, tanto na América Latina quanto na Europa). Esse o clima que cimentou a abertura à esquerda do governo trabalhista de João Goulart: nunca se julgara tão iminente a reversão da iniquidade nas relações entre países e classes sociais.

Nos últimos dias de maio de 1964, o prédio de *Última Hora*, na Rua Sotero dos Reis, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro – onde, mais tarde, se implantaria a zona do meretrício, transferida da Cidade Nova perto do Canal do Mangue – era guardado por fuzileiros navais a mando do comandante da corporação, Vice-Almirante Cândido da Costa Aragão, inimizado na oficialidade da Marinha, tanto por suas posições nacionalistas, próximas do trabalhismo, quanto por ter ingressado na Força como soldado.

Quando saí do trabalho, quase quatro horas da manhã, no dia 1º de abril, dei um até logo à sentinela. O chefe de reportagem, José Alves Pinheiro Júnior, tinha seguido, horas antes, em um jipe pintado de cinza, sem o logotipo do jornal, no rumo de Resende, onde se esperava – e de fato ocorreu – o encontro com a coluna que vinha de Juiz de Fora sob o comando do General Olímpio Mourão Filho. Acabou sendo preso, na viagem de volta.

Pelo que soubemos na época, o acontecimento militar decisivo no golpe teve dois lances: primeiro, a adesão da Academia de Agulhas Negras (dissidentes, nas forças armadas, são geralmente colocados em cargos sem tropa, como as diretorias de ensino, e seguem conspirando), que usou os cadetes para chantagem emocional; segundo, a traição do General Amauri Kruehl, comandante do II Exército. As tropas que vieram de São Paulo para defender o governo ajudaram a derrubá-lo.

Pela adesão ao golpe, Kruehl recebeu malas contendo US 1,2 milhão (hoje, mais do dobro), levadas em mãos pelo presidente da Fiesp, Raphael de Souza Noschese. Que ele era vulnerável, todos deviam saber: ostentava vida de milionário. Na década de 1950, no *Diário Carioca*, Veneziano, o repórter fotográfico que trabalhava comigo, fotografou-o, então chefe de polícia, confraternizando com contraventor conhecido, em um bar da Praça Mauá: a foto não foi publicada porque, como acontecia com a maioria dos jornais da época, diretores da empresa recebiam da *caixinha* do jogo do bicho, da prostituição e do contrabando quotas correspondentes ao

número de policiais indicados (chamados de *jóqueis*) em delegacias especializadas.

Quando acordei, no começo da tarde do dia 1º de abril, a *Rádio Nacional* mantinha a programação de resistência legalista ao golpe, mas, com o tempo, dava para perceber que não havia notícias atuais, apenas mensagens gravadas. Não demorou muito e uma voz intrometeu-se: “Aqui é um major do Exército...”

Saí de casa e fui de carro até o jornal. Lá o pessoal da portaria transferia arquivos da direção para um caminhão de frete. Um animador de auditórios, Cesar de Alencar, convocava, pela TV Tupi, a corja para o empastelamento do jornal. Quando fui embora, minutos depois, cruzei, sob a linha férrea da Praça da Bandeira, com a caravana de carros de passeio dos que vinham fazer o serviço, com o cano de armas aparecendo nas janelas.

Dei, então, longa volta pela cidade, que terminou tarde da noite. Fui bairro por bairro. Na Zona Sul, onde mora o que se chama de classe média, havia lojas abertas e, em alguns lugares, ambiente de festa: pessoas nas calçadas, bandeiras nas janelas. O mesmo acontecia na Tijuca e Rio Comprido, também considerados, na época, “bairros bons”. No restante da cidade – Zona Norte; subúrbios da Central, Leopoldina e Linha Auxiliar; Zona Oeste e Centro – silêncio pesado, ruas vazias, nem mesmo os postos de combustível abertos. Um dia de luto.

Do passeio, voltei ao jornal. A garagem, do outro lado da rua, e os carros de reportagem incendiados (foram os bombeiros, atraídos pelo incêndio e também com guarda armada, que espantaram os depredadores). Quanto ao prédio principal, um quadro contraditório: subiram até a redação, no primeiro andar, e quebraram tudo; não ultrapassaram a porta pantográfica que vedava o acesso pela escada ao segundo e último andar, onde funcionava a administração.

No térreo é que houve o lance mais interessante, que pudemos reconstituir pelos indícios deixados.

O acesso era por um corredor estreito, com paredes revestidas de madeira envernizada. À direita, atrás de uma porta, a impressa Marinoni, velha de oitenta e tantos anos e que não era mais utilizada (as edições cariocas rodavam em outra rotativa, instalada em um prédio da Avenida Presidente Vargas, na Praça Onze, construído para o *Diário Carioca* na década de 1950). À esquerda, no fim do corredor, depois da lanchonete, o acesso ao elevador e à oficina de composição, com linotipos que compunham as matrizes das páginas.

Acontece que, bem em frente de quem entrasse, havia outra porta de vidro, esta pesada, a prova de balas: ali funcionara, em outros tempos, a caixa que movimentava o dinheiro da empresa. Alguém atirou contra a porta: deixou marca. Creio que por isso não tentaram empastelar a oficina de composição e, na madrugada do dia 2, pudemos tirar, usando as quatro máquinas de escrever que havia nos escritórios do segundo andar, uma edição especial, de quatro páginas, para que nem um dia faltássemos nas bancas.

Nas semanas ou meses seguintes, vivemos uma experiência interessante. Feito o levantamento do estoque de papel, criou-se uma economia de guerra, em que os empregados eram pagos, dia após dia, na ordem do menor para o maior salário. A massa de leitores não diminuiu, embora, assustados, os jornaleiros evitassem expor os exemplares nas bancas: era a expressão de solidariedade da maioria silenciada. João Goulart tinha grande apoio popular, comprovado em pesquisas de opinião que não se publicaram na época.

Samuel Wainer partiu para o exílio na França, onde negociou o jornal paulista com a *Folha de São Paulo*, que mais tarde compraria também o título do jornal carioca, em ambos casos para que não voltassem a circular: o dono, Octavio Frias, negociante vinculado a Ademar de Barros, aderiu por inteiro ao golpe militar temendo retaliação e colaborou, na década de 1970, com a Operação Bandeirantes, de repressão a movimentos divergentes.

De volta do exílio, dois ou três anos mais tarde, Samuel tentou relançar em grande estilo o jornal carioca (as oficinas de Recife, Pernambuco, foram empasteladas e as de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, apropriadas para a fundação da *Zero Hora*, que logo passaria às mãos da família Sirotsky -- Sani Sirotsky era superintendente da rede Última Hora, no Rio de Janeiro); poucas pessoas, em nosso meio acreditavam que tivesse êxito e, de fato, não teve. Implantado o discurso unânime, não haveria mais espaço, no Brasil, para mídia ideologicamente diversificada.

Creio que fui um dos últimos empregados a receber sem problemas a indenização trabalhista, em notas de dinheiro miúdo quando me mudei para a *Manchete*, de Adolfo Bloch

Após a eleição de 1966, em que mostrou força política, o *Correio da Manhã* tornou-se alvo prioritário da repressão: sua proprietária, Niomar Muniz Sodré, foi presa junto com os principais redatores; estrangulado economicamente, o jornal foi vendido a empreiteiros e agonizou até 1974.

Destino similar teve o *Diário de Notícias*, os donos, Ondina Portela Ribeiro Dantas e seu filho, João Ribeiro Dantas, que promovera e propusera, no final da década de 1950, um projeto nacionalista (desenvolvido na PUC-Rio, sob a coordenação do Professor José Artur Rios) a Jânio Quadros, foram duramente perseguidos; o jornal circulou por algum tempo sob intervenção federal e terminou nas mãos de empresas ligadas à ditadura; com interrupções, chegou, desfigurado, a 1976.

O *Jornal do Brasil* aguentou mais tempo: mal administrado (meteu-se na aventura de uma custosa mudança de sede e compra de máquinas impressoras que logo se tornariam obsoletas), descaracterizou-se ao longo dos anos 1970, marcadamente após o afastamento de Alberto Dines da direção de redação; com linha editorial errática, tentou sem êxito competir no mercado do Rio de Janeiro com *O Globo* – a essa altura impulsionado pelo gigantesco investimento público feito na *Rede Globo*, "a emissora da revolução".

Terminou arrendado, em 2001, a um negociante do setor portuário que se dedicou à compra de títulos de veículos de comunicação falimentares (comprou também a *Gazeta Mercantil*). Irrelevante, passou, em 2010, a circular apenas online.

Dan/Gilson: No seu comentário nas redes sociais, o senhor falou a respeito de diversos grupos em 1964 - juristas de aluguel, "aliados" do governo, direita paranoica, mídia comprada, esquerda sonhadora e infiltrada, dentre outros. Como o senhor percebe a construção dos grupos no processo de 2016? Podemos falar em golpe? Ou é muito cedo para isso?

Não há como ter outro entendimento senão o de um golpe judiciário e legislativo.

A substituição da pessoa do presidente foi, na verdade, manobra para reversão de todo um projeto político; o uso de recursos de banco público para cobrir déficit ocasional de caixa, sem prejuízo financeiro, não é motivo para se depor um governante eleito: a expressão "pedaladas fiscais" foi tipicamente usada por esconder o conteúdo a que se refere. Em sentido amplo, não se pode confundir a exigência de moralidade na gestão do dinheiro público com a judicialização da política, incompatível com a democracia, nem punir pela desonestidade (antiga, histórica) do sistema pessoa que não se comprovou ser desonesta.

Na raiz desse processo está a aliança construída, ao longo de décadas anos anteriores, entre oligarquias, os interesses multinacionais e a *modernidade dependente* de São Paulo. Desse acordo resultou uma representação parlamentar em que predominam pessoas temerosas de uma investigação séria de seus malfeitos, a par de um Judiciário que almeja todo poder.

Voltemos aos componentes da conspiração:

A formação de juristas no Brasil origina-se da escolha da carreira acadêmica do primogênito dos primeiros ocupantes da terra, que a tomaram por arbítrio do rei de Portugal ou por outra

forma de esbulho. Tratava-se de validar a apropriação do território, ampliá-lo, esconder a repressão de moradores resistentes e escravos rebeldes.

Isso explica, em parte, a fechada posição de classe da instituição jurídica, que tende a aderir a comportamentos conservadores. Soma-se isso à cultura genérica da profissão, fundada no corporativismo, no formalismo excessivo, na valorização das aparências e na capacidade de relativizar no discurso dados da realidade. Estavam lá nos anos 1950 e seguintes – os da *banda de música da UDN* – fabricando argumentos conforme a conveniência: a *maioria absoluta* não prevista constitucionalmente nas eleições; a ameaça da *república sindicalista*; o *abandono da presidência* com o presidente ainda em território nacional; os *atos institucionais*. Nada diferente do *domínio do fato*, da *delação premiada*, do milimetrado ritual do impeachment de Dilma Rousseff. Só que agora – pelo menos eles acham – em causa própria.

O mesmo quanto aos oligarcas, chamados, na República Velha (até 1930) de *carcomidos*. Oriundos de famílias ou clãs ideológicos que dominam estados e municípios, estão sempre onde o poder federal está. Contra eles, Getúlio Vargas, inutilmente, nomeou *tenentes interventores*. Ninguém jamais os enfrentou, militares incluídos.

A grande mídia, como vimos, é hoje quase unânime. O espaço de manobra do empresário que tenta construir, nela, uma imagem diferenciada é pequeno, como são limitadas as perspectivas de quem pretende conquistar por via comercial espaço relevante na opinião pública.. Cada mínima dissidência torna-se, assim, um ato de ousadia. No melhor estilo americano, o pensamento discordante mora em guetos: publicações marginais, colunas de ícones culturais ou jornalísticos, eventos do ciclo universitário, blogues. A Internet permite a cada um dizer de público o que pensa, mas não que muitos o ouçam; a soma de muitas vozes é apenas vozerio.

Quanto à esquerda conveniente, resulta de condições históricas peculiares. O movimento comunista no Brasil esbarrou no trabalhismo de Vargas: com sua política que, em muitos casos, antecipou lutas sociais, ele deixou ao pensamento revolucionário o espaço único da classe média: os militares da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, os intelectuais generosos e indignados do pós-guerra, os movimentos guerrilheiros do final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Os descendentes fragilizados dessas propostas extremas (não digo radicais, porque, se eventualmente vão à raiz, não passam pelo caule do problema) esfacelam-se em grupos discordantes que se manifestam amplamente na juventude acadêmica. Vários deles têm sido mobilizados pela inteligência das conspirações conservadoras em operações de *falsa bandeira*; como comprova a experiência, formam quadros que, em boa parte, irão aderir a partidos de direita.

Dan/Gilson: Aproveitando esse momento ímpar, como o senhor vê as recentes mudanças nas diretrizes curriculares? Percebe ganhos e perdas?

Há ganhos, sem dúvida. Mas o ganho maior virá quando se tornar pacífico o entendimento de que a área de comunicação social como foi formatada na década de 1960 (funcionalismo+escola de Frankfurt+relativismo cultural) é um arranjo que obedeceu a intenção despolitizadora.

O jornalismo é uma prática social de origem remota, que se consolidou com a disponibilidade de meios tecnológicos (da escrita ao bit); pressupõe compromisso com a verdade factual e com os valores humanos, mas se realiza essencialmente através do domínio dos meios de produção. Sendo prática simbólica, prescinde de um estudo aprofundado dos signos, da semântica, pragmática e contextos dos discursos sociais.

Dan/Gilson: Quanto ao Estágio em Jornalismo, o senhor percebe espaço para ampliação da compreensão do trabalho do jornalista?

Hoje, o principal mercado de trabalho para jornalistas é o meio corporativo e institucional. Nele, na atividade autônoma e em empresas menores – aproveitando as oportunidades abertas pela banalização das tecnologias de produção e pela veiculação via Internet – a tendência é para a especialização por assunto e público.

Nessa área – e não nos veículos tradicionais – está a melhor oportunidade de treinamento, especialização e estágio, desde que este não seja aceito como exploração do trabalho de quem aprende – assunto de que se ocupa, em geral, a fiscalização do trabalho.

Dan/Gilson: Pensando no trabalho que executa de avaliação por pares em revistas acadêmicas, como o senhor vê esse processo?

Estou afastado da academia há dez anos. Não me julgo habilitado a avaliar trabalhos acadêmicos, exceto em itens pontuais compatíveis com minha experiência anterior.

Dan/Gilson: Qual o papel que atribui a divulgação científica?

Tudo que se publica – com exceção do primeiro *paper*, dirigido a pares de dada pesquisa – é divulgação. Inclui-se aí o artigo destinado a outros pesquisadores e áreas afins, o compêndio, orientação da aplicação prática (a médicos, por exemplo, sobre fármacos ou técnicas cirúrgicas; a engenheiros sobre fenômenos de física ou química; a usuários, sobre tecnologia), o relato de uma experiência. Cientistas precisam expor-se e expor suas ideias, até porque, assim, as terão mais claras; o que se pode fazer, eventualmente, é apoiá-los nessa tarefa.

Por isso não gosto da palavra “divulgação” para o trabalho jornalístico. Melhor – e é o que se está usando no mundo – jornalismo científico: a atualização de um conhecimento para um público amplo e o debate aberto sobre temas científicos específicos..

Acredito que se uma área de especializações em que há grande carência e cujo desenvolvimento depende tanto da vocação de quem a procura quanto da compreensão do ambiente científico. Embora seja possível especializar em jornalismo o profissional de ciência, o oposto parece mais razoável, se considerarmos os prazos de formação.

Dan/Gilson: Gostaríamos de um posicionamento seu sobre o processo de avaliação de publicações científicas, sobretudo revistas. Como você percebe esse processo? Avaliação alta quer dizer qualidade alta dos artigos?

Não estou a par de detalhes do debate que se trava sobre este assunto.

Tudo que posso dizer é que a avaliação quantitativa, gerando produção exagerada de artigos irrelevantes ou pontuais em que se fatia uma pesquisa, é, certamente, problemática.

No entanto, problemática, por igual, é a ênfase excessiva na avaliação de qualidade pelos pares, porque tende a confirmar o já sabido e conter o discurso crítico; desmerecer o pensamento novo – ou, em extremo, recorrendo ao modelo de Kuhn, prolongar o paradigma, rejeitando os sinais da revolução iminente do conhecimento em dado campo.

A melhor solução que conheço – estou importando do campo da seleção de obras de arte – é reservar uma porcentagem menor à aquilo que contraria o *mainstream* ou o interesse dominante em uma área de conhecimento.

POR UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: Na oficina sociológica de Cristiano Bodart tomando Café com Sociologia

Fagno da Silva Soares

Entrevista realizada em 09 de setembro de 2018, com o sociólogo Cristiano Bodart, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e membro da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e destacado pesquisador dos estudos em ensino de sociologia no Brasil.

Cristiano das Neves Bodart, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cuja produção sociológica é substancial aos estudos em ensino de sociologia no Brasil. Seus estudos e reflexões acerca do ensino de sociologia no Brasil têm obtido ressonância entre o público acadêmico no país, auferindo relevo no avanço no conjunto da produção sociológica brasileira. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, 2016) com a tese *Os Partidos Políticos e os Movimentos Sociais na Construção de Espaços Institucionalizados de Participação Social*, mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes (UCAM, 2009) e licenciado em Ciências Sociais (2002). Participa do Conselho Editorial de importantes periódicos nacionais na área de

sociologia e afins. Em sua profícua produção intelectual têm publicado inúmeros artigos em periódicos científicos de amplo alcance, capítulos de livros e apresentações de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais e realizado palestras nas mais diferentes universidades brasileiras. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas e vinculado ao Educação do Centro de Educação (CEDU) dessa mesma instituição, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais (ICS-UFAL) e da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Atua como editor-chefe da Revista Café com Sociologia e dos Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS). Fundou há dez anos, o mais prestigiado blog de Sociologia e Ensino de Sociologia no Brasil, o Blog Café com Sociologia.

Durante a entrevista, o sociólogo Cristiano Bodart falou de sua trajetória profissional, e fez reflexões acerca do ofício do/a sociólogo/a e de seus (di)lemas no século XXI, passando pelos 10 anos do Blog Café com Sociologia até o processo de fortalecimento dos estudos em ensino de sociologia no Brasil com a criação do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Por fim tratou dos desafios, trajetória, experiências e perspectivas do Ensino de Sociologia no país.

Fagno da Silva Soares: Boa noite, caro professor Cristiano. Agradecemos a disponibilidade e o modo tão solícito e gentil, que de pronto se dispôs para esta entrevista, e, por conseguinte, registramos nossa satisfação em realizá-la. Destarte, tomemos como mote inicial desta nossa interlocução, a sua trajetória profissional, penso que para compreender o cientista social Cristiano Bodart, antes de tudo, temos de pensar sobre a pessoa e a trajetória de vida do Cristiano. Assim, desejamos iniciar em sucintos relatos, ouvindo

um pouco de sua história desde a infância, seu lugar social, bem como, as motivações que o levaram à escolha da carreira de sociólogo e professor de sociologia. Afinal, quem é Cristiano Bodart?

Cristiano Bodart: Sou oriundo de família bem humilde. Tive 4 irmãos, sendo uma irmã biológica por parte de pai e mãe, um meio irmão por parte de pai, uma irmã adotiva por parte de pai e um irmão adotivo por parte de minha mãe. Meu meio irmão e meu irmão adotivo faleceram ainda jovem. Um vitimado por câncer, aos 12 anos, e outro por acidente de motocicleta, aos 18 anos. Meu pai pescador artesanal e minha mãe doméstica diarista por quase toda a sua vida, tendo exercido também atividade de vendedora porta a porta e artesã. Ambos estudaram apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental, correspondente ao 5º ano. Nasci num pequeno município localizado no litoral sul do Espírito Santo, Piúma, na época com cerca de 4 mil habitantes, os quais viviam em sua grande maioria da pesca e do artesanato. Hoje o município tem pouco menos de 20 mil habitantes. Meus pais se divorciaram quando eu tinha uns de 8 anos de idade. Na ocasião, enquanto que minha irmã ficou com meu pai, foi morar com minha mãe no interior, em uma casa bem simples; de madeira. Morei nessa casa “de favor” por uns 3 anos. Nesse período estudei em uma escolinha pluridocente de zona rural de uma única sala. Lembro que os grupos de alunos eram separados por série por meio de cortinas instaladas pela professora. Depois fui morar em outro município do litoral capixaba onde estudei em duas escolas municipais de Ensino Fundamental II, não mais pluridocente. Fiz meu Ensino Médio em uma escola estadual, na minha cidade natal, onde tive contato com uma professora de Geografia licenciada em Ciências Sociais que foi minha inspiração a ser professor. A princípio buscava ser professor de Geografia, mas não havendo esse curso nas proximidades de onde eu morava resolvi cursar o mesmo de minha professora (Ciências Sociais), o qual era ofertado em uma instituição privada localizada a 80 Km de minha

cidade. Era a instituição superior mais próxima de minha cidade. Nesse período eu trabalhava como serralheiro durante o dia, para custear o transporte e as mensalidades do curso, e estudava a noite. Nos fins de semana trabalhava como artesão com minha mãe. Durante o curso me encantei com a Sociologia. No último ano do curso iniciei minha carreira de professor em uma escola da periferia atuando no Ensino Fundamental II e numa turma de 3º ano do Fundamental I, lecionando a disciplina de Geografia e História, respectivamente. Depois disso continuei lecionando no Ensino Fundamental a disciplina de Geografia e alguns anos depois passei a lecionar Geografia e Sociologia no Ensino Médio. Antes de ser professor trabalhei em muitas coisas diferentes: auxiliar de pescador, ajudante de pedreiro, jardineiro, ajudante de serralheiro, serralheiro profissional e artesão. Me casei, há 12 anos, com uma mulher maravilhosa que sempre me apoiou e colaborou diretamente para a construção de minha trajetória profissional e pessoal, a quem sou muito grato. Anos antes de casar retornei para minha cidade natal e vivi lá até 2016, ano que fui morar em Maceió, Alagoas.

FSS: Professor Cristiano Bodart, fale-nos um pouco das influências teóricas que sofreu durante a sua graduação em Ciências Sociais. Quais correntes sociológicas dominavam a cena acadêmica e como isso o afetou profissionalmente? E conte-nos como foi o mestrado e o doutorado, respectivamente na UCAM e USP, e seu ingresso na carreira universitária. Neste sentido, quais sociólogos/as exerce[ra]m importante papel na sua formação inicial e continuada como sociólogo? Somado a isto, quais são, a seu ver, os (di)lemas e desafios enfrentados pelos/as sociólogos/as no século XXI?

Cristiano Bodart: Durante a graduação as teorias marxistas foram as que mais me atraíram. Acredito que isso se deu pelo diálogo direto que elas faziam com minhas condições materiais e minha história de vida. Foram elas que me levaram a ver a docência para além de uma

profissão, enxergando-a como um ato político-crítico, meio instrumental de redução das injustiças sociais, uma espécie de estratégia interna de combate a estrutura de classe. No mestrado, mantendo a preocupação em pensar as injustiças sociais, me dediquei a compreender os impactos da participação popular na alocação dos recursos públicos e os impactos disso na estrutura socioeconômica espacial; esforço influenciado também pelo trabalho de Gunnar Myrdal, dos anos de 1960. No doutorado, buscando amadurecer a compreensão em torno da participação popular, me aproximei de outras teorias que tratavam dos movimentos sociais. Isso ocorreu por identificar algumas limitações nas teorias marxistas que se preocupavam com a temática. Assim, busquei realizar diálogos entre teorias americanas (Teoria dos Processos políticos) e europeias (Teoria dos Novos Movimentos sociais) para melhor entender o processo de construção de espaços de participação social na gestão pública. Ainda que pensando questões da Sociologia Política durante o mestrado e o doutorado, continuei enxergando a docência como um ato político privilegiado de resistência aos ataques à democracia e aos menos favorecidos, bem como compreendendo-a como um instrumento de fomento do engajamento político consciente. Pensando dessa forma, mantive uma dedicação à docência em Sociologia buscando pensar maneiras de aproximar os alunos de questões tão caras ao futuro de todos nós. Quero dizer com isso que minha entrada no subcampo de pesquisa denominado “ensino de Sociologia” deu-se por envolvimento prático, por acreditar na potencialidade do ensino de Sociologia para a construção de um país melhor.

FSS: Desde o início de sua carreira, é nítido seu especial interesse pelo ensino de sociologia, espelhado em sua produção intelectual, a exemplo de uma de suas atuais pesquisas que versa sobre os primeiros manuais de Sociologia brasileiros utilizados no ensino secundário e superior brasileiro até meados do século XX. Seria a

tentativa de construção de uma história do ensino de Sociologia no Brasil? Conte-nos um pouco das motivações pelo campo do Ensino de Sociologia que se tornou mote central em suas pesquisas.

Cristiano Bodart: Exatamente nesse momento estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a história do Ensino de Sociologia no Brasil. Estou tomando como *corpus* de pesquisa cerca de 50 manuais de Sociologia da primeira metade do século XX, coleção adquirida nos últimos anos. Propomos na pesquisa compreender elementos e configurações que envolveram o ensino de Sociologia no Brasil nesse período. Por escassez de estudos que tenham partido de fontes primárias a trajetória que conhecemos do ensino de Sociologia no Brasil precisa ser reavaliada. Meu interesse no ensino de Sociologia, como objeto de estudo, se deu por minha proximidade cotidiana com a prática docente. Iniciei minhas atividades como professor de Sociologia num período de quase ausência de recursos e estratégias didáticas específicas para o ensino de Sociologia, o que, de certa forma, me levou a tomar a minha prática como objeto constante de reflexão e de experimentações pedagógicas. Dessas necessidades criei, em 2009, o Blog Café com Sociologia, e acabei me envolvendo com o subcampo de pesquisa que se desenvolvia no Brasil. Em outros termos, o professor de Sociologia deu origem ao pesquisador de ensino de Sociologia. As condições de ordem cotidiana me levaram à pesquisa. Minha ida para a Universidade Federal de Alagoas teve como fator motivador o interesse em ocupar vaga de docente formador de professores de Sociologia, que foi aberta logo após a conclusão do meu doutoramento na Universidade de São Paulo – USP. A escolha pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL esteve também relacionada com o fato de que já havia ali um grupo de pesquisa e estudos voltado às questões relacionadas ao ensino de Sociologia. Certamente minha ida para a Universidade Federal de Alagoas vem

colaborando bastante para o meu envolvimento com a temática ensino de Sociologia.

FSS: Prestes a completar 10 anos de criação o Blog Café com Sociologia, tem se mostrado um projeto exitoso, cada vez mais popular entre os professores de sociologia do ensino médio do país, considerado o mais importante projeto de divulgação científica e pedagógica em Ensino de Sociologia do Brasil. Disto isto, quais as motivações que o levaram a criação deste blog? Relate-nos dos desdobramentos e devolutivas do Blog Café com Sociologia, a exemplo da Revista Café com Sociologia criada há pouco mais de cinco anos. Quais os contributos à comunidade acadêmica do blog e do periódico? E quais têm sido os principais desafios enfrentados?

Cristiano Bodart: O que me motivou a criar o blog em 2009 foi a escassez de recursos e estratégias didáticas para o ensino de Sociologia, bem como a dificuldade de acesso a textos mais apropriados ao Ensino Médio. Na época o criei para ser um espaço de armazenamento do que eu produzia para as minhas aulas. Era uma espécie de HD virtual de acesso aberto aos meus alunos e a uns poucos professores de Sociologia que eu conhecia pessoalmente. Esses professores foram solicitando que eu desse acesso a outros colegas deles, o que demandava enviar e-mails de permissão de acesso. Como os pedidos se ampliaram muito rapidamente, um mês depois mudei as configurações do blog para público, isso em fevereiro de 2009. Não fazia ideia de que o Blog alcançaria em pouco tempo um público tão grande; entre 2009 e 2012 já eram cerca de 10 mil acessos por dia. A inexistência de livros didáticos de Sociologia no PNLD certamente foi um fator que estimulou professores e alunos acessarem o blog num primeiro momento, mas que acabaram se convertendo em seguidores mesmo após a distribuição de livros didáticos nas escolas. Em 2012 passei a contar

com a colaboração do professor Roniel Sampaio-Silva²⁵. Demos ao blog uma nova roupagem, tornando-o mais moderno e organizado, assim como mantendo-o cada vez mais atualizado. Juntamente com Roniel Sampaio-Silva desenvolvi *Podcasts* que foram premiados pelo Ministério da Educação. A parceria foi fundamental para que o blog passasse a ser responsivo e vinculado às redes sociais de forma automatizada, mantendo-se atualizado e com grande volume diário de acessos.

Desde sua criação foram quase 10 milhões de acessos. Atualmente o blog é acessado diariamente por umas 9 mil pessoas, com certa de 15 mil visualizações diárias. A *fanpage* do blog tem mais de 180 mil seguidores. Gratificante é encontrar, por todo o país, professores testemunhando que o blog os ajudaram, ou os ajudam, muito no desenvolvimento de suas práticas docentes. Já recebemos diversas mensagens de jovens narrando que optaram por cursar Ciências Sociais por influência do Blog. Diversas pessoas compartilham nas redes sociais abordagens sociológicas que antes estavam restritas aos cientistas sociais; isso nos motiva a continuar o trabalho de divulgação da Sociologia. Nesse sentido, o blog, além de um espaço de apoio a professores e alunos, se configura como instrumento político de popularização da Sociologia - importante em tempo de preconceitos e estereótipos em torno da disciplina e do professor de Sociologia.

A Revista Café com Sociologia era, à princípio, um projeto de desdobramento do blog, mas que ganhou autonomia, agregando um conselho editorial composto por professores e pesquisadores de diversas partes do país. Tratava-se de uma proposta de criação de espaço para a publicação de trabalhos que julgávamos, naquele momento, mais relevantes aos professores de Sociologia e

²⁵Roniel Sampaio-Silva é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre em Educação pela Universidade de Rondônia/UNIR e possui especialização em ensino de sociologia pela Universidade Cândido Mendes.

pesquisadores do Ensino de Sociologia, embora não limitando seu escopo. Criamos na revista três seções atípicas ao formato das revistas acadêmicas: relato de experiência docente; análise sociológica de filmes e; análise sociológica de músicas. A proposta acabou tendo ótima aceitação e a revista passou a contar com um volume significativo de acessos. Até o momento dessa entrevista foram lançadas 17 edições.

FSS: Sabe-se que o crescente interesse pela sociologia em suas diferentes temáticas no ciberespaço, sublinha a necessidade de refletirmos ainda mais quanto às disputas conceituais e de campo, sobretudo quanto ao seu ensino, como dito, alhures. Logo, refletir suas perspectivas, experiências e tendências no Brasil se fazem imperioso. Neste sentido, fale-nos um pouco sobre esta sociologia que poderíamos chamar de uma Sociologia Digital (fazendo alusão a História Digital²⁶) quanto ao seu papel no ensino, na pesquisa e na produção do saberes sociológicos nas mídias digitais em linguagens cinematográfica, iconográfica, literária e/ou midiática no ciberespaço e o contributo do Blog Café com Sociologia neste processo de produção, divulgação e circulação do conhecimento sociológico em suas diferentes linguagens voltadas para professores do ensino médio.

Cristiano Bodart: Não tenho certeza ser correto o uso da expressão “Sociologia digital” para a presença da Sociologia no ciberespaço. Talvez seria mais apropriado falarmos em “Sociologia Pública”, já que o ciberespaço é apenas um dos *locus* onde a Sociologia se

²⁶Sobre a História Digital, vide o dossiê *História Digital: perspectivas, experiências e tendências* publicado pela Revista Observatório UFT/UNESP sob a coordenação dos professores Fagno Soares (IFMA), Marta Rovai (UNIFAL) e Bruno Leal (UnB, Café História). <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/180>

publiciza, alcançando a partir desse espaço a vida cotidiana concreta das pessoas. Apostamos no Blog Café com Sociologia por acreditar ser fundamental tornar a Sociologia mais conhecida aos não cientistas sociais/sociólogos, bem como por entendermos a necessidade de ampliar as possibilidades estratégicas do ensino de Sociologia. Sabemos que os jovens estão amplamente inseridos no ciberespaço e que precisamos, enquanto educadores, nos aproximar deles; essa necessidade nos leva reconhecer as tecnologias digitais como meios importantes para dialogar com esse público. Eles estão acostumados com um mundo dinâmico e cheio de novidades e a escola precisa se dinamizar e inovar para atrair o interesse desses alunos. Outro ponto importante de uma “Sociologia Pública” está na necessidade de fomentar a pesquisa em torno do ensino de Sociologia, demonstrando ser um subcampo de pesquisa importante e necessário ao aprimoramento do ensino de Sociologia no cotidiano escolar e a formação de professores de Sociologia.

Tenho me convencido que o Blog Café com Sociologia vem contribuindo para o desenvolvimento de estratégias e recursos didáticos para o ensino de Sociologia para além das práticas tradicionais, indicando diversas outras possibilidades, tais como o uso de linguagens e recursos cinematográficos, iconográficos, literários e midiáticos, etc. Em certa medida, nos parece que o blog teve, na história recente de presença da Sociologia na escola, uma contribuição importante para o esclarecimento do que e como ensinar Sociologia em um tempo onde a dúvida não era exceção, mas a regra; aqui falo como se estivesse olhando meu rosto no espelho.

FSS: Por Sociologia Pública²⁷, Michael Burawoy define de estilo, genericamente o *modus operandi* de fazer engajada a sociologia,

²⁷A despeito do aprofundamento acerca da sociologia pública, vide: BURAWOY, Michael. For a public sociology. *American Review*, v.70, fev. p.4-28, 2005. / BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Org.). **Por uma sociologia**

sem, contudo perder a cientificidade como horizonte de perspectiva, tónus do fazer sociológico, um estilo da narrativa sociológica para comunicar-se com diferentes públicos, e não somente com os pares. Neste sentido *Sociologia Pública a la brasileira*,²⁸ ainda muito germinal tem uma farta gama de temáticas a serem perscrutadas e um longo e promissor caminho a percorrer, algo semelhante tem ocorrido com a História Pública no Brasil.²⁹ Noutros termos, gosto muito de um artigo que você publicou nos Estudos de Sociologia

pública. São Paulo, Alameda, 2009. / BURAWOY, Michael. Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 219-230, out. 2009. / CALHOUN, C. The Promise of Public Sociology. **British Journal of Sociology**, v. 56, n. 3, p. 355–363, 2005. / BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. **Política e Trabalho**, Recife, n. 25, p. 9-50, out. 2006. / PERLATTO, F.; MAIA, J. M. **Qual sociologia pública?** uma visão a partir da periferia. Lua Nova, São Paulo, n. 87, p. 83-112, 2012.

²⁸Sobre a Sociologia Pública no Brasil, destacamos: BOM JARDIM, Fernando Perlatto. **Sociologia pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos.** 2013. 433p. Tese [Doutorado em Sociologia]. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. BRAGA, Ruy; SANTANA, Marcos Aurélio. SOCIOLOGIA PÚBLICA: engajamento e crítica social em debate. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/UFBA - **Caderno CRH** - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, v. 22, n. 56, maio/agosto, 2009, pp. 223-232.

²⁹Já sobre os encaminhamentos da História Pública no Brasil, vide: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta (Orgs.). **Introdução da História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011. / MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. / ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em Debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018. / MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. Acrescentamos ainda, um dossiê temática sobre a História Pública, vide: SOARES, Fagno da Silva; ROVAI, Marta Gouveia; PORTO JUNIOR, Gilson. Por uma história pública: filigranando comunicação e ensino. **Revista Observatório (UNESP/UFT)**, v. 3, n. 2, abril-junho, pp. 25-40, 2017.

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE em 2016, *Um raio-x do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções*, também assinado por Roniel Sampaio-Silva, que ajuda-nos a compreender o atual perfil do professor de sociologia no ensino médio, entre os resultados identificou-se a falta de professores licenciados em Ciências Sociais e Sociologia. Fale-nos um pouco do perfil do professor de sociologia do ensino médio no Brasil.

Cristiano Bodart: A pesquisa apresenta uma espécie de raio-x do professor de Sociologia tirado no ano de 2016. Acredito que pouca coisa mudou. É certo que existem variações regionais, que não consideramos no estudo, mas em geral, na moda, professor de Sociologia brasileiro tem poucos anos de experiência profissional, graduados em instituições públicas após 2008, não licenciado em Ciências Sociais, sem formação complementar. Trata-se, na maioria das vezes, de professores brancos ou pardos e do sexo feminino. É um profissional que trabalha em mais de uma escola ou em mais de um turno, atuante na rede pública de ensino onde possui precário acesso aos recursos didáticos de Sociologia, além de sentir-se duplamente desvalorizado: pela sociedade, por ser professor; pelos colegas de trabalho, por lecionar uma disciplina erradamente vista como menor ou menos importante. Esse perfil vem gradativamente se transformando num perfil mais adequado a necessidade da prática docente, mas será necessário ainda alguns anos para ser completamente modificado. Essa situação é explicada, em grande medida, pelo fato de termos apenas 10 anos de reintrodução oficial da Sociologia no currículo escolar e, geralmente, com apenas uma aula semanal.

FSS: Noutras áreas como a geografia e até mesmo na história, muitos professores universitários já consagrados atuam na coordenação e produção de livros didáticos, algo ainda pouco comum na

sociologia. Em sua opinião, a que se deve isto? Qual seria, portanto, os rumos da Sociologia no Ensino Médio frente à Base Nacional Comum Curricular BNCC? Você tem atuado na formação inicial e continuada de professores de Sociologia na universidade, você considera que nossas graduações em Ciências Sociais estão cada vez mais bacharelescas?

Cristiano Bodart: A produção de livros didáticos está muito atrelada ao mercado. Há duas situações a serem consideradas: a recente reintrodução da disciplina e uma incerteza da permanência da Sociologia no Ensino Médio. Desde 2008, quando foi aprovado a Lei nacional de reintrodução da disciplina as tentativas de retirá-la do currículo estiveram presentes. Se compararmos o momento atual com outro período, de maior estabilidade da sociologia no ensino secundário brasileiro, entre 1925 a 1942, veremos a diferença do volume de livros produzidos. Na década de 1930 foram produzidos algumas dezenas de manuais voltados a esse nível de ensino, mesmo não havendo incentivos diretos do governo, tal como o Plano Nacional do Livro Didático que temos hoje - que amplia significativamente o número de exemplares de cada obra aprovada, o que pode estar desestimulando a produção de manuais ou livros didáticos de editoras menores com chances mais reduzidas de conseguir ter seu título selecionado pelo PNLD, uma vez que um mercado fora do PNLD acaba quase inexistindo. Mas, por outro lado, hoje mais alunos e professores têm acesso a obras de Sociologia para o ensino secundário, o que ocorre por sua distribuição gratuita. No último PNLD 17 livros de Geografia foram inscritos, de História foram 18, enquanto que de Sociologia e Filosofia foram 12. Notamos um número menor de obras de Sociologia e Filosofia. Porém, se observarmos o número de inscritos de obras das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática vamos ver que foram inscritos 15 e 13 obras, respectivamente. A nossa maior dificuldade não parece ser a produção de obras de Sociologia, mas a aprovação no PNLD.

Enquanto que para a disciplina de História foram aprovadas 13 obras, de Geografia 14, de Português 11, Matemática e Filosofia 8, de Sociologia apenas 5 foram aprovadas, isso é menos de 42% das obras inscritas. Há três hipóteses, que precisam ser testadas, para explicar o motivo de termos apenas 5 livros aprovados: i) os livros foram reprovados porque os autores não atenderam indicativos do edital, sobretudo relacionado a exigências ligadas aos novos temas, tais como àqueles relacionados às minorias, e exigências de abordagens, mantendo o respeito à diversidade cultural, por exemplo; ii) os livros teriam sido reprovados por não apresentar-se didáticos e adequado ao Ensino Médio e; iii) os avaliadores, muitos ligados apenas ao Ensino Superior, não teriam compreendido as especificidades da transposição didática dos conteúdos para o Ensino Médio, o que pode tê-los levado a reprovar algumas das obras por considerá-las superficiais, simplistas, etc.

No caso dos autores dos livros didáticos de Sociologia aprovados, muitos são professores universitários que tiveram experiência com o Ensino Médio, outros ainda atuantes nesse nível de ensino, o que julgo fundamental para a produção de uma obra mais próxima do aluno. O problema destacado por você, quanto ao distanciamento de professores universitários renomados do trabalho de produção de livros didáticos, não é específico da Sociologia. A educação ainda, no interior da comunidade acadêmica, é vista como um objeto de estudo menor. A quase ausência da Sociologia nas escolas certamente agravou essa situação no campo das Ciências Sociais. Contudo, após a reintrodução da Sociologia temos notado uma expansão do número de pesquisas desenvolvidas em tona do ensino de Sociologia, o que acaba tendo efeitos positivos sobre a prática docente e também sobre a produção de livros didáticos. Contudo, não podemos olvidar que em 2012 tínhamos apenas 2 livros aprovados no PNLD, hoje são 5.

FSS: De modo geral, nossos tradicionais e consolidados mestrados acadêmicos e doutorado sem sociologia relegaram a temáticas voltadas ao ensino da sociologia e educação básica, com raríssimas exceções. De modo que os conhecimentos produzidos pelos nossos programas de pós-graduação, desde os anos de 1970, demoram a chegar na outra ponta, ou seja, na educação básica, embora este não seja seu objetivo principal. E em muitos casos, parece nem chegar, pois não é tido como ponto de atenção, mas o contrário. Neste sentido, você acredita que o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio)³⁰, seria então um caminho para fazer chegar este conhecimento até a sala de aula através destes professores-pesquisadores? Atualmente no Brasil existe um número ainda pequeno, mas crescente mestrados profissionais na área, sobretudo com a criação do ProfSocio destinado a formação continuada para os professores de Sociologia coordenada pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) cuja área de concentração em “Ensino de Sociologia”, foi ao longo dos anos, ao que parece propositalmente relegada aos Programas de Pós-Graduação em Educação. Um de seus artigos em especial nos despertou grande interesse *Programas de fomento a expansão do Ensino Superior e oferta de cursos de Ciências Sociais no Brasil (1999-2017)*, publicado pelos Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, trata dos impactos programas do Governo Federal e, por conseguinte o número de

³⁰Sob a coordenação da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) acontece nas seguintes instituições associadas, a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/Campi de Sumé e Campina Grande), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Marília), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA).

vagas, matrículas e concluintes de Graduações em Ciências Sociais em universidades públicas e privadas em todo país. A que você atribui o fato de que muitas universidades ainda se mantenham tão relutantes em aderir ao ProfSocio? Dito isto, qual tem sido o lugar do ensino da sociologia na pós-graduação brasileira?

Cristiano Bodart: Você toca numa questão de grande importância para entendermos alguns dos muitos desafios existentes na comunidade acadêmica ligados ao ensino de Sociologia: o histórico desinteresse nos programas de pós-graduação com o ensino de Sociologia. A primeira dissertação de mestrado que tomou o ensino de Sociologia como objeto de análise que temos notícia foi defendida em 1993. A primeira tese data de 2002, a segunda em 2006. Até 2008 apenas essas duas teses haviam sido defendidas no país. Em pesquisa³¹, que realizei juntamente com o Marcelo Cigales, constatei que em 2016 já havia sido defendida 12 teses de doutorado e 94 dissertações de mestrado, o que evidencia uma mudança significativa, desencadeada após a reintrodução da Sociologia como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio. Os programas de pós-graduação em Educação foram fundamentais para a apropriação do ensino de Sociologia como objeto de estudos nesse nível de ensino.

É importante considerar que para a existência de uma linha de pesquisa em programas de pós-graduação é necessário um grupo de professores alinhados com a temática e com produção substantiva em periódicos de estratos superiores. A ampliação recente de defesas de teses sobre o ensino de Sociologia pode ser um indicativo de que em breve muitos programas *stricto sensu* terão maiores condições de abrir linhas dedicadas ao ensino de Sociologia,

³¹ BODART, C.N.; CIGALES, M.P. Ensino de Sociologia no Brasil (1992-2016): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 2, p.256-281, jul./dez., 2017.

já que maior parte dos doutores recém-formados tendem a ingressar nas universidades como docentes-pesquisadores.

Me parece que o ProfSocio veio para mitigar a quase ausência de linhas de pesquisas voltadas ao ensino de Sociologia e, principalmente, para atender a necessidade de fortalecer a formação dos professores de Sociologia do Ensino Médio. A dificuldade de adesão das universidades ao ProfSocio esbarrou na mesma dificuldade dos depois programas em formar linhas de pesquisa sobre ensino de Sociologia: ausência de professores-pesquisadores interessados na temática. Foi o que aconteceu, por exemplo, aqui na Universidade Federal de Alagoas, que na época não foi possível agregar ao menos 8 professores doutores para integrar o programa, número mínimo exigido pela Capes. Algumas universidades vêm demonstrando o interesse em integrar a rede do ProfSocio, porém a janela para a pleito de novas instituições acontecerá só após a formação da primeira turma. A relutância em aderir ao ProfSocio existente está ligada a dois pontos interligados: à visão secundária dada ao ensino enquanto objeto de pesquisa no interior da comunidade acadêmica, fato que já mencionei e; sendo um mestrado profissional, mais preocupado com a profissionalização docente do que com a formação do pesquisador, há uma tendência de vê-lo como um curso menos importante, uma vez que no Brasil - infelizmente - existe uma percepção hierarquizada entre professor e pesquisador, assim como entre formador de docentes e formador de pesquisadores.

FSS: É sabido que a reintrodução da Sociologia como componente curricular obrigatório no Ensino Médio ocorreu na última década, portanto, trata-se de uma prática recente. Neste sentido, o seu artigo também assinado por Ewerton Diego de Souza *Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos*, publicado ano passado, na Revista Ciências Sociais Unisinos que realiza uma

radiografia das publicações acadêmicas acerca do temário do Ensino na Sociologia na última década. Destarte, fale-nos um pouco do Ensino de Sociologia enquanto subcampo de pesquisa. E como tem visto a produção sociológica hoje no Brasil, sobretudo neste subcampo?

Cristiano Bodart: O ensino de Sociologia ao reingressar ao currículo escolar deu visibilidade ao objeto “ensino de Sociologia”, que até então era pouco estudado. Por isso, afirmamos que a ameaça à presença da Sociologia nas escolas é igualmente uma ameaça ao objeto “ensino de Sociologia”. Da mesma forma, entendemos que a qualidade e a manutenção da presença da Sociologia nas escolas dependem do subcampo de pesquisa “ensino de Sociologia”. Na medida que, esse subcampo ir se estruturando vamos compreendendo melhor quais são os desafios e as potencialidades da Sociologia escolar.

O subcampo ensino de Sociologia está em processo de formação e consolidação. Temos observado uma ampliação recente do volume de defesas de teses e dissertações, de dossiês publicados em periódicos acadêmicos, de artigos científicos e de livros-coletâneas publicados, assim como o relevante acréscimo de eventos especializados na temática, tais como o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia da Educação Básica (ENESEB), o Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais e os diversos encontros estaduais de professores de Sociologia, e a criação de Grupos de Trabalhos em vários congressos e seminários de Sociologia.

Esse subcampo de pesquisa em produção foi fomentado, como já disse, pela reintrodução da Sociologia no Ensino Básico, mas também pelo Plano Nacional do Livro didático, que teve a inclusão da Sociologia em 2012, e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), além da expansão recente dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia nas Universidades

Federais, fomentado pelos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e de cursos em instituições privadas, incentivadas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI). Outro ponto importante para o maior interesse no tema ensino de Sociologia está nas reconfigurações recentes dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais que passaram a oportunizar os alunos ao maior contato com temas da Educação desde o primeiro ano do curso, assim como com o ambiente escolar e a sala de aula.

Muitos dos pesquisadores do tema “ensino de Sociologia” são recém mestres e doutores que tiveram uma formação mais preocupada com o ensino, diferente do que ocorrida nos períodos anteriores às reformulações das licenciaturas. Outros são professores ou ex-professores do Ensino Básico que ao ingressar na pós-graduação vem optando por pensar sua prática docente.

Ainda precisamos avançar nas pesquisas sobre o ensino de Sociologia, seja para compreender melhor sua história ou o presente, mas também para indicar caminhos para a prática docente. Pesquisas normativas, que se preocupam em dizer como um dado fenômeno deve ser, ainda parecem ser tabus no campo da Sociologia; o que é um problema, uma vez que o ensino de Sociologia é um fenômeno pedagógico e, justamente por ser pedagógico, carece de indicações normativas. O professor do Ensino Básico necessita de direcionamentos para sua prática docente, saber o que e como ensinar, e esses apontamentos devem ser a principal contribuição do subcampo “ensino de Sociologia” à sociedade.

FSS: Professor Cristiano Bodart, agradecemos por nos receber em sua oficina sociológica para tomar um Café com Sociologia. Obrigado!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em Debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta (Orgs.). **Introdução da História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo. P. Apresentação do Dossiê especial História do Ensino de Sociologia. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, p. 2-7, 2015.

BODART, Cristiano das Neves; PEREIRA, T. I. Breve balanço do subcampo? Ensino de Ciências Sociais? no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais - ABECS. **Cadernos de Ensino de Sociologia**, v. 1, p. 1-10, 2017.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego de Souza. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, p. 453-557, 2017.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 48, pp. 256-281, 2017.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. O perfil do professor brasileiro de Sociologia do Ensino Médio e sua percepção da condição docente. **Inter-Legere (UFRN)**, v. 1, p. 168-189, 2016.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Um raio-x do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. **Estudos**

de Sociologia Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 2, pp. 197-233, 2016.

BOM JARDIM, Fernando Perlatto. **Sociologia pública: imaginação sociológica brasileira e problemas públicos.** 2013. 433p. Tese [Doutorado em Sociologia]. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Org.). **Por uma sociologia pública.** São Paulo, Alameda, 2009.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marcos Aurélio. SOCIOLOGIA PÚBLICA: engajamento e crítica social em debate. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/UFBA - **Caderno CRH** - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, v. 22, n. 56, maio/agosto, 2009, pp. 223-232.

BURAWOY, Michael. Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 219-230, out. 2009.

BURAWOY, Michael. For a public sociology. **American Review**, v.70, fev. p.4-28, 2005.

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. **Política e Trabalho**, Recife, n. 25, p. 9-50, out. 2006.

CALHOUN, C. The Promise of Public Sociology. **British Journal of Sociology**, v. 56, n. 3, p. 355– 363, 2005.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos.** São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2011.

MOCELIN, Daniel Gustavo; MEIRELLES, Mauro. (Org.). **Rumos da Sociologia no Ensino Médio.** 1ª ed. Porto Alegre: CirKula, 2016, v. 1, p. 23-42.

PERLATTO, F.; MAIA, J. M. **Qual sociologia pública?** uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 87, p. 83-112, 2012.

SOARES, Fagno da Silva; ROVAI, Marta Gouveia; PORTO JUNIOR, Gilson. Por uma história pública: filigranando comunicação e ensino. **Revista Observatório (UNESP/UFT)**, v. 3, n. 2, abril-junho, pp. 25-40, 2017.

POR MAIS TECNOLOGIA ASSISTIVA: a visão social de tecnologia de Liliana M. Passerino para quem o ofício de educar é a arte de incluir

Maria Rosangela Bez
Fagno da Silva Soares

Entrevista realizada em 30 de julho de 2017, com a pesquisadora Liliana Maria Passerino, professora do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGIE/UFGRS e Bolsista de Produtividade Desenvolvimento Tecnológico Extensão Inovadora do CNPq - Nível 2.

Liliana Maria Passerino, pesquisadora de reconhecida produção acadêmica nacional e internacional no campo da informática na educação. Suas reflexões lançam luz em diferentes frentes dos estudos em educação numa perspectiva de suas relações com as tecnológicas, com especial atenção aos estudos sobre: educação a distância, informática na educação especial com ênfase nos estudos em autismo, tecnologias assistivas, comunicação alternativa, inteligência artificial, tecnologias da informação e comunicação aplicadas a educação, bem como, inclusão digital. É doutora em Informática na Educação e mestra em Ciências da

Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS, 2005, 1992], graduada em Análises de Sistemas pela Universidad Tecnológica Nacional [1987, Argentina]. Professora do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [PPGIE/UFRGS]. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Consultora *ad hoc* do CNPq e da CAPES e de inúmeros periódicos nacionais e internacionais. Atuou com professora visitante na Universidade Federal do Amazonas [UFAM], Universidade de Passo Fundo [UPF] e Universidade Luterana do Brasil [ULBRA]. Foi professora da Universidad Nacional de Rosario e Universidad Tecnológica Nacional [UNR, UTN, Argentina]. Associada da Sociedade Brasileira de Computação [SBIE]. Ao longo de sua carreira acadêmica publicou mais de 100 artigos em periódicos nacionais e internacionais, patenteou 5 programas de computador, organizou e/ou publicou 5 livros e mais de 80 capítulos de livros. Esteve presente em aproximadamente 200 bancas de defesas de monografias de graduação, especialização, qualificações de mestrado e doutorado, dissertações e teses. Orientou 63 monografias de graduação, 47 de especialização, 56 dissertações e teses. Participa do Conselho Editorial de importantes periódicos nacionais e internacionais na área de educação, informática e afins. Em sua profícua produção intelectual destacamos, dentre outras obras das quais é autora e/ou [co]organizadora: *Comunicação Alternativa: mediação para uma inclusão social a partir do Scala - ebook*. [2015], *Comunicar para Incluir* [2013], *Tecnologias Digitais Acessíveis* [2010] entre outros.

Durante a entrevista, a pesquisadora Liliana Maria Passerino falou de sua trajetória profissional, e fez valiosas reflexões acerca dos usos da informática na educação, das tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação, com ênfase nos estudos em autismo, tecnologias assistivas, comunicação alternativa e inclusão digital, dentre outras temáticas correlatas.

Fagno da Silva Soares [FSS] e Maria Rosangela Bez [MRB]: Boa tarde, caríssima professora. Inicialmente, agradecemos a disponibilidade em conceder-nos esta entrevista e, por conseguinte, registramos o grande prazer em entrevistá-la. Destarte, tomemos como mote inicial de nossa entrevista as motivações que a levaram a escolher a carreira de professora e pesquisadora e por que informática e educação?

Liliana Maria Passerino [LMP]: Creio que sempre fui professora. Foi a profissão que me escolheu e não eu a ela. Quando pequena costumava “dar aulas” aos meus bonecos, depois, durante a educação básica, comecei a ensinar meus primos menores que tinham dificuldade em matemática. Essa brincadeira foi pouco a pouco tomando minhas tardes e, no final, a cada tarde um grupo de umas 10 crianças ocupavam as duas mesas da casa [cozinha e sala] e ensinava-as a ler, fazer os deveres, matemática. Eram primos, vizinhos, colegas... os distribuía por áreas e os colocava por pares para trabalhar. No ensino médio foi um pouco uma continuação. Mas quando escolhi a carreira, a computação me chamou a atenção, era algo *novedoso*, na época, cheguei a trabalhar com cartão perfurado e mainframe. Nessa época da graduação, tive alguns contatos com a escola ao estudar LOGO, uma linguagem de programação desenvolvida por Papert, baseado na Epistemologia Genética de Piaget. O LOGO era um ambiente de aprendizagem que utilizava na época um TK 2000, algo como hoje seria um videogame. Nas férias da faculdade estudei e, naquele ano [1985], dei cursos de formação para professores numa escola estadual de Rosario, Argentina. Essa vocação para o ensino também se manifestou na faculdade; quando comecei a estudar em grupo com colegas para os exames finais e finalmente me candidatei a ser monitora de uma disciplina [Estrutura de Dados da UTN], nesse cargo permaneci até que migrei para o

Brasil. Foi nesse cargo que tive minha primeira epifania. Numa noite dando aula, na qual repetia o *script* que nos era fornecido pelo diretor de cátedra, e fico me ouvindo e pensando, mas a final como as pessoas aprendem? Foi somente depois de formada, que mesmo pensando em trabalhar em empresas, tive a certeza que o lugar no qual eu me sentia mais realizada era a sala de aula. Assim, com a pergunta na cabeça de como as pessoas aprendem, com as experiências com o LOGO e a certeza de que a tecnologia tinha um papel essencial no desenvolvimento da sociedade [e depois eu viria a ter certeza que no ser humano também] é que decido iniciar um curso Normal [magistério]. Nesse momento da minha vida, ainda muito jovem, com 22 anos tenho a oportunidade de fazer mestrado no Brasil e migro para este país que me acolheu como se fosse sua cidadã. Por um longo período, a questão da informática na educação [ainda não tinha esse nome no começo] fica adormecido. E foi novamente, ao terminar o mestrado que me deparo com a oportunidade de trabalhar numa escola, na qual permaneci por 10 anos, e que me mostraram um mundo fascinante que é o de aprender e ensinar com tecnologias. Em paralelo, nunca deixei de dar aula em universidade, hoje já completo 30 anos de trabalho em Brasil e Argentina no ensino superior. Longa trajetória. Amo muito ser professora, e hoje sei que é o que sempre fui. Não saberia e não gostaria de ter outra profissão. A questão de ser pesquisadora vem um pouco como consequência daquela minha pergunta inicial: como as pessoas aprendem? Essa pergunta nunca consegui responder, mas hoje tenho um quadro mais preciso formado na cabeça.

FSS e MRB: Fale-nos um pouco das influências acadêmicas que teve durante sua graduação, mestrado em Ciências da Computação e doutorado em Informática na Educação. Quais teóricos exerceram papel importante na sua formação inicial de pesquisadora? E quais

professores argentinos e brasileiros contribuíram decisivamente em sua formação durante a pós-graduação?

Liliana Maria Passerino: Bom, são tantos... provavelmente esquecerei alguns. Não quero ser injusta. Como sócio-histórica que sou, minha mente se desenvolveu em múltiplas vozes, com muitos mestres. Desde a professora María del Carmen que me ensinou a ler e escrever e que, acometida de uma síndrome estranha, morreu quando ainda estávamos no quarto ano. Penso que o universo da educação especial e da deficiência, assim como o da tecnologia sempre me rondou. A professora do sétimo ano, do que se chamava primária, me mostrou o quanto eu era boa em *matemática*, la Sra. Taboada. Mas foram especialmente meus pais que mais me incentivavam a estudar. A graduação foi na área da tecnologia, e meus professores eram engenheiros na sua maioria. A didática não era a principal preocupação na universidade, e isso me marcou muito. Um professor em especial que não lembro o nome, mas que foi meu professor de Álgebra, me mostrou que tinha realmente uma tendência às *matemáticas*, mas foi a professora Leonor Brevi que me permitiu ser monitora, auxiliar de trabalhos práticos, e quem também me deu a primeira bolsa de pesquisa. Foi a partir daí que comecei a sonhar em ser cientista, não sabia de quê. Lembro que, num mural da universidade, foi divulgada uma Escola *Brasileña* Argentina de Informática que juntaria professores e alunos de ambos os países. As bolsas eram disputadas, e me inscrevi. Foram 4 EBAI, a cada ano, um mês [janeiro], numa cidade de um dos países. Esses foram o divisor de águas; tinha apenas 20 anos quando viajei pela primeira vez a Brasil e me encantei. Aqui sim se fazia ciência, era aqui que eu queria estudar. Com muita vontade, terminei a faculdade e comecei o magistério ao mesmo tempo em que me candidatava ao mestrado no PPGCC/UFRGS para cursar um mestrado em computação. Aqui, o professor mais marcante foi o Dr. Rocha Costa, com uma mente brilhante, me mostrou as maravilhas da Inteligência

Artificial, mas, após finalizar o mestrado, volto a sentir necessidade de ensinar. Quando começo a trabalhar numa escola, como já tinha uma formação um tanto interdisciplinar, me foi fácil. No magistério em Argentina, o teórico que me marcou mais e que foi uma identificação a primeira vista era Vygotsky. No Brasil, quando cheguei em 1989 era pouco conhecido, e muito pouco estudado. Foi ao iniciar meu doutorado que me aproximo à única professora que usava esse referencial com a questão tecnológica, a Dra. Lucila Santarosa. Com ela aprendi muita coisa, especialmente na área da educação especial. E foi a partir da interação com seu grupo de pesquisa que decido me aprofundar no universo do autismo. Esse tema era muito pouco trabalhado e não existia na época nenhuma tese de doutorado que abordasse a temática do autismo e a da tecnologia. Essa foi minha temática, a primeira do Brasil nessa área. Ao entrar no universo do autismo me deparei com grandes nomes também, como Dra. Cleonice Bosa, que felizmente é minha colega e que admiro muito seu trabalho, e Michael Tomasello, um pesquisador alemão que tem estudos sobre Cognição Primata. Outros autores que me marcaram foram Angel Rivière, Michael Cole, Wertsch e, mais recentemente, Álvaro Vieira Pinto. Cada autor me deu alguma luz, me conectou de alguma forma.

FSS e MRB: Na sua produção intelectual é possível perceber palavras e a operacionalização de conceito como educação a distância, tecnologias assistivas, comunicação alternativa, inteligência artificial, inclusão digital” reverberando em sua escrita sempre instigante e reveladora. Fale-nos um pouco das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação aplicadas à Educação, de como estas auxiliam na qualidade da educação, sobretudo, no aprimoramento das práticas educativas durante o processo de ensino-aprendizagem, particularmente na educação especial.

Liliana Passerino: Ufa, poderia escrever um livro sobre isso e ainda assim acho que não conseguiria colocar aqui tudo! Esta é a essência do meu trabalho e o que me define. A crença visceral de que as tecnologias [e agora não falo somente em TICs] configuram e modelam nosso mundo, esse mundo cognoscitivo que se deixa apreender e que também nos ensina. O que mais me preocupava nos meus primeiros estudos sobre tecnologia era em não cair no reducionismo, no determinismo tecnológico, tão presente em alguns pesquisadores, especialmente de áreas da computação, na que acreditam que a base epistêmica de um trabalho de desenvolvimento tecnológico é algo que fica entre o sumário e o produto. Essa postura determinista é tão presente em nossa sociedade porque estamos sempre re-vivendo o “maravilhamento” com o “novo”, com o tecnológico, como um elemento externo que solucionará tudo. Na educação, não é diferente. Governos em todo o mundo sempre utilizaram as tecnologias na educação como estratégia de marketing e de sinônimo de modernidade. Desde muito cedo, lutei contra esse paradigma determinista. Não digo que não existam nos meus escritos antigos esses traços, vejam bem, bebi dessa filosofia e me tornei uma entusiasta da tecnologia. Mas, a partir de meus estudos em Vygotsky, que se aprofundam em 1997, começo a perceber discrepâncias nesse modelo. Num texto sobre o *homo tecnológico*, de 1998, inicio essa discussão que depois completo no texto Apontamentos para uma reflexão sobre a função social das tecnologias no processo educativo [2010]. Ambos textos foram muito iniciais; hoje, após ter lido a Álvaro Vieira Pinto, reescreveria melhor, é uma necessidade que sinto. Mas com tudo isso não quero dizer que as tecnologias não auxiliem na educação, é mais, as tecnologias são fundantes de nossa forma de ser homo sapiens. Só nos entendemos como homínídeos que desenvolveram esta forma de vida pela tecnologia. Nesse sentido, não há uma tecnologia melhor que outra sem analisar o tempo histórico-cultural. O que é melhor para uma civilização a escrita hieroglífica ou arábica?

Simplemente, não é possível comparar. A tecnologia surge num sistema complexo onde atores, a partir de cenas e contextos específicos, procuram atender seus objetivos. Não é raro perceber que uma tecnologia, que foi criada com uma finalidade, ganha, após sua difusão, outro uso. Porque somos seres intencionais; constantemente nos atualizando e somos seres tecnológicos em todo nosso percurso histórico [desde o que denominam erroneamente de Pré-História até nossos dias]. Então a tecnologia não é somente importante para a educação, mas é essencial para o desenvolvimento humano ontológico e sociologicamente falando. O debate filosófico sobre essa relação homem-tecnologia é muito antigo, encontramos autores como [CASTELL, 2008; BUNGE, 1974; VIEIRA 1997; PINTO, 2005] e muitos outros. Autores que defendem uma visão mais tecnicista, outros mais pessimistas, como o anarco-primitivismo [Zerkan], o bioconservacionismo, o ludismo e o neo-ludismo. Em particular concordo com a visão marxista de tecnologia proposta por Vieira Pinto. Para Vieira Pinto [2005], cada realidade tem um certo grau de *amanualidade*. O conceito de amannualidade é um conceito de Vieira Pinto e pode ser expresso pelo grau em que a situação apresenta diferentes técnicas, ferramentas, instrumentos e oportunidades que cada pessoa explora de forma diferente. Para esse autor, as produções humanas [este artigo, por exemplo] nada mais são que representações do pensamento humano corporificado na máquina [no caso aqui um editor de texto]. Assim, as tecnologias são concebidas com atos de pensamento concretizados num suporte material, generalizações concretas, um corpus de conhecimento identificado num "corpo". Bom, se consideramos isso tecnologia, como ela poderia estar ausente do universo educativo? Bom, ela nunca está. Não se trata de introduzir ou não tecnologia na educação, trata-se de analisar como ela está presente, permeando nossas ações, mediando nossas representações. Sobre a Educação Especial e o uso de tecnologia. Primeiro, gostaria de destacar que não faço distinção em educação

e educação especial. Essa divisão é uma forma artificial de separar campos de conhecimento que em minha opinião não deveria ter acontecido, mas que surge pela interface da saúde com a educação. Mas este seria assunto para outro artigo, né? Retomando, quando falamos em deficiência e tecnologia, podemos ver que há um debate antigo, especialmente voltado para a “normalização” do sujeito e a busca pela sua cura. Assim, as tecnologias que aparecem inicialmente no universo da deficiência ganham nomes que, de alguma forma, evidenciam essa intencionalidade, como por exemplo, tecnologia assistiva, ajudas técnicas, tecnologias de apoio, entre outras. A nomenclatura anunciada mostra uma concepção de tecnológico e de técnica externa ao sujeito, um sujeito passivo e receptor, um sujeito que concebe-se “imperfeito” e que precisa de ajustes [assistiva, ajuda, apoio, etc.]. Particularmente não me enquadro nessa forma de pensar a tecnologia no universo da deficiência, mas sou obrigada a utilizar esses termos porque são os que nos classificam. Então, vivemos num mundo que produz significações que nos libertam e aprisionam. Nessa franja estreita, na qual nos movemos entre liberdade e prisões, é que tento abrir uma nova visão do que se denomina tecnologia assistiva. Do ponto de vista da concepção sócio-histórica as tecnologias assistivas deveriam ser analisadas enquanto instrumentos culturais de adaptação de sistemas sociais e não de adequação de indivíduos. Concebendo as tecnologias não do ponto de vista da individualidade do sujeito e sim do contexto de participação e das práticas culturais vivenciadas com a intervenção dessa tecnologia. Desta forma, quando estou propondo o desenvolvimento de um novo software ou sistema, meu sistema não terá a “cara da deficiência” e não estará pensado exclusivamente para esse sujeito isolado. Meu software será pensado desde o que desejo realizar com ele, e com quem, com quais participantes, não apenas um sujeito. Pode-se dizer que penso desde uma perspectiva de desenho universal, mas não é. Pois não penso algo que vai servir para todos necessariamente, pois é muito

complexo. Mas penso naquele sujeito com limitação atuando de forma autônoma com os outros. Penso em interfaces que possam aproximar e não afastar as pessoas. Pois para mim, as tecnologias assistivas atuam como mediadores, tanto no nível das relações do sujeito com ele mesmo, considerando seus aspectos estruturais e funcionais, como no nível das relações com outros, considerando os aspectos culturais e sociais. Desta forma, o processo sempre obedece a dupla estimulação de Vygotskys em planos sócio, onto e microgenético, na medida em que as tecnologias possibilitam construir espaços de negociação e participação em práticas culturais. E aí estaria a semente da inclusão, como processo multidimensional, no qual tecnologias, práticas e sujeitos constituiriam uma rede nos contextos vivenciados. Assim, a tecnologia pode ser vista como signo, no sentido sócio-histórico, ao permitir: a] atuar de forma mediada no espaço-tempo, b] potencializar a criação de representações mentais simultâneas de um mesmo fenômeno de forma compartilhada e c] estruturar e organizar a ação humana. Finalizo, destacando que o uso do termo tecnologia assistiva em singular ou plural é um debate, para mim, sem importância e que o uso em singular, proposto pela política pública para representar uma área de conhecimento, não se contradiz quando quero utilizar em plural para indicar a diversidade/pluralidade que o conceito abrange.

FSS e MRB: É sabido que, o conhecimento de tecnologias assistivas favorecem ao desenvolvimento, inclusão e autonomia dos alunos com deficiência. Neste sentido, explique-nos, um pouco mais, a despeito das tecnologias assistivas e de sua influência nos processos inclusivos. Destarte, sua tese de doutoramento desenvolvida no início dos anos 2000, "*Pessoas com autismo em ambientes digitais de aprendizagem: estudos dos processos de interação social e mediação*" sob a orientação de Lucila Maria Costi Santarosa e Liane Tarouco, que tratou do uso de estratégias e mediações adotadas em ambientes virtuais de aprendizagem voltadas a pessoas com

autismo. Diga-nos sucintamente o que mudou nos últimos 10 anos quanto ao uso das tecnologias aplicadas ao ensino de pessoas com autismo? Explique-nos um pouco mais a despeito do transtorno do espectro autista.

Liliana Passerino: Bom, o que mudou no autismo? Tudo! A mudança foi atitudinal. No começo dos anos 2000, finais dos 90, a pessoa com autismo era vista como alguém que não se desenvolvia. Afortunadamente, a última década, revisitou os conceitos de autismo e hoje podemos ver que o direito a educação está sendo respeitado. Nem sempre desenvolvido, mas reconhecido. Quando iniciei meus estudos no autismo, as crianças sequer frequentavam escolas de educação especial. Mas escolas ou turmas totalmente segregadas. Hoje vemos crianças com autismo na escola. O processo não é fácil, pelo contrário. É complexo, e como em todo âmbito humano, temos todo tipo de propostas, algumas mais mercadológicas, buscando vender terapias e soluções e aproveitando o autismo como mercado, e outras, bom, num sentido mais realista, sabendo que não sabemos muito. Para mim, depois de tantos anos, ainda considero cada criança um mistério. Foi isso que me chamou a atenção e pelo que decidi me dedicar nas pesquisas, preferencialmente, ao universo da pessoa com autismo. Após 17 anos ainda me considero aprendiz, por isso fico um pouco incomodada com pessoas que fazem um curso de 2 anos e já vem afirmando o que é certo ou errado. Não tenho essa confiança, não consigo generalizar as pessoas. O que consigo entender como universal é que todos podem aprender, agora as formas e os mecanismos que ativamos... isso é um mistério. Sabe aquela pergunta que me fiz aos 20 anos, como as pessoas aprendem? Pois bem, mais de 30 anos depois ainda não sei... Só sei que aprendemos uns com os outros, mas isso foi Vygostky que formulou essa lei geral do desenvolvimento na década de 20.

FSS e MRB: No desenvolvimento de seus projetos há dois recursos tecnológicos que destacamos: o SCALA – Sistema de Comunicação alternativa para Letramento de pessoas com Autismo e o Solassist - Biblioteca Virtual de Soluções Assistivas. Poderia nos esclarecer um pouco a respeito destes recursos?

Liliana Maria Passerino: Bom, são dois projetos guarda-chuva que deram origem a dois produtos e diversas teses e dissertações. Scala é um sistema de Comunicação Alternativa que se origina na minha tese de doutorado. Na verdade, é um desdobramento da minha tese quando identifico algo que já sabia, mas se confirma nos resultados da tese, a importância da mediação pedagógica e tecnológica para o desenvolvimento da comunicação de sujeitos com TEA. Assim, em 2007/2009 início a construção desse sistema idealizado por várias mentes e que foi resultado de um processo investigativo do grupo TEIAS. A mim coube a coordenação e a idealização de vários conceitos centrais. Mas não posso dizer que é um recurso que eu fiz, seria uma inverdade. Foi feito por vários investigadores com contribuições importantes. O Scala é hoje um sistema razoavelmente estável e com uma boa utilização em Brasil. Diversos sub-projetos foram iniciados a partir deste, e como tudo, está num processo de finalizar, de ficar como produto, pois cumpriu seu ciclo investigativo. Hoje estou num processo de finalizar o SCALA com algumas novas funcionalidades [alfabetização, matemáticas], mas especialmente porque um projeto que se alonga por uma década corre o risco de perder seu objetivo principal. Então, enquanto tivermos possibilidades daremos manutenção, mas o SCALA cumpriu seus objetivos e o superou. Sinto-me orgulhosa de tudo o que conseguimos, e das pessoas que ajudamos, algumas de forma anônima e outras conhecidas. O Solassist é um produto que se origina de um projeto de pesquisa homônimo que busca propor uma biblioteca virtual em que seja possível divulgar casos de sucessos na produção de tecnologia assistiva acessível

economicamente. Brasil é um país que importa entre 70-90% da Tecnologia Assistiva que precisa para atender a demanda da população com deficiência. Hoje, a internet e o paradigma de software livre têm facilitado muito a divulgação de informação e também na produção de recursos gratuitos e livres. Mas, para encontrar essas soluções é necessário ser letrado digitalmente. Em alguns casos, essa competência implica em navegar em sites de diversos idiomas, e leituras científicas que sabemos não são acessíveis para todos. Por isso, criamos o Solassist e assim, como no caso anterior, coube-me coordenar o projeto, mas a ideia e o desenvolvimento foi mérito de outros pesquisadores. De momento, o Solassist está estável e buscamos ver como daremos continuidade e em que linha avançaremos.

FSS e MRB: Em seu livro “Comunicação Alternativa: mediação para uma inclusão social a partir do Scala – ebook” publicado pela Editora Passo Fundo em 2015, você descreve sobre sua experiência ao longo dos anos na área do autismo, da comunicação alternativa e de sua base sócio-histórica, assim como também do Grupo de Pesquisa TEIAS - Tecnologias na Educação para Inclusão e Acessibilidade em Sociedade. Como se dá essa relação entre a tecnologia e a teoria Sócio-histórica? Gostaríamos que tratasse um pouco mais do temário da formação continuada de professores, na altura de sua experiência neste campo. De como os recursos das tecnologias digitais de informação, comunicação e inovação tem auxiliado neste processo.

Liliana M. Passerino: Formar professores é algo que faço todos os dias... desde que levanto até que deito. Formo professores na graduação, na extensão, na pós-graduação. É o meu trabalho, é a parte que se conecta com a atividade de pesquisa e me dá muito prazer. Trabalhar com pessoas, pensar nos processos de aprendizagens, pensar soluções tecnológicas... isso me configura,

me constitui. Uso a tecnologia o tempo todo, para fazer, para pensar, para comunicar e para formar. Mas também a tecnologia é objeto de formação. Então é como viver de um modo recursivo, às vezes um pouco extenuante, mas com certeza prazeroso. Não sei se o mais importante é usar a tecnologia para formar professores [como por EAD], mas sim formar professores para que vejam a tecnologia como parte do processo e não como um elemento separado. Nos meus 30 anos de trabalho [29 anos precisamente] tenho lutado para que os cursos de formação sobre tecnologia na educação não fossem apenas instrumentais. As formações meramente instrumentais se esvaziam, não servem. Nas formações busco apresentar as tecnologias permeadas nos contextos e que os professores aprendam a olhar seu aluno e ver nas tecnologias instrumentos de mediação. Mas os agentes mediadores são eles, os próprios professores, são eles que constroem os ambientes de aprendizagem e que são responsáveis pela configuração da práxis pedagógica. Há uma necessidade urgente de pensar a prática inserida na teoria... exatamente ao contrário do que as pessoas buscam. Nem uma teoria separada da prática como muitos afirmam, nem uma teoria inserida numa prática, como sabe usar fulano o ciclano. Mas uma prática reflexiva que busca na teoria sua compreensão de mundo. Uma prática que é ao mesmo tempo ponto de partida e de chegada da teoria. Ao final, eu concordo com a frase de Einstein que afirmava "Não existe nada mais prático que uma boa teoria". Nas formações tento reproduzir a forma como eu aprendo, isso sim já sei como é. Não é conseguido responder como as pessoas aprendem, mas sei como eu aprendo. Primeiro eu preciso viver, sentir, respirar o contexto, e levantar minhas hipóteses, confrontar com minhas crenças e principalmente me colocar em diálogo com outras mentes. Nesse ponto a teoria entra para me ajudar a compreender e dialogar novamente, agora num outro nível. Vou avançando nesse processo interativo e interacional, onde a linguagem permeia tudo... diálogo com os autores, diálogo com os atores, diálogo comigo mesma. Me

contradigo, avanço, retrocedo... E formulo ideias... as coloco em prática e depois reflito... O que funcionou, o que faltou... Pois sempre é incompleto... E imperfeito. Então, nas formações tento trazer isso. Não é uma formação como algo completo, precisam saber que é parcial, incompleto, e até imperfeita... E que os próprios professores são agentes de seu conhecimento. Por isso, talvez explique por que sou tão péssima aluna em aulas tradicionais... *No?*

FSS e MRB: Estamos no *loop* das grandes transformações em que tudo que parecia sólido se liquefaz na pós-modernidade, faceta sociocultural do capitalismo atual que levou a cabo muitas ideologias que tanto povoaram o imaginário do século passado, deslocando identidades e forjando novas. Somos a sociedade do imediatismo, do virtual e do fluído, tudo passou a ser efêmero, o amor, a vida, a arte, o tempo e a morte. Destarte, e em linhas gerais, quais são hoje os desafios de ser professor e pesquisador no campo da informática na educação? Num rápido retrospecto, como você analisa o avanço da pós-graduação neste campo no Brasil?

Liliana M. Passerino: Nossa que desafio! Começo dizendo que não tenho respostas... Talvez algumas perguntas, e muitas dúvidas. Brasil é único em América Latina na área de informática na educação, a área emerge de forma interdisciplinar na década de 80 e devemos isso muito aos grandes pesquisadores da época: Léa Fagundes, Valente, Lucila Santarosa, e muitos mais. Sem o trabalho deles esta área seria como o é nos outros países, uma subárea dentro da educação e não como área interdisciplinar. Isso fez toda diferença. O movimento da informática na educação tem sua raiz muito forte aqui no Rio Grande do Sul, e em especial pela UFRGS e seus protagonistas iniciais criaram o primeiro programa interdisciplinar do Brasil. A Capes cria a área interdisciplinar justamente pelo PGIE. O PGIE foi pioneiro em muitas coisas e é um dos programas mais ativos da pós-graduação. Mas é difícil pensar o futuro de uma área

quando as políticas públicas sofrem com cortes estruturais. No cenário atual fico um tanto receosa de arriscar o que acontecerá. O futuro da pós-graduação no Brasil está ameaçado em várias frentes, política e economicamente. A sociedade parece estar dando as costas à ciência nacional, isso me traz novamente a Álvaro Vieira Pinto no pensamento, sobre ciência e desenvolvimento. Brasil está sendo empurrado para a periferia do mundo, os avanços dos últimos 30 anos estão sendo freados, em alguns casos estamos caminhando em sentido inverso. Na questão da informática na educação, não há dúvida que não está entre as prioridades das políticas públicas. Vivemos um processo de desgaste, de uso mecânico da tecnologia e de um consumo desde o exterior. Luto todos os dias por manter um desenvolvimento nacional, livre e gratuito. Acredito que precisamos pensar a tecnologia como tecnologia social, e ela deve ser livre, pública, aberta e o mais divulgada possível. Creio que a mudança pode vir pela formação, mas não sei o quanto a universidade pública poderá fazer seu papel com os cortes orçamentários sofridos. Sou pessimista com relação ao futuro. Nosso PIB diminuiu, e nosso crescimento também. Como continuar fazendo pesquisa e formação nesse contexto? Como produzir ciência de qualidade e ajudar nos problemas brasileiros? Como criar cérebros que não sintam necessidade de sair de um país que não valoriza a educação? Como mudar as práticas educativas com profissionais desvalorizados, com uma sociedade que valoriza mais bens de consumo a um livro ou um estudo? Que o corpo prevalece ao intelecto? Onde se gasta mais em celulares e nas redes do que estudando? Não há forma de encontrar uma solução simples, é complexo. Não sei o que acontecerá, mas me temo que o que está sendo retirado agora não o teremos de volta sem um envolvimento direto das pessoas. E Brasil não é isolado, está conectado no mundo. Vejo isso na Espanha também, poucos alunos realizam pós-graduação, a sociedade não valoriza. Me preocupa o futuro.

FSS e MRB: Noutra livro de sua autoria, em parceria com outros pesquisadores, chamado de "Comunicar para Incluir" você relata a inclusão social, educacional e laboral como um dos maiores desafios da sociedade brasileira. Como você tem avaliado a utilização dos recursos digitais e de tecnologias assistivas como ferramentas de inclusão no Brasil?

Liliana M. Passerino: Em parte respondi essa questão parcialmente numa pergunta acima. Mas retomo aqui a inclusão como utopia. Não consigo separar a inclusão em fragmentos e analisar somente a questão do uso ou não de tecnologia. Mas tentarei me ater ao que está sendo questionado e peço desculpas se saio um pouco do script. As tecnologias não são elementos externos ou separados das pessoas, mas sim parte dos contextos de interação. Com isso, quando analisamos a inclusão não podemos analisar as coisas separadamente. As tecnologias são elementos nos contextos como atores, mediando as relações das pessoas com os outros e consigo mesmos e, portanto, agindo na constituição dos sujeitos. Uma constituição mútua homem-tecnologia. A tecnologia, portanto, não é um objeto externo e neutro e nem é "propriedade" de um indivíduo, pois a tecnologia se alarga, tem um escopo social e cultural. Novamente, penso no meu caso, aqui escrevendo esta resposta, uso um editor de texto, que poderia ser visto como um objeto neutro meu, pois instalei no computador. Mas esse editor está propiciando uma mediação a partir da ação de digitar. Está mediando meu pensamento, modelando, dando forma. Permitiu-me voltar ao passado para lembrar coisas que eu fiz, me projetar no futuro e me trazer até este momento em que as letras vão sendo digitadas. Essa ação com tecnologia é social, não sou eu escrevendo. Sou eu e todos os que me constituem, todos os que de alguma forma me influenciam, que dialogam comigo, inclusive vocês. E até mesmo

os leitores imaginários que penso na hora de escrever. Porque se escreve para contar algo a alguém. Então, a tecnologia me proporciona condições para que possa participar, construir significados e relações pessoais enriquecedoras. Mas, como qualquer tecnologia, não é algo permanente e imutável, encontra-se em constante movimento com atualizações tanto nos sujeitos quanto nos contextos e na própria tecnologia. Quando pensamos na pessoa com deficiência, não vejo a tecnologia para uma pessoa, mas uma solução tecnológica para um contexto de ação. A Tecnologia Assistiva precisa estar a serviço do sujeito e suas relações, e não ser o centro das atenções, pois elas mediam toda ação humana. A inclusão, nessa perspectiva, passa por pensar o sujeito com autonomia e autodeterminação, agindo, interagindo. A utopia reside em que, mesmo que precise de tecnologias, para as pessoas é impossível pensar tais tecnologias restritas a uma pessoa, é necessário pensar tecnologias para construir contextos de participação e práticas culturais.

FSS e MRB: O sujeito pós-moderno foi fragmentado em um mundo de fronteiras dissolvidas, em que a globalização parece desterritorializá-lo, num caleidoscópio de culturas da liquidez do homem moderno. Nesses termos, a sociedade do século XXI parece ter perdido toda a sua solidez. É um mundo marcado por incertezas e inseguranças acachapantes. Se antes éramos uma sociedade de produtores, hoje somos essencialmente meros consumidores, em que tudo é descartável e efêmero, acabamos por ser, de certo modo, uma mercadoria na vitrine virtual das redes de relacionamento como facebook e whatsapp. Vivemos tempos açodados, também na pós-graduação brasileira há uma enorme pressão quanto à produção, no que chamamos de *cienciometria* ou *homo lattes*. Como você tem visto este processo?

Liliana M. Passerino: Eu não tenho visto esse processo... Tenho sofrido! Sim, estamos presos numa cadeia produtiva que é ineficiente. Quantidade e produção métrica. Não posso dizer que tenho resistido estoicamente... pois sou humana e reajo a pressões. Mas estou envelhecendo, e se bem não me considero muito mais sabia, penso que estou tomando algumas distâncias. Essa visão da ciência como indústria nos esgota. Ninguém está lendo os textos uns dos outros. Poucos lerão este texto... ele não é científico... é um diálogo. As pessoas têm perdido o sentido do fazer ciência. Por que escrevo? Eu escrevo como o homem ou mulher da Caverna de Altamira [desenho é um tipo de escrita]... escrevo para contar algo. O que posso dizer? É assim que inicio um texto, um rascunho que vai contar algo que fizemos [sempre em grupo]. Por ser sócio-histórica em todos os sentidos, inclusive no plano pessoal, me é muito difícil escrever sozinha. Sempre prefiro estar em diálogo com outra mente. Esta entrevista, por exemplo, é algo superinteressante, há um começo de diálogo... Mas o bom seria poder ouvir vocês... Pois parece que no final só eu sou importante, e não deveria. Então, respondendo à pergunta como tenho visto/vivido a ciênciometria?, com muita preocupação. Com vontade de não participar, mas me sujeitando a fazê-lo para manter uma produção que garanta recursos [bolsas, capital, insumos] para o grupo de pesquisa. Então, literalmente com a espada de Dâmocles sobre mim. Se não participo saio da pós-graduação, deixo de formar pessoas. Se o faço, tenho que entrar numa espiral muito estressante que também me afasta das pessoas. Então vivo e vejo essa lógica produtiva com sofrimento, sofrimento intelectual, físico e emocional, com sofrimento epistêmico, filosófico e político, e tomara que esta entrevista seja lida por um gestor que pensa que nós cientistas não fazemos nada, ou só nos divertimos. O sofrimento é, talvez, nossa mais absoluta companhia.

FSS e MRB: Nos últimos anos, em parceria com outros pesquisadores, você tem realizado vários depósitos e registros de patentes de programas de computador. Fale-nos um pouco a despeito destes projetos.

Liliana M. Passerino: Parceria com outros pesquisadores é sempre um desafio. Não porque não seja bom trabalhar com outros, mas porque a academia nos força ao individualismo. Tenho lutado constantemente para manter sempre o foco no grupo. Não me considero a que sabe mais no meu grupo, ninguém sabe mais que ninguém. Apenas me tocou a responsabilidade de manter um grupo em movimento, com os desafios de infraestrutura, afetivos, de respeito e de dedicação e responsabilidade que isso implica. Então, ao se aproximar de outro grupo de pesquisa é como trazer dois sistemas solares próximos... temos que ajustar órbitas. Às vezes, as órbitas acabam que se aproximam somente por um cometa que passa de um a outro sistema, às vezes [muito raramente] juntamos dois sois e mantemos todos os planetas orbitando sem choques. Até agora, tenho visto muito pouco isso... em alguns momentos tive o privilégio de vivenciar isso, conectar mentes. Mas é raro, como falei, a academia premia o "gênio", é um traço do capitalismo que vivenciamos. Nunca um prêmio Nobel é dado a um grupo inteiro de pesquisa, sempre ao autor ou autores de um artigo. Mas para que essa pesquisa tivesse o formato de artigo trabalharam muitas pessoas e houve muitos diálogos, estudos e análises. O prêmio Nobel é a representação máxima da figura única, do investigador solitário... do que não existe.

FSS e MRB: A sociedade do século XXI gestou o *homo tecnologicus* na era do caos informacional. Vivemos em tempos líquidos e tudo que era sólido se desfez na era do consumismo, das instantaneidades, do desapego, do estresse pelo excesso de informação, da leitura superficial, da cultura das redes virtuais, como

nos aponta Zygmunt Bauman. Todos sabemos dos impactos que as tecnologias digitais de informação e comunicação exercem na sociedade, sobretudo, na era das tecnologias digitais. Por fim, baseado em sua experiência, que conselhos traz para os novos pesquisadores desta área que se iniciam pelos caminhos do ensino e da pesquisa?

Liliana M. Passerino: Oferecer conselhos é uma atividade fácil, pois a gente pode falar sem precisar se responsabilizar por isso. Não me atreveria a dar muitos conselhos. Talvez o único mantra que repito a mim mesma faz décadas: seja humilde, aprenda com o outro. Não pense que sabe tudo e saiba que a melhor forma de fazer algo é com amor.

REFERÊNCIAS

PASSERINO, L.M.; BEZ, M. R. **Comunicação Alternativa: mediação para uma inclusão social a partir do Scala - ebook**. 1. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015. v. 1. 323p.

PASSERINO, Liliana Maria; BEZ, M. R.; PEREIRA, A. C. C.; PERES, A. **Comunicar para Incluir**. 1. ed. Porto Alegre/RS: CRBF, 2013. v. 1. 476p.

POR ENTRE RIOS, ESTRADAS, FLORESTAS E CIDADES: formas de pensar e de fazer a Geografia Urbana e Regional na Amazônia (entrevista com Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior)

Fagno da Silva Soares
Gesiane Oliveira Trindade

Entrevista realizada em 27 de julho de 2020, com Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Durante a entrevista, o geógrafo amazônico tratou brevemente de sua trajetória pessoal e profissional e de como a Geografia o alcançou. Realizou reflexões sobre o ofício do geógrafo no século XXI, passando pelo temário da relação entre as políticas de desenvolvimento e o ordenamento territorial regional, da produção do espaço urbano e da urbanodiversidade, até o processo de fortalecimento dos estudos em Geografia da Amazônia e os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento nas realidades locais. Por fim, falou particularmente das Geografias e Epistemologias do Sul com foco na Amazônia.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior é professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Gestão Pública (PPGGP) e de Formação

de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), pertencentes ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua produção acadêmica gira em torno de temáticas da Geografia Urbana e da Geografia Regional da Amazônia, com destaque à teoria regional e regionalização e ao planejamento urbano e regional. É licenciado em Geografia (1986), bacharel em Direito (1988), bacharel em Geografia (1989), especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e mestre em Planejamento do Desenvolvimento (1993) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Concluiu doutorado em Geografia Humana (1998) pelo Departamento de Geografia (DG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e realizou estágio de pós-doutorado em Políticas Urbanas (2006-2007) no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (Université Paris III/Sorbonne Nouvelle) e em Geografia Regional (2015-2016), no Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO), na USP. Foi Professor Visitante na *Christian-Albrechts-Universität zu Kiel* (CAU, Alemanha) e Professor Colaborador na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na Universidade da Amazônia (Unama), no Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Ao longo de sua carreira acadêmica publicou mais de uma centena de artigos em coletâneas e periódicos nacionais e internacionais, assim como vários livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização que abordam assuntos urbano-regionais de um modo geral e sobre a Amazônia em específico. Participa do Conselho Editorial e Consultivo de importantes periódicos nacionais na área de Geografia, de Planejamento Urbano e Regional e Interdisciplinar, e mantém uma agenda de conferências e palestras em várias instituições de ensino e pesquisa da Amazônia e do Brasil. Ao longo de sua carreira, tem recebido homenagens e reconhecimentos, com

destaque para o Prêmio Eidorfe Moreira de Geografia Regional, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA, 2019); o *Prize-Winning Papers from the World's Planning School Associations*, pela *Global Planning Education Association Network* (GPEAN, 2013), o V Prêmio Milton Santos, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR, 2011); a Medalha Condecorativa Pedro Teixeira, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP, 2005); e o I Prêmio NAEA de dissertação de mestrado, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA, 1995). Atualmente é Professor Titular do NAEA/UFPA, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Em sua produção geográfica intelectual destacam-se os seguintes livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização: *"O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão"* (2019)³², *"Formação metropolitana de Belém: 1960-1997"* (2016)³³, *"Atlas escolar: Pará, espaço geo-histórico e cultural"* (2014)³⁴, *"Pequenas e médias cidades na Amazônia"* (2009)³⁵, *"Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências"* (2008)³⁶, *"Belém: a cidade e o rio na Amazônia"* (2005)³⁷. *"Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local"*

³² Trindade Jr., S-C. C.; Santos, T. V. (Org.) O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

³³ Trindade Jr.; S-C. C. Formação metropolitana de Belém (1960-1997). Belém: Paka-Tatu, 2016.

³⁴ Trindade Jr.; S-C C. *et alii*. Atlas escolar: Pará, espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2014.

³⁵ Trindade Jr., S-C. C. *alii* (Org.). Pequenas e médias cidades na Amazônia. Belém: ICSA/UFPA, 2009.

³⁶ Trindade Jr., S-C. C.; Tavares, M. G. C. (Org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

³⁷ Trindade Jr., S-C. C.; Silva, M. A. P. (Org.). Belém: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: CFCH/EDUFPA, 2005.

(2002)³⁸, "*O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente*"(1997)³⁹, "*Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*" (1997)⁴⁰. O conjunto de sua extensa obra reverbera junto à comunidade geográfica, sobretudo junto aos pesquisadores interessados em refletir o urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico.

Fagno da Silva Soares (FSS): Bom dia, caro Professor Saint-Clair. Agradeço por sua disponibilidade para esta entrevista. Tomamos como mote inicial de nossa interlocução a sua trajetória pessoal e, seguidamente, a sua trajetória profissional. Penso que para compreender a figura do geógrafo, antes de tudo, temos de pensar sobre a pessoa de Saint-Clair. Assim, desejamos iniciar com sucintos relatos, ouvindo um pouco de sua história de vida desde a infância, de suas primeiras leituras e interesses e das motivações que o levaram à escolha da carreira de geógrafo, bem como a de bacharel em Direito. Pergunto-lhe, portanto, quem é Saint-Clair e o que o levou a enveredar por essas duas formações?

Saint-Clair Trindade Jr.: Bom dia, Fagno. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade do diálogo. Antes de tudo, devo dizer que sou um amazônida, com sangue cabano, nascido no interior da floresta e à beira do rio, mas que desde os sete anos de idade fincou raízes na grande cidade, fazendo de Belém um de seus principais espaços de identidade e de pertencimento.

A minha opção pela Geografia aconteceu aos 16 anos de idade, quando prestei vestibular para a Universidade Federal do Pará

³⁸ Trindade Jr., S-C. C.; Rocha, G. M. (Org.). Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

³⁹ Trindade Jr., S-C. C. *et alii*. O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente. Belém: NPI/UFPA, 1997.

⁴⁰ Trindade Jr., S-C. C. Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

(UFPA), no ano de 1983. Na verdade, sabia que queria seguir duas formações, uma no magistério, pela admiração que sempre tive por essa profissão; outra no Direito, pelo interesse que tinha pela ideia de justiça social, influenciado que fui pela Teologia da Libertação nos movimentos de jovens dos quais participei na periferia de Belém. Como a UFPA permitia cursar duas graduações, desde que uma fosse bacharelado e outra licenciatura, decidi que iria prestar vestibular inicialmente para uma licenciatura e, no ano seguinte, prestaria o de Direito, por ser, na época, um dos mais concorridos da instituição. A dificuldade estava em qual curso de licenciatura eu iria me inscrever, pois me atraía o curso de História, o de Letras e o de Geografia, o que revelava a influência das humanidades em mim desde aquele momento de minha vida.

A opção pela História foi a primeira a ser descartada quando lembrei de alguns dissabores de uma avaliação de desempenho nessa disciplina, ainda no então segundo grau. Letras, descartei posteriormente. Afeito às boas leituras e sempre preocupado com a boa escrita por ter tido excelentes professoras de Português, ainda assim, tinha dificuldade em aceitar algumas normas gramaticais que, para mim, faziam pouco sentido. A decisão pela Geografia, portanto, deu-se, em parte, pela exclusão. Mas não só por isso, evidentemente. Sem dúvida, gostava de manusear os mapas clássicos e o globo terrestre, que me pareciam verdadeiras obras de arte; tinha sede de informações sobre os países, seus "acidentes geográficos", suas cidades, seus lugares e, principalmente, suas gentes. Mas foi uma obra de Geografia de Desenvolvimento Econômico, entretanto, que chegara às minhas mãos no final do ensino médio, que me fez decidir pela Licenciatura em Geografia.

Afora isso, tinha sido estimulado, na vida cotidiana, a desbravar os espaços mediados por escalas geográficas, e meu mundo se alargava desde a Foz do Arapiranga, no Município de Bujaru, lugar onde nasci, até aqueles outros lugares para onde costumava viajar dentro da minha própria região que, para mim, sempre foi imensa.

Desde muito cedo me atraía o conhecimento dos lugares, que me fazia aspirar ao desbravamento de outras paisagens e de outros espaços; razão, inclusive, que me levou a deixar, ainda criança, o meu lugar de origem para estudar em Belém, uma cidade que, no ano de 1974, quando a ela cheguei, iniciava o seu processo de metropolização. Foi assim que, com sete anos de idade, deixei o interior da Amazônia e me separei de meus pais e irmãos com o objetivo de cursar a terceira série primária, haja vista que esse nível de ensino no meu lugar de origem limitava-se às duas primeiras séries iniciais, cursadas em classe multisseriada, em sala de aula improvisada na varanda de minha casa em forma de palafita, com professoras muito dedicadas, cuja credencial para isso era terem concluído apenas o ensino primário.

FSS: Professor Saint-Clair, como a Geografia Humana o encontrou? Conte-nos agora um pouco das influências teóricas que teve durante a graduação em Geografia, no mestrado em Planejamento do Desenvolvimento no NAEA/UFGA, no doutorado em Geografia na USP e em seu ingresso na docência. Quais teóricos dominavam a cena acadêmica na Geografia e como isso o afetou profissionalmente? Quais geógrafos/as e/ou outros intelectuais exerce[ra]m papel importante na sua formação inicial e no transcurso de sua trajetória acadêmica?

Saint-Clair Trindade Jr.: após o ingresso nos dois cursos da UFGA, aquilo que buscava para a minha formação foi se tornando cada vez mais claro. No Direito, tinha em vista encontrar bases que permitissem compreender e atuar na sociedade à luz da justiça e da igualdade sociais, pois, dentre as questões que me inquietavam, estavam aquelas relacionadas ao processo de segregação e às dificuldades de acesso à habitação e à precariedade da vida urbana; questões essas mobilizadas em muito pela minha experiência de vida nas periferias de Belém e por meio dos movimentos da Igreja

Católica, voltados para as demandas das populações empobrecidas, dos quais participei. A formação positivista do curso de Direito, na época, entretanto, fez com que muitas das respostas e instrumentais que busquei nessa formação me fossem dados, na realidade, pela formação em Geografia, ciência que, durante a década de 1980, quando eu era estudante universitário, passava por uma verdadeira revolução acadêmica no Brasil.

Como aluno da UFPA, vivenciei a difusão da chamada Geografia Crítica, notadamente de cunho marxista. Na graduação em Geografia pude ter acesso a conhecimentos que serviram de base à minha formação, através do acompanhamento de alguns poucos professores comprometidos localmente com aquele movimento e de vários colegas empenhados numa transformação efetiva da ciência geográfica.

Nesse momento, papel importante na minha formação passou a ter a Professora Maria Eunice Soares Penner, que mais tarde me orientou no Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia. A partir de sua experiência na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde havia cursado mestrado em Geografia sob a orientação do Professor Manuel Correia de Andrade, introduziu-me em discussões importantes e apresentou-me obras de seu próprio orientador, assim como de Josué de Castro, Yves Lacoste, Milton Santos, dentre outros intelectuais, geógrafos e não geógrafos, que, naquele momento, começavam a ser mais divulgados nos cursos de formação em Geografia no Brasil. A Professora Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira, que foi minha professora na graduação e que posteriormente me orientou na especialização que fiz em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia, na UFPA, também tinha sido orientanda de Manuel Correia de Andrade no mestrado da UFPE e, da mesma forma, influenciou-me a seguir a vertente de um pensamento mais crítico no interior dessa ciência.

Os livros de maior importância que se tornaram base para a minha formação nesse momento chegaram às minhas mãos por meio

dessas professoras e, assim, pude ter acesso a obras de destaque que vieram a se tornar presença constante em minha formação, especialmente as de Milton Santos, que, desde o primeiro momento, atraíram-me a atenção e que passei a usá-las como referências em meus trabalhos acadêmicos. Foi por meio dessas leituras que pude conhecer, inclusive, a teoria marxista, que me levou a aprofundar e a compreender melhor alguns princípios de justiça social para os quais já havia sido apresentado desde a minha adolescência, dada a proximidade que tive com a Teologia da Libertação.

Outro elemento importante no meu processo de formação diz respeito à participação nos eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em nível local e nacional, assim como o envolvimento político no interior do movimento estudantil e das representações discentes no âmbito da UFPA.

Antes do ingresso no mestrado e após a conclusão do curso de Direito, voltei ainda à graduação em Geografia para fazer a disciplinas do curso de bacharelado, para só a partir daí dar continuidade à minha formação pós-graduada em nível de mestrado, cursado no NAEA em Planejamento do Desenvolvimento. Foi nesse momento que pude ler, além da própria obra de Marx, outros autores clássicos da Economia, da Sociologia, da Antropologia, da História etc., aprofundando a minha formação científica crítica e adquirindo gosto pela abordagem interdisciplinar. Durante essa formação tive o privilégio de ter o acompanhamento intelectual do Professor Roberto Lobato Corrêa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que, na época (1989-1993), cooperou com o mestrado daquele Núcleo me aceitando como seu orientando; momento em que trabalhei a fundo a teoria miltoniana, a ponto de ter tido a grata satisfação da presença de Milton Santos em minha banca de mestrado. Meu ingresso como professor efetivo da UFPA deu-se nesse momento, ainda no mestrado, quando prestei concurso em 1989 para a cadeira de Geografia Regional. Antes já havia ministrado aulas como professor substituto nessa instituição e também para

crianças e adolescentes, no ensino fundamental e médio, da rede estadual e da rede privada, e em curso supletivo noturno para adultos da escola pública.

Para o doutorado, como já era professor efetivo do curso de Geografia da UFPA, senti a necessidade de retomar a formação específica em Geografia e de aprofundar um dos autores que até então havia lido pouco, o filósofo francês Henri Lefèbvre; razão que me levou a fazer o doutorado em Geografia Humana na USP, onde havia um grupo destacado de professores que trabalhava com esse autor e onde sempre desejei estudar. Lá tive o privilégio de ser orientado por um dos principais nomes da Geografia brasileira contemporânea, a Professora Sandra Lencioni, que, além de ser uma profunda conhecedora do pensamento marxista e, especialmente, do pensamento lefebvriano, reunia uma outra particularidade que me atraía bastante, que era o fato de trabalhar na interface da Geografia Urbana e da Geografia Regional, algo que já havia me despertado a atenção desde a especialização, quando fui contagiado pelas aulas de Teoria Regional ministradas por Jan Bitoun, da UFPE, que foi meu professor na UFPA nessa época; e depois no mestrado, com a orientação do Professor Roberto Lobato Corrêa, e as discussões de planejamento e de desenvolvimento regional com meus professores do NAEA, como Edna Castro (socióloga), Francisco de Assis Costa (economista), Heraldo Maués (antropólogo), Jean Hébette (economista), José Marcelino Monteiro (economista), Lindalva Teixeira (socióloga), Luís Eduardo Aragón Vaca (geógrafo), Rosa Acevedo (historiadora), Samuel Sá (antropólogo) e a minha coorientadora de dissertação, a Professora Auriléa Abelém (socióloga).

Ainda que as leituras de Henri Lefèbvre tivessem sido iniciadas já no período de mestrado, foi, com certeza, na USP, a partir do ano de 1994, que aprofundi o conhecimento sobre a obra desse autor, que se tornou um dos principais inspiradores de minhas atuais reflexões sobre o espaço urbano e regional. O ambiente propício no

interior do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) e da Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) – liderado por professores como Sandra Lencioni, Ana Fani Carlos, Odette Seabra e Amélia Damiani, das quais fui aluno – favoreceu esse processo de formação nesse profícuo ambiente da USP, onde também assisti a aulas de professores renomados, como Milton Santos, Maria Adélia Souza, Amália Inês Lemos, Flávio Villaça, Murilo Marx, Ricardo Toledo Silva, Philip Gunn, Celso Lamparelli, e de professores colaboradores, como Octavio Ianni e Renato Ortiz; estes dois últimos, da Universidade de Campinas (Unicamp).

A vivência na USP incentivou-me, em grande parte, a me aprofundar e a conhecer melhor a filosofia de Henri Lefèbvre e sua importância na edificação do pensamento geográfico urbano brasileiro, responsável por definir, no interior da USP, uma das principais expressões da Escola Uspiana de Geografia, identificada posteriormente pelo Professor Maurício de Abreu (UFRJ) como a abordagem marxista-lefebvriana da geografia urbana brasileira, no contexto da qual fui formado. Para esse mesmo ambiente acadêmico ainda pude retornar mais recentemente, quando nos anos de 2015 e 2016 realizei um segundo estágio de pós-doutorado no Laboratório de Estudos Regionais em Geografia, também sobre o acompanhamento e interlocução da Professora Sandra Lencioni.

Na França, foi importante a inserção que tive no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL), da *Université Paris III (Sorbonne Nouvelle)*, onde realizei meu primeiro estágio de pós-doutorado nos anos de 2006 e 2007. Aí destaco a importante interlocução que tive com Hélène Rivière D'Arc, que me supervisionou no estágio, e com Martine Droulers, ambas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e que atuam naquele reconhecido Instituto, que, por sua vez, reserva importante atenção ao Brasil e à Amazônia nos seus debates e pesquisas.

FSS: Embora saibamos o quanto a visão de totalidade é importante, admite-se que a geografia é uma ciência extremamente ampla e que, muitas vezes, apresenta-se fragmentada. Em sua trajetória acadêmica, notadamente, você traçou os caminhos da Geografia Urbana. Quais outras áreas lhe despertam interesse?

Saint-Clair Trindade Jr.: ingressei na UFPA como professor para ministrar Geografia Regional, conforme mencionei, e por muitos anos trabalhei, entre outras disciplinas, com Teoria Regional e Regionalização, no curso de graduação em Geografia, e também com Geografia Econômica em várias graduações da área das humanidades (Geografia, Ciências Sociais, Turismo e Economia), mas antes já havia atuado como professor substituto em disciplinas de Geografia Humana, especialmente Geografia Econômica e Geopolítica. A minha formação em Planejamento do Desenvolvimento, em nível de mestrado, e em Geografia Urbana, em nível de doutorado, levaram-me a me dedicar efetivamente às disciplinas de Geografia Urbana e de Planejamento e Gestão Urbanos. Essas têm sido, portanto, além da Geografia Regional, as principais áreas nas quais tenho atuado, especialmente no NAEA, onde a perspectiva interdisciplinar é a tônica da formação pós-graduada, dando-me a oportunidade de fazer a ponte entre a Geografia Urbana e Regional, o Planejamento Urbano e Regional e o Direito, notadamente o Direito Urbanístico, o Direito do Estado e a Gestão Pública. Dessa forma, é nessa condição que venho atuando como docente, pesquisador, consultor e orientador de trabalhos acadêmicos na área de planejamento e estudos urbano-regionais, discutindo particularmente, em perspectiva interdisciplinar, temas relacionados às cidades, à urbanização e à urbanodiversidade na Amazônia, assim como aqueles ligados ao desenvolvimento urbano e regional, ao planejamento e gestão urbanos e ao direito urbanístico e sua relação com o ordenamento territorial.

FSS: Suas obras reúnem reflexões de Geografia Urbana e Geografia Regional na Amazônia e têm sido fundamentais à compreensão do processo de urbanização regional. Têm refletido uma Amazônia posterior à década de 1960 – que sofreu em definitivo uma alteração em sua configuração socioterritorial, sobretudo em sua porção oriental e meridional – e outra que é anterior à década de 1960 – ainda pouco alterada pelas políticas territoriais de desenvolvimento regional e de integração efetiva dessa região ao Brasil –, marcada sobretudo por atividades econômicas tradicionais e pela circulação fluvial, a exemplo das cidades ribeirinhas. Em 2011, você foi agraciado com o V Prêmio Milton Santos, na categoria Artigo, com o trabalho “Cidades na floresta: os ‘grandes objetos’ como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico”⁴¹, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Nesse artigo você diferencia e caracteriza as “cidades na floresta” e as “cidades da floresta”. Fale sobre isso e sobre como você pensa o desenvolvimento sem descaracterizar as “cidades da floresta”.

Saint-Clair Trindade Jr.: com relação ao V Prêmio Milton Santos, que você mencionou, devo muito esse reconhecimento ao incentivo da Professora Mônica Arroyo, da USP, que gentilmente me convidou para participar de uma homenagem a Milton Santos nessa instituição. Naquela oportunidade, pude retomar a sistematização dos resultados de uma pesquisa sobre as cidades na Amazônia que havia deixado meio de lado pelo pouco interesse que tinha despertado nos fóruns acadêmicos dos quais participei. A homenagem ao Professor Milton, entretanto, encorajou-me a fazer uma retomada desse estudo para a apresentação no referido evento, extrapolando em muito, de

⁴¹ Trindade Jr., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, v. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

forma positiva, a minha expectativa. Primeiro por ter sido publicada, em forma de artigo, na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Segundo, por ter recebido o V Prêmio Milton Santos, pela ANPUR. E, finalmente, por ter sido o único trabalho⁴² de pesquisador brasileiro premiado para integrar a 5ª edição do "The best scholarships in urban and regional planning from around the world", da *Global Planning Education Association Network* (GPEAN). Foi nesse artigo que pude estabelecer pela primeira vez a diferenciação entre "cidades da floresta" e "cidades na floresta" e que, posteriormente, teve vários desdobramentos e repercussões.

Mesmo considerando que as populações indígenas não deixaram registros de aglomerações que pudessem caracterizar materialmente grandes civilizações urbanas na Amazônia brasileira pré-colombiana, não se pode dizer que as "cidades da floresta" não existam. Elas existem sim, e têm natureza cabocla. Mais que isso, elas são complexamente mestiças nas suas identidades. Anteriores à década de 1960, não se polarizam em binômios – branco *versus* indígena, urbanidade *versus* ruralidade, formas *versus* conteúdos etc. –, uma vez que elas são híbridas, transversais e multifacetadas.

Compõem um microcosmo urbano, sinônimo de adaptações, resistências e interações. Natureza e cultura constituem, juntas, uma espécie de "urbanismo caboclo" nessas cidades, composto por formas simples que diferenciam e por conteúdos complexos que encantam. Talvez por não se inserirem definitivamente em grandes circuitos globais de produção e de consumo, elas mantêm, de alguma forma, fortes enraizamentos e articulações com o entorno, tanto do ponto de vista econômico quanto do sociocultural, traduzindo para o seu interior parte da dinâmica que ocorre no âmago da floresta.

⁴² Trindade Jr., S-C. C. Towns in the forest: the "large objects" as expressions of the informational technical-scientific environment in the Amazonian space. //: Hibbard, M.; Freestone, R.; Sager, T. O. (Ed.). *Dialogues in urban & regional planning*. New York: Routledge, 2013. p. 142-160.

Bem diferente destas são as “cidades na floresta”. A lógica que preside essas cidades implantadas na Amazônia para atender a demandas de grandes corporações é responsável pela difusão de atividades econômicas mais modernas no interior da região e por verdadeiras rupturas com o passado regional, aquele anterior à década de 1960, e com os atributos e valores da floresta. Altamente conectadas aos circuitos globais, por meio de grandes e médias corporações empresariais às quais dão suporte, esses espaços urbanos ditos modernos assumem o perfil daquilo que Milton Santos⁴³ chamou de “cidades econômicas”, posto que voltadas ao mercado, e de “cidades corporativas”, porque se submetem ao comando de uma ou mais empresas que colocam a vida local em total dependência de suas existências, associadas a atividades econômicas como a produção de energia elétrica, a exploração mineral e o agronegócio.

“Cidades da floresta” e “cidades na floresta”, entretanto, são apenas tipos ideais. As primeiras, são resíduos e resistências de uma vida urbana do passado e que estão em mutação; as segundas, são pontuais e inserem espaços específicos em circuitos extralocais. Diante disso, resta refletir sobre a condição futura de nossas cidades, que possam se voltar para atender, em primeiro plano, às demandas cidadãs locais, e que possam responder precipuamente não aos interesses corporativos que governam a região, mas àqueles outros que dizem respeito às populações que estabelecem com o espaço regional fortes laços de vivência e de pertencimento.

Seriam, na verdade, cidades voltadas para o atendimento das demandas dos povos que habitam e que vivenciam a floresta como um bioma, evidentemente, mas também como um espaço social, com suas relações sociais e práticas econômicas e culturais. Considerar essa possibilidade significa, principalmente, evitar a ruptura com a natureza, expressa na interação cotidiana herdada de

⁴³ Santos, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

muitos anos e que resguarda muitas vezes os recursos que dela fazem parte.

Não se postulam, portanto, cidades modelares, a serem criadas a partir de desenhos futuristas e fora da realidade local, conforme se pensou ao se conceberem algumas das “cidades na floresta”, mas, antes, cidades que, de fato, de alguma maneira já existem, e cujos conteúdos, objetos e formas espaciais têm sido pouco potencializados ou mesmo invisibilizados nas políticas públicas que se voltam para o espaço regional.

O reconhecimento de vivências e práticas cidadãs, se traduzidas em formas espaciais urbanas que reforcem esses conteúdos de sociabilidades e de qualidade de vida já existentes, garantirão cidades mais articuladas à região que a espaços extralocais; mais voltadas, portanto, à garantia de direitos para os que nela vivem ou dela dependem que a mercados econômicos globalizados. Seriam, em outros termos, espaços urbanos pensados precipuamente para a região, para os que neles vivem e para as populações locais e regionais que deles dependem imediata e diretamente; por isso poderiam ser chamadas de “cidades para a floresta”⁴⁴.

FSS: Agora, conte-nos de seus investimentos de pesquisa em territorialidade cultural no espaço intraurbano das pequenas cidades, especialmente naquilo que você tem chamado de “urbanodiversidade” regional na Amazônia e da relação dessa proposição com as rupturas, mudanças e permanências que se percebem na Amazônia desde a segunda metade do século passado.

Saint-Clair Trindade Jr.: a noção de urbanodiversidade se sustenta no argumento da produção desigual e diferenciada do

⁴⁴ Trindade Jr., S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015;

espaço, portanto, é inspirada na ideia de formação econômico-social⁴⁵, de formação socioespacial⁴⁶ e de produção social do espaço⁴⁷. Não se trata, portanto, de uma proposição fundada em argumentos culturais apenas. Por meio dela, as dimensões econômica, política e ideológico-cultural da vida urbana são levadas em conta como parte de uma tríade dialética. Trata-se de ajudar a pensar a cidade e o urbano na região em sintonia com a ideia de uma Amazônia urbana, plural, desigual e diversa, sendo esta uma forma de dialogar, a partir de outras bases teórico- metodológicas, com noções tais como a de biodiversidade e a de sociodiversidade. A ideia é fazer um contraponto, do ponto de vista do pensamento, à visão de região homogênea que sempre foi reservada à Amazônia, sendo, ao mesmo tempo, um projeto de natureza política por meio do qual se anuncia as desigualdades e as diferenças da vida urbana que nessa região se fazem presentes. Trata-se, portanto de se manifestar e de se pronunciar política, ideológica e teoricamente “contra a in-diferença”⁴⁸ com que essa região é muitas vezes tratada em vários domínios do conhecimento e da ação prática e que acabam por viabilizar as intenções do capital e do Estado que lhe é instrumental.

Contrariamente ao caminho trilhado pelas políticas territoriais voltadas para o espaço amazônico desde principalmente a segunda metade do século passado, sugere-se com isso uma leitura da diversidade urbana, considerando tanto a geografia do desenvolvimento desigual⁴⁹, como também a geografia da diferença⁵⁰ e que, por outro lado, pautar-se na análise crítica da

⁴⁵ Marx, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988. Livro I, vol. I, e Livro II, vol. III.

⁴⁶ Santos, M. Espaço e sociedade. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁴⁷ Lefèbvre, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

⁴⁸ Lefèbvre, H. Le manifeste différentialiste. Paris: Gallimard, 1970.

⁴⁹ Smith, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

⁵⁰ Harvey, D. Justice, nature & the geography of difference. Oxford: Blackwell, 1996.

interação que se estabelece entre elementos como cidade-região, rural-urbano, sociedade-natureza e práticas econômicas-práticas socioculturais, chamando-se a atenção para as formas plurais de compreender o urbano e para as propostas alternativas de pensar o desenvolvimento ou, no limite, de mesmo negá-lo, se este for o caso.

Nesse sentido, coloca-se o acento na coexistência de tempos e de espaços múltiplos, desiguais e diferenciados, priorizando a “análise de ritmos” diversos⁵¹ imprimidos por uma pluralidade de sujeitos que definem a vida urbana na Amazônia; sendo essa uma forma de se fazer o contraponto a um modelo hegemônico de políticas públicas que insistem em negar as particularidades e as singularidades dessa região em nome da edificação de cidades modernas, homogêneas, progressistas e competitivas, negando o passado regional, as heranças de suas populações originárias e tornando-as cada vez mais distantes das potencialidades ecológicas e socioculturais locais e regionais; conforme tem acontecido principalmente após a década de 1960.

É essa a ideia que a noção de urbanodiversidade traduz. Isso implica em reconhecer não apenas tipos e desenhos diversos de cidades, que também são importantes, é claro, mas, acima de tudo, em relacionar dialeticamente formas e conteúdos socioespaciais, dando visibilidade a centralidades urbanas para além do econômico; a práticas econômicas de pequena e média escalas que são fundamentais para a vida regional; a elementos socioculturais de relevância para as cidades locais; a urbanismos diferenciados e criativos que dialogam com a natureza e com a história dos sujeitos que produzem a vida cotidiana; a conteúdos híbridos que articulam vida rural e vida urbana; a formas de cooperação e de sociabilidade que vislumbrem uma outra ideia de urbanidade, mais humana e menos desigual. Essas preocupações acenam para uma nova maneira

⁵¹ Lefèbvre, H. *Éléments de rythmanalyse: introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Éditions Syllepse, 1992.

de pensar o desenvolvimento, focado essencialmente na dignidade humana.

Foi em vista dessas preocupações que teve origem o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam), registrado junto ao CNPq sob minha coordenação. O desenvolvimento das ideias correspondentes a essa noção, especialmente as tentativas de novas conceituações e de uma teoria mais voltada para a região, também ganha corpo em disciplina denominada "Urbanização e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira", que ofereço em nível de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido; assim como, têm sido tratadas em pesquisas coordenadas por mim nos últimos anos e também em dissertações de mestrado e teses de doutorado de alunos que tenho orientado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

FSS: Nos últimos anos você tem trazido o debate acerca da importância das cidades médias para a Amazônia, em especial no Estado do Pará. Um dos focos de suas reflexões, conforme aparece em "Sonhos de rio: memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia"⁵², relaciona-se às centralidades econômicas e políticas que configuram novas territorialidades, como acontece em Santarém e Marabá, cuja produção econômica, impactos socioambientais, políticas de desenvolvimento urbano-regional etc. fazem dessas cidades vitrines de projetos governamentais e palcos de conflitos na Amazônia. Nesse sentido, fale-nos mais explicitamente das chamadas cidades médias da Amazônia, bem como sobre o seu papel nos debates acerca da criação dos Estados de Tapajós e Carajás, que foram objetos de seus estudos.

⁵² Trindade Jr., S-C. C. "Sonhos de rio": memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia. Belém: NAEA, 2016.

Saint-Clair Trindade Jr.: seguindo as discussões que vêm sendo realizadas no interior da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da qual sou integrante, consideram-se cidades médias os centros urbanos não metropolitanos cuja natureza e perfil não estão restritos a um quantitativo populacional, ainda que o incluam. Definem-se, notadamente, pela importância e por suas respectivas inserções no cenário regional, caracterizando-se principalmente pela relativa densidade de equipamentos e atividades que atendem não apenas a demandas locais, mas que são fruto de combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global.

Para o caso amazônico, tenho buscado refletir a respeito da natureza dessas cidades, reafirmando que, para essa região, elas não apenas não devem ser definidas por um certo quantitativo populacional, mas também não podem ser reconhecidas a partir essencialmente da difusão da inovação e da modernização territorial, entendendo o peso assumido pelos “fixos” e pelos “fluxos”⁵³ dentro do contexto regional. Em outras palavras, diferentemente de muitas cidades médias brasileiras, não têm sido forçosamente a densidade e a modernização dos “fixos” existentes nessas cidades os elementos responsáveis por lhes conferir importância e dinamismo nos últimos anos, mas principalmente a convergência de “fluxos” que as definem como verdadeiros “nós” da circulação de bens, de pessoas, de informações, de demandas políticas e de capitais, devido a uma dada disponibilidade mínima de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica de atividades econômicas, sociais e políticas que tendem a se concentrar em um determinado ponto do vasto espaço regional.

Assim, se o patamar populacional, vinculado ao entendimento das cidades de porte médio, não nos auxilia isoladamente a definir e a entender as cidades médias, da mesma forma, a densidade técnica

⁵³ Santos, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

do território e o seu grau de modernização, normalmente associados a atributos econômicos, parecem insuficientes para situar a diversidade dessas cidades no Brasil e, mais especificamente ainda, no espaço amazônico. É dessa maneira que tenho procurado chamar a atenção, em trabalhos mais recentes, para outras formas de centralidade⁵⁴ e de importância dessas cidades que podem ajudar a entender seus papéis no conjunto do espaço amazônico, atentando para as especificidades da região no território brasileiro e, ao mesmo tempo, pensando teórica e conceitualmente as cidades médias para o conjunto do espaço nacional e sul-americano.

Uma das formas de centralidade que merece mais atenção é aquela de natureza política. Esta não está circunscrita apenas a instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados às decisões políticas que nelas se fazem presentes, como acontece com as capitais de alguns estados amazônicos, que reforçaram sua importância na região por conta de terem se tornado sedes de territórios federais e depois de estados da federação, como é o caso de Macapá, Boa Vista e Porto Velho. Aliás, é importante dizer que na Amazônia, diferentemente de outras regiões do Brasil, há várias cidades médias que têm status de capitais estaduais. Além das que já mencionei, temos também Rio Branco e Palmas, que possuem importantes centralidades políticas no contexto socioespacial em que se inserem.

Para além dessas atividades políticas formalmente estabelecidas por suas respectivas condições de sedes de governos estaduais, a centralidade política é também reafirmada nessas e em outras cidades da região pelo fato de sediarem importantes forças políticas, associações de produtores e de serviços, representações sindicais, órgãos de classe e de categorias sociais diversas que

⁵⁴ Trindade Jr., S-C. C. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. //: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (Org.). Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: Edufba, 2018. p. 249-266.

projetam ações e movimentos de natureza política, tornando-as territórios-vitrine de interesses de agentes políticos e, a partir deles, estabelecendo intenções de novas territorialidades em nível sub-regional. São exemplos desses interesses, as propostas de criação de novos estados da federação, como o de Carajás (sudeste do Pará), com possível sede política em Marabá, e o de Tapajós (oeste paraense), com possível sede política em Santarém; realidades que estudei de forma mais detalhada em projeto de pesquisa financiado pelo CNPq.

Esse mesmo tipo de centralidade parece estar presente em outras cidades da Amazônia, como em Altamira, no sudoeste paraense, onde se tem a proposta de criação do estado do Xingu; na parte meridional do Maranhão, onde também se postula a fragmentação territorial com referência na cidade de Imperatriz; e no extremo oeste amazônico, onde se pleiteia a constituição do Território Federal do Alto Solimões, que tem em Tabatinga, juntamente com Letícia, sua "cidade gêmea" no lado da Colômbia, um importante centro regional da Pan-Amazônia, dada a sua condição econômica e política fronteiriça.

Esses processos nos fazem pensar na importância de cidades da região cujo destaque, além da dimensão econômica, estende-se a estratégias políticas que rebatem diretamente nas formas atuais de ordenamento territorial que se fazem presentes no contexto regional; coisa que já aconteceu antes, quando se criou o estado do Tocantins, que, hoje, tem a cidade de Palmas como capital.

FSS: Como você avalia o crescimento da produção acadêmica em Geografia e em Desenvolvimento Regional na Amazônia nos últimos anos, considerando sua experiência como geógrafo urbano nessa região?

Saint-Clair Trindade Jr.: avalio de forma muito positiva. Para isso, várias situações têm contribuído. Primeiro, a ida de muitos

profissionais da região para fazerem mestrado e doutorado em importantes universidades brasileiras e estrangeiras; fato este que permitiu um bom perfil de professores e pesquisadores titulados em nível de pós-graduação e que incrementaram a produção científica nas instituições de ensino e pesquisa amazônicas. Depois, a interiorização da universidade pública em toda a Amazônia através da criação de novas instituições de ensino por governos anteriores, assim como por meio da expansão de campi de instituições já existentes para aqueles lugares onde antes não se imaginava que poderiam chegar. Há campus, por exemplo, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa; assim como há campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) na pequena cidade de Bonfim, na fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana.

Da mesma maneira, surgiram novos cursos de formação em Geografia, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, que se fizeram acompanhar da produção de novos conhecimentos e, conseqüentemente, da divulgação acadêmica em revistas científicas, em coletâneas temáticas e em livros com resultados de investigações densas e que se tornaram referências para a compreensão da região. Especialmente na Geografia Urbana é gratificante constatar a presença de grupos liderados por professores da própria região ou que vieram de fora e hoje estão espalhados pelas diversas sub-regiões da Amazônia.

Isso é interessante, pois os vários temas da Geografia Urbana são abordados em diferentes perfis de pesquisa. Para além de estudos metropolitanos, que incluem as realidades de Belém, Manaus e São Luís, são vários os estudos que se voltam para as pequenas e médias cidades, para a relação cidade-campo, para os papéis das diversas centralidades no contexto da rede urbana amazônica etc.

Esse conjunto de pesquisas e produções só foi possível em razão do número de pessoas tituladas na região, das instituições que

se fazem presentes por meio de ensino e investigações em diferentes sub-regiões e, principalmente, pelo fundamental papel dos institutos e universidades públicas (federais e estaduais), sediados ou nucleados em diferentes perfis e tamanhos de cidade espalhadas por toda a Amazônia, para além das metrópoles regionais.

FSS: Em sua profícua produção geográfica destacamos um conjunto de reflexões acerca de diferentes tipos de cidade na Amazônia⁵⁵. Você tem advogado em favor de uma Geografia Urbana assentada em aportes teórico-conceituais da Geografia Crítica, com ênfase em formas, funções, estruturas e processos socioespaciais inter-relacionados, numa perspectiva evidentemente tributária de Milton Santos, afinal, somos homo geographicus⁵⁶. Nesse sentido, qual a importância da Geografia Urbana para compreender a Amazônia do século XXI?

Saint-Clair Trindade Jr.: as cidades têm sido os espaços de protagonismos de vários sujeitos da região, e são o locus por excelência de problemas e de conflitos no interior dela. Para elas

⁵⁵ Discussão presente em artigos como: Trindade Jr., S-C. C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 12, p. 305-334, 2015; Trindade Jr., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013; Trindade Jr., S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 81-100, 2013; Trindade Jr., S-C. C. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. *Terceira Margem Amazônia*, Manaus, v. 1, p. 171-183, 2012; Trindade Jr., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez. 2010.

⁵⁶ Sack, R. D. *Homo geographicus: a framework for action, awareness, and moral concern*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

também se canalizam as lutas que se originam em todos os cantos da Amazônia. Como no restante do Brasil, elas têm sido referências para novas dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais e para a difusão de novos processos no plano territorial, em razão de um novo alcance da “sociedade urbana”⁵⁷ provocado pela “planetarização do urbano”⁵⁸. Cumpre, assim, pensá-las para a região, entendendo como o fenômeno da urbanização presente em todo o País nelas se reproduz, mas, acima de tudo, cumpre atentar para as particularidades desse fenômeno no plano regional.

A Geografia Urbana pode ajudar a alinhar uma leitura mais plural, menos etnocêntrica e geocêntrica da diversidade territorial brasileira, ao pensar as cidades amazônicas dentro de uma formação socioespacial particularizada. Isso requer, evidentemente, investimentos em estudos empíricos, levantamentos de campo, conhecimento das realidades locais etc., capazes de revelar os perfis e paisagens dessas cidades, mas cabe também dar conta de seus conteúdos a partir da compreensão de seus diferentes sujeitos e contextos socioeconômicos responsáveis por produzir tais particularidades em nível territorial. É nesse sentido que categorias como forma, função, estrutura e processo⁵⁹ podem ajudar a pensar movimentos gerais e suas manifestações particulares.

Para isso, não é suficiente o exaustivo número de estudos empíricos e de quadros tipológicos sobre essas cidades. Concomitantemente a isso, a realidade regional exige um esforço de conceituação e de teorização que sejam capazes de ler a realidade urbano-regional de maneira a não somente replicar esquemas e fórmulas conhecidas que podem até valer para outras cidades brasileiras, mas nem sempre conseguem dar conta de realidades

⁵⁷ Lefèbvre, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

⁵⁸ Lefèbvre, H. Dissolving city, planetary metamorphosis. //: BRENNER, N. Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization. Berlin: Jovis, 2014. p. 566-570.

⁵⁹ Santos, M. Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985.

diferenciadas como a amazônica, que reproduz uma tendência de homogeneização da vida urbana nacional, mas que também revela muitas especificidades.

Se tomarmos como referência o atual marco jurídico do planejamento urbano no Brasil, por exemplo, de imediato se constata a decalagem entre os instrumentos urbanísticos previstos nos documentos legais e a pluralidade de demandas regionais que se apresentam e nem sempre são acolhidas por esses documentos, mesmo quando componentes de pautas mais progressistas; sendo esta a forma incontestada de como a realidade regional não é plenamente alcançada pela legislação urbanística nacional.

Mas essa dificuldade não se restringe ao ordenamento legal. Mesmo com todos os avanços observados, a nossa capacidade de teorização e de conceituação ainda está distante de entender as formas diferenciadas de produção do espaço urbano mediadas pela escala regional. É por isso que tenho sustentado, nesse caso, a noção de urbanodiversidade para pensar a cidade e o urbano não apenas na Amazônia, mas igualmente no Brasil. Assim, a Geografia Urbana da Amazônia tem muito a contribuir, não apenas empiricamente, mas principalmente teórica e conceitualmente.

FSS: Conte-nos um pouco de suas pesquisas a respeito dos impactos urbanos e regionais advindos de grandes empreendimentos, como nos casos de Belo Monte, em Altamira, e Tucuruí, ambos no Estado do Pará.

Saint-Clair Trindade Jr.: a partir da experiência como professor do curso de graduação em Geografia, como orientador de monografias de conclusão de curso nos campi da UFPA localizados no interior do Pará e também como professor colaborador em cursos de pós-graduação na UNIFAP e na UFAM, pude, em grande parte, compreender *in loco* a diversidade regional e urbana de uma Amazônia de muitos tempos e espaços e de rápidas transformações.

Como parte dessas “amazônias”⁶⁰, incluem-se aquelas sub-regiões mais diretamente impactadas pela presença dos grandes projetos ou “grandes objetos”⁶¹. Nessa Amazônia, ministrei aulas e orientei Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) em municípios como Breu Branco e em Tucuruí (onde se situa o lago e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí), Marabá (diretamente afetada pelo Projeto Carajás), Oriximiná (que sedia o Projeto Trombetas), Abaetetuba (diretamente afetada pelo projeto Albras-Alunorte) e Altamira (impactada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte).

O contato com essas realidades me despertou para estudar alguns desses empreendimentos. Assim, iniciei as minhas pesquisas, após o doutorado, estudando as cidades-empresa⁶² na Amazônia. A sistematização do estudo dessas cidades, em parceria com outros pesquisadores da ligados aos grupos de pesquisa da Professora Maria Célia Nunes Coelho (UFRJ) e do Professor Gilberto de Miranda Rocha (UFPA), fez-nos refletir sobre a natureza do fenômeno urbano que nelas se manifesta, destacando-se suas realidades, sempre articuladas a grandes projetos econômicos e de infraestrutura, as quais, posteriormente, identifiquei como sendo as melhores expressões de “cidades na floresta”, artificializadas e pouco integradas à história e à geografia locais, a exemplo do que vinha acontecendo em Tucuruí (Vila Permanente), em Barcarena (Vila dos Cabanos) e em Parauapebas (Cidadela de Carajás), articuladas, respectivamente, à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ao Complexo Albras-Alunorte e ao Projeto Carajás.

⁶⁰ Porto-Gonçalves, C. W. Amazônia, amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

⁶¹ Santos, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: Castro, E. M. R.; Moura, E.; Maia, M. L. S. (Org.). Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

⁶² Trindade Jr., S-C. C. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresa. *In*: Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre as cidades. São Paulo: Contexto, 2003. p. 136-145.

Outras cidades, onde também realizei visitas de campo, repetem os mesmos esquemas verificados nas realidades acima, como se vê em Vila de Balbina, no Estado do Amazonas, e em Serra do Navio, no Estado do Amapá. Todos esses empreendimentos, suas cidades e seus impactos decorrem de políticas de ordenamento territorial com fortes vieses desenvolvimentistas. Hoje, de maneira semelhante, mas em uma vertente neodesenvolvimentista, impactos similares novamente passam a ocorrer.

O projeto de Belo Monte é um exemplo disso. Foi a resistência que adiou a implantação desse projeto e o redefiniu em relação ao que se previu nos fins dos anos 1980. Mesmo assim, foram muitos os seus danos, seja em decorrência dos interesses capitalistas voltados para a região, seja em decorrência do papel reservado à Amazônia no processo civilizatório que se insere na (pós-)modernidade contemporânea. Daí a razão de nossas pesquisas ainda hoje se preocuparem com essas questões que não foram superadas.

As reflexões sobre a cidade de Altamira e sua relação com a hidrelétrica de Belo Monte foram, sem dúvida, uma resposta a esse desafio. Decorreram de parceria com o Professor José Antônio Herrera, professor do campus da UFPA em Altamira, quando então buscamos relacionar as ações associadas a uma concepção de região que se atualiza na perspectiva do capital às novas formas de conceber o espaço presentes nas políticas neodesenvolvimentistas de hoje. Como decorrência da incursão nessa realidade, pude orientar alguns alunos de iniciação científica, de mestrado e de doutorado. Quero destacar aqui a dissertação de Suellem Cardoso⁶³, que tratou da população indígena impactada pelo empreendimento de Belo Monte

⁶³ Cardoso, S. M. A cidade dos invisíveis? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

na cidade de Altamira, assim como a tese de Michel Lima⁶⁴ que, por sua vez, estudou o mesmo empreendimento e a mesma cidade, além de outras duas (Tucuruí e Marabá), abordando a relação cidade-rio do ponto de vista do princípio dos comuns⁶⁵, ao mostrar as alterações que o complexo hidrelétrico provocou nos territórios influenciados pelas águas.

Todas essas reflexões resultantes de minhas incursões nessas sub-regiões fortemente atingidas por grandes empreendimentos mostram não apenas os impactos desses grandes projetos, mas, igualmente, as respostas locais a eles em formas diversas de resistência que os questionam e os redefinem, mas que, ainda assim, continuam tão danosos como no passado.

FSS: Professor, recentemente, você tem trabalhado com o pensamento crítico contemporâneo na interpretação da Amazônia, o que chamou de "Geografias do Sul"⁶⁶ fazendo referência às "Epistemologias do Sul"⁶⁷, expressão cunhada e desenvolvida pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e defendida como uma alternativa teórica e epistemológica do Sul global aos paradigmas dominantes da ciência moderna. Nesse sentido, na sua perspectiva, o que seriam essas "Geografias do Sul"? Como pensar as

⁶⁴ Lima, M. M. Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

⁶⁵ Dardot, P.; Laval, C. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁶⁶ Trindade Jr., S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das "geografias do Sul". Confins [En ligne], Revue Franco-Brésilienne de Géographie, Paris, n. 44, n. p., mar. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/26814>.

⁶⁷ Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

contribuições de uma Geografia alternativa para entender a região amazônica em face do mundo globalizado?

Saint-Clair Trindade Jr.: inicialmente é preciso explicar o que me fez chegar a essa discussão nos dias atuais. Ela surge da necessidade de sistematizar contribuições teórico-metodológicas do pensamento geográfico brasileiro e a interpretação da Amazônia no seio delas. Alguns projetos de pesquisa foram desenvolvidos nesse sentido, entre eles o projeto “A Amazônia e a compreensão geográfica do espaço brasileiro: diversidade territorial, políticas públicas e novas configurações espaciais”, coordenado pela Professora Maria Goretti da Costa Tavares (UFPA), fruto da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA e o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do CNPq, por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD-Casadinho). Como parte desse Programa, inseriu-se o projeto “O urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico: leituras e abordagens em perspectiva”, desenvolvido na USP sob minha responsabilidade, e financiado pelo CNPq com bolsa de pós-doutorado. Por meio desse projeto mostrei a importância da Escola Uspiana de Geografia, revisando vários estudos cuja temática de análise referenciava a Amazônia⁶⁸. Também apoiado pelo CNPq, por meio de bolsa de produtividade de pesquisa, soma-se aos anteriores o projeto “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, que reforça a preocupação de uma

⁶⁸ Trindade Jr., S-C. C. Uma região em questão: a Amazônia nas lentes da escola Uspiana de Geografia. *In*: Costa, J. M. (Org.) Amazônia: olhares sobre o território e a região. Macapá: Editora da UNIFAP, 2017. p. 199-255; Trindade Jr., S-C. C. “A tua mais completa tradução”: uma escola, uma região e uma interlocutora. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 20, n. 3, p. 462-480, 2016; Trindade Jr., S-C. C. Amazônia: leituras geográficas em perspectiva. *Papers do NAEA*, Belém, n. 355, p. 1-17, dez. 2015.

leitura crítica sobre a Amazônia, desta feita à luz do aporte teórico miltoniano⁶⁹. E, mais recentemente, venho desenvolvendo o projeto “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva”, apoiado igualmente pelo CNPq com o mesmo tipo de financiamento, que busca entender a forma como a Amazônia vem sendo compreendida sob duas perspectivas de abordagem.

Portanto, a ideia é situar as interpretações da Amazônia em diferentes concepções do pensamento crítico contemporâneo. Isso porque, com a proliferação das pesquisas sobre a região, têm sido muito diversificadas as abordagens que buscam interpretá-la. Na Geografia Humana, de um modo geral, tais posturas se pautam desde a vertente da fenomenologia, passam pelas diversas matizes marxistas, até as tendências mais recentes pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-coloniais ou decoloniais, como preferir. Buscando dialogar com essas interpretações é que a pesquisa se justifica.

Como nos últimos anos o pensamento decolonial tem se afirmado como importante abordagem na ciência geográfica brasileira e especialmente na leitura do espaço amazônico, sendo as “epistemologias do Sul” um dos apoios teóricos a esse tipo de interpretação, tenho procurado mostrar que, mesmo sob uma

⁶⁹ Oliveira, H. M. P.; Trindade Jr., S-C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico-informacional. *In*: Pezzuti, J.; Azevedo-Ramos, C. (Org.) Desafios amazônicos. Belém: NAEA/UFPA, 2016. p. 193-224. (Série Desenvolvimento e Sustentabilidade); Leite, G. C. S.; Oliveira, H. M. P.; Trindade Jr., S-C. C. Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico. *In*: Mercês, S. S. S.; Gonçalves, M. V. (Org.). Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea. Belém: Editora Naea, 2018. p. 69-90; Leite, G., C. S.; Trindade Jr., S-C. C. Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia brasileira. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 516-533, set./dez. 2018; Trindade Jr., S-C. C.; Leite, G. C. S. Metrópole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos. E-Metropolis, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n. 36, p. 6-18, mar. 2019.

perspectiva metodológica diferenciada, alguns pressupostos levantados por essa forma de interpretação já estavam presentes, de certa maneira, em alguns intelectuais da Geografia brasileira, como é o caso das proposições de Milton Santos⁷⁰, que há algum tempo colocava a necessidade de construção de uma geografia brasileira “descolonizada” e cujas preocupações e reflexões estavam pautadas no descentramento, na transescalaridade e nas geografizações dos processos sociais. No caso de Milton Santos, inclusive, há interessantes reflexões suas sobre a Amazônia em alguns de seus estudos, conforme mostraram trabalhos meus próprios⁷¹ e outros que orientei, como a dissertação de mestrado de Helbert Oliveira⁷² e a de Gabriel Leite⁷³.

Como um pretexto para dialogar com as proposições das “epistemologias do Sul”, de Boaventura de Sousa Santos, tenho nomeado tais contribuições, a exemplo do que outros autores já sugeriram antes, por meio da metáfora “geografias do Sul”. Trata-se,

⁷⁰ Santos, M. Novos rumos para a Geografia brasileira. In: Santos, M. (Org.). Novos rumos da Geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 209-219.

⁷¹ Trindade Jr., S-C. C. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. Papers do NAEA, Belém, n. 366, p. 1-17, 2017; Trindade Jr., S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das “geografias do Sul”. Confins [En ligne], Revue Franco-Brésilienne de Géographie, Paris, n. 44, n. p., mar. 2020. Disponível em : <http://journals.openedition.org/confins/26814>.

⁷² Oliveira, H. M. P. A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

⁷³ Leite, G. C. S. Por um ordenamento cívico do território: uma reflexão crítica sobre o planejamento urbano e regional a partir da obra de Milton Santos. 2019. 499f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

portanto, de uma abordagem que não se confunde com a proposição de Boaventura de Sousa Santos, mas traz reflexões que, sobre outras bases filosóficas e epistemológicas, buscam contribuir com o entendimento da condição social do “Sul global” no período atual. É muito mais uma abertura para um diálogo sobre a Amazônia, enquanto uma região que está duplamente descentrada, que propriamente o enquadramento dela em uma teoria ou epistemologia como forma de melhor defini-la.

Pensar a Amazônia em sua condição de região periférica é um desafio que se situa em duas escalas principais de processos e de sentido de totalidade. De um lado, em relação ao centro do capitalismo no mundo; de outro, em relação à chamada região concentrada no Brasil, que reorienta a nossa situação diante do norte e do sul, respectivamente, para além de nossas localizações absolutas. Essa possibilidade de deslocar olhares e de problematizar as questões atuais a partir da Amazônia, seja em relação ao dito Norte global, seja em relação ao Sul brasileiro, pode, assim, enriquecer as nossas explicações geográficas em relação ao mundo e em relação ao Brasil, abrindo, com isso, possibilidades de construir geografias e leituras mais alternativas sobre o espaço em seu sentido relativo e relacional, conforme propunha David Harvey⁷⁴ a respeito desses dois conceitos.

FSS: Alguns pensadores do urbano falam sobre a necessidade de uma “nova urbanidade” para se reportar a uma cidade mais orgânica e solidária. É certo que existem alguns exemplos de solidariedades nas cidades brasileiras. Todavia, é muito comum vermos a reprodução de padrões negativos das metrópoles, mesmo em cidades pequenas e/ou médias. Na cidade de Açailândia (MA), por exemplo, com população aproximada de 115 mil hab., não se vê a presença de ciclofaixas, não se observa o incentivo ao transporte

⁷⁴ Harvey, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

coletivo de qualidade, não se trata adequadamente a questão sanitária e do lixo, a população de rua se avoluma (acrescida, sobretudo, pelos migrantes venezuelanos), dentre outros problemas. A questão, que ora se impõe, é: é possível uma nova urbanidade dentro do sistema capitalista? Como seria possível não reproduzir os problemas metropolitanos?

Saint-Clair Trindade Jr.: o processo de metropolização do espaço⁷⁵ é uma realidade no território brasileiro e suas consequências também. A Amazônia não foge a isso. Mesmo as comunidades ribeirinhas da região também estão mergulhadas na sociedade de consumo, conforme chamou a atenção a Professora Sandra Lencioni⁷⁶, pois não estão efetivamente isoladas do mundo. Portanto, os problemas metropolitanos estão disseminados de formas diversas em diferentes expressões do modo de vida urbano ou não. De qualquer maneira, penso que seja possível pensar em uma nova urbanidade. Diante disso, resta refletir a condição futura de nossas cidades, voltadas para atender, em primeiro plano, às demandas cidadãs locais, e que nos levem a falar metaforicamente de “cidades para a floresta”. Nessa direção, é importante sinalizar para alguns elementos a fim de que possamos pensar tais cidades para a Amazônia.

Primeiramente, conforme já mencionamos, impõe-se a necessidade de considerar a relação da cidade com o entorno, de forma a não promover o seu distanciamento para com a natureza; esta que não deve ser vista somente como forma a compor

⁷⁵ Lencioni, S. Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. *In*: Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

⁷⁶ Lencioni, S. Casas do Brasil: habitação ribeirinha na Amazônia. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2013.

paisagismos que, em jogo de presença e ausência⁷⁷, apresentam-na como espectro apenas, mas essencialmente devem ser vistas e concebidas na interação cotidiana com os sujeitos que produzem o urbano, expressando uma herança histórica de nossos antepassados que, em muito, ensinaram a resguardar os recursos naturais.

Essa possibilidade de interação requer, por outro lado, projetar arquiteturas e paisagismos capazes de definir um outro urbanismo associado a essa relação há séculos estabelecida entre o homem e seu ambiente, e considerando, dentre outros, os materiais locais, a sazonalidade das águas, o tipo climático, as funcionalidades estabelecidas por meio das vivências cotidianas e também a estética, traduzida nas formas espaciais, nas cores utilizadas e nas identidades culturais locais ou que para a região foram trazidas e nelas se mesclaram. Esse outro urbanismo poderia se prestar, outrossim, à possibilidade de um turismo menos avassalador e de maior aprendizado dos que vêm de fora com as práticas e vivências cotidianas internas.

Aqui se busca levar em conta o cultural, associado aos demais elementos que definem os diversos espaços locais no interior da região. Nesse sentido, o potencial dessas cidades pode ser traduzido por meio de importantes elementos patrimoniais que neles se fazem presentes com certa força de permanência. De maneira diferente, o modelo econômico que domina o ordenamento territorial regional tende a estandardizar essas culturas a pretexto de sua valorização e de inserir os espaços locais em circuitos econômicos mais competitivos.

Exemplo disso é a cultura do boi-bumbá que está presente em vários locais do espaço regional e que traduz uma herança dos migrantes nordestinos que se dirigiram para a Amazônia em ciclos e trajetórias de mobilidades diversas, desde a época do apogeu da extração da borracha. Tais heranças tendem a ser apagadas por essas

⁷⁷ Lefèbvre, H. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

culturas globalizadas, estandardizadas. Afora isso, as cidades devem se prestar a ser espaços de apoio a determinadas demandas de seu entorno. E aqui nos referimos a serviços e atividades diversas, que possam ser distribuídos para lugares onde os fluxos de mercado não são tão favoráveis.

Outra particularidade de nossas cidades amazônicas é a presença de populações indígenas, trabalhadores extrativistas, pequenos agricultores etc. que produzem o urbano ou que têm muitas de suas demandas cotidianas atendidas nas pequenas e médias cidades próximas dos seus locais de produção econômica e de reprodução sociocultural e que, por isso, precisam de serviços específicos instalados nessas mesmas cidades, assim como, algumas vezes, de espaços de acolhimento e de hospedagem próximos dos serviços de que necessitam, como acontece com as populações indígenas.

Nesse caso, tais populações criam fluxos regulares relacionados às suas demandas, reafirmando centralidades de natureza cívica nessas cidades de apoio, ratificando o forte vínculo delas para com a floresta, sugerindo, igualmente um ordenamento cívico-territorial, voltado para a cidadania, em contraponto a um ordenamento precipuamente econômico⁷⁸. Trata-se, nesse caso, de demandas socioculturais diversas e de práticas econômicas de pouco ou nenhum interesse do capital e que acabam por definir centralidades que não aquela de natureza econômica dominante, podendo ser mesmo definidas como centralidades socioterritoriais.

FSS: Por fim, quais são, na sua opinião, os (di)lemas e desafios práticos e também teóricos a serem enfrentados pelos/as geógrafo/as urbanos/as da Amazônia no século XXI?

⁷⁸ Santos, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

Saint-Clair Trindade Jr.: Caro Fagno, do ponto de vista empírico, penso que a Amazônia é um grande campo de pesquisa ainda pouco explorado. Há espaços e demandas para várias pesquisas e esse, talvez, seja um dos principais desafios nossos para entendê-la. Agora, na esteira desse desafio, apresenta-se outro. Não é qualquer pesquisa que atende de fato às demandas das populações que habitam e vivenciam cotidianamente a região. Mais do que qualquer preocupação com estudos que promovam a cobertura de toda a Amazônia por nossos pesquisadores, precisamos de estudos comprometidos com suas questões.

Até bem pouco tempo, por exemplo, eram poucos os geógrafos amazônicos preocupados com determinadas questões cruciais para a nossa região. Muitas dessas demandas de estudos eram atendidas por profissionais de outras áreas que, para nós geógrafos, tornaram-se referência no sentido de compreender a Amazônia. Até hoje me pergunto sobre a quase ausência de profissionais da Geografia dedicados a estudos de sua geomorfologia fluvial, de sua biogeografia, da climatologia amazônica, por exemplo.

Nos estudos urbanos talvez não tenhamos tanto esse dilema, uma vez que há pesquisadores preocupados em conhecer nossas cidades na sua ampla diversidade, ainda que o que temos ainda se mostre insuficiente. Em outros ramos da Geografia Humana, entretanto, talvez essa tendência ainda se mostre lacunar em demasia, como na Geografia da População, na Geografia da Saúde, na Geografia dos Transportes e em outros ramos tão importantes para entender as particularidades socioespaciais amazônicas.

Do ponto de vista teórico, penso que o desafio é outro. Da mesma forma que a Amazônia já foi pensada como fronteira econômica do capital, como propôs Bertha Becker⁷⁹, e como fronteira sociocultural e de alteridade, como propôs José de Souza Martins⁸⁰,

⁷⁹ Becker, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

⁸⁰ Martins, J. S. *Fronteira*. São Paulo: Hucitec, 1997.

hoje se delineia uma espécie de “fronteira intelectual” na região, para onde se expande de forma muito positiva a produção científica, que só foi possível porque aumentou o número de profissionais da Geografia titulados e pela difusão das instituições de ensino e pesquisa e dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia por toda a região.

Não tenho dúvida que o pensamento e a teoria crítica – aquela que rejeita divisões intelectuais do trabalho e formas de compreensão estatais, tecnocráticas e voltadas para o mercado⁸¹ –, especialmente na Geografia Humana, domina o conhecimento que se dissemina na região, mas, acompanhando essa expansão, penso haver também, mesmo no interior do pensamento crítico, uma espécie de alteridade de conhecimento, nem sempre tão saudável, reveladora de uma ânsia de territorializar aqui e acolá uma forma de abordagem do conhecimento geográfico que se pretende dominante. Se, por um lado, isso é bom, porque anuncia a pluralidade do pensar, por outro, o fato de apresentarem projetos políticos muitos próximos, ou mesmo indiferenciados, o grau de sofisticação do pensamento abstrato que anima debates teórico-metodológicos acalorados e, de certa forma, muito interessantes, parece que tem, infelizmente, distanciado possibilidades de ações mais conjuntas que, ao meu ver, fazem-se necessárias para combater a destruição da região por um “inimigo comum”; destruição essa que não tem tido qualquer arrefecimento, especialmente nos últimos anos.

Portanto, penso que, nesse sentido, além de propor conceituações e teorizações que permitam entender melhor a Amazônia e o Brasil na sua diversidade, algo que é necessário e desafiador, o nosso principal dilema tem sido interagir de forma mais efetiva, a partir dos diferentes conhecimentos produzidos nas diversas “amazônias”, e, principalmente, estabelecer um diálogo intelectual mais construtivo cientificamente entre matrizes

⁸¹ Brenner, N. Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

metodológicas distintas; diálogo esse que possa ser capaz de se converter não em pensamento único, mas em um projeto político de horizontes mais comuns, sem que, para isso, tenhamos que abrir mão de nossas visões de mundo e de nossas diferenças e preferências conceituais e teóricas.

FSS: Professor, foi um enorme prazer navegar por entre os rios da Geografia Urbana na Amazônia ao adentrar a oficina geográfica de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e viajarmos juntos por essa geobiografia e pelos caminhos do espaço amazônico com otimismo e muita competência geográfica. Muito obrigado!

Saint-Clair Trindade Jr.: Eu que lhe agradeço pela gentileza de me entrevistar e por me dar a oportunidade de falar sobre a minha região e sobre a Geografia que para ela penso e que nela coloco em prática no meu dia a dia. Muito obrigado!

Referências

Becker, B. (1990). *Amazônia*. São Paulo: Ática.

Brenner, N. (2018). *Espaços da urbanização*. o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Cardoso, S. M. (2018). *A cidade dos invisíveis?* Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo.

Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.

Harvey, D. (1996). *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford: Blackwell.

Lefèbvre, H. (1992). *Éléments de rythmanalyse*: introduction à la connaissance des rythmes. Paris: Éditions Syllepse.

Lefèbvre, H. (2006). *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Econômica.

Lefèbvre, H. (1970). *Le manifeste différentialiste*. Paris: Gallimard.

Leite, G. C. S. (2019). *Por um ordenamento cívico do território*: uma reflexão crítica sobre o planejamento urbano e regional a partir da obra de Milton Santos. 499f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

Leite, G. C. S., Oliveira, H. M. P., Trindade Jr., & S-C. C. (2018). Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico. In MERCÊS, S. S. S., & Gonçalves, M. V. (Org.) (2018). *Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea*. Belém: Editora Naea, 69-90;

Leite, G., C. S. Trindade Jr., & S-C. C. (2018). Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia brasileira. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, 38(3), 516-533.

Lencioni, S. (2013). *Casas do Brasil: habitação ribeirinha na Amazônia*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira.

Lencioni, S. (2003). Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. In Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 35-44.

Lima, M. M. (2020). *Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

Martins, J. S. (1997). *Fronteira*. São Paulo: Hucitec.

Oliveira, H. M. P. (2019). *A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

Oliveira, H. M. P., Trindade Jr., & S-C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico-informacional. In Pezzuti, J., Azevedo-Ramos, C. (Org.) *Desafios amazônicos*. Belém: NAEA/UFPA, 2016. 193-224.

Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Org.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Santos, M. (1982). Novos rumos para a Geografia brasileira. In Santos, M. (Org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 209-219.

Santos, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

Smith, N. (1988). *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Trindade Jr., & S-C. C. (2016). "A tua mais completa tradução": uma escola, uma região e uma interlocutora. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, 20(3), 462-480;

Trindade Jr., & S-C. C. *alii* (Org.) (2009). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICSA/UFPA.

Trindade Jr., & S-C. C. (2015). Amazônia: leituras geográficas em perspectiva. *Papers do NAEA*, Belém, 355, 1-17.

Trindade Jr., & S-C. C. (2020). Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das "geografias do Sul". *Confins*, Revue Franco-Brésilienne de Géographie, Paris, 44, n. p., mar. <http://journals.openedition.org/confins/26814>.

Trindade Jr., & S-C. C. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresa. In Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.) (2003). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre as cidades*. São Paulo: Contexto, 136-145.

Trindade Jr., & S-C. C. (2017). Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 366, 1-17;

Trindade Jr., & S-C. C. (2017). Uma região em questão: a Amazônia nas lentes da escola Uspiana de Geografia. In Costa, J. M. (Org.) *Amazônia: olhares sobre o território e a região*. Macapá. Editora da UNIFAP, 199-255;

Trindade Jr., S-C. C. & Leite, G. C. S. (2019). Metrópole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos. *E-Metropolis*, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, 36, 6-18.

Trindade Jr., S-C. C. & Rocha, G. M. (Org.) (2002). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu.

Trindade Jr., S-C. C. & Santos, T. V. (Org.) (2019). *O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão*. Rio de Janeiro: Consequência.

Trindade Jr., S-C. C. & Silva, M. A. P. (Org.) (2005). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: CFCH/EDUFPA.

Trindade Jr., S-C. C., & Tavares, M. G. C. (Org.) (2008). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA.

Trindade Jr., S-C. C. *et alii*. (2014). *Atlas escolar: Pará, espaço geográfico e cultural*. João Pessoa: Grafset.

Trindade Jr., S-C. C. (2016). *Formação metropolitana de Belém (1960-1997)*. Belém: Paka-Tatu.

ÍNDICE REMISSIVO

(TEMÁTICO COM SUBENTRADAS)

1. HISTORIOGRAFIA

Ana Maria Mauad – pp. 21, 22, 25–30

- História oral
- Escrita videográfica
- LABHOI

Antônio Torres Montenegro – pp. 31–35

- História pública
- Formação de professores

História oral – pp. 9–12, 22, 28, 31–36

- Associação Brasileira de História Oral (ABHO) – pp. 22, 28, 33–36
- Oficinas de formação (Oficina de Clio) – pp. 9, 19

História pública – pp. 11, 13, 26–28, 53

- Conceitos e práticas
- Museus, arquivos e mídias digitais

Memória coletiva – pp. 10, 11, 28, 223

- Tempo presente

História comparada – pp. 125, 128

Nilson Lage – pp. 125–129

- Teoria do jornalismo e narrativa histórica

Tempo presente – pp. 9–11, 33, 223

2. HISTÓRIA DIGITAL

Digital History – pp. 81, 83, 85

- História digital como campo de pesquisa

Videografia / Escrita videográfica – pp. 25–27, 30

- Ana Maria Mauad e experiência com LABHOI

Tecnologias educacionais – pp. 171–173

- Recursos digitais no ensino de História

Liliana Passerino – pp. 171–172

- Inclusão e acessibilidade digital

3. EDUCAÇÃO E ENSINO DA SOCIOLOGIA

Cristiano Bodart – pp. 149–157

- Café com Sociologia
- Formação docente
- BNCC e currículo

História do ensino da Sociologia – pp. 149, 153, 155

Michael Apple – p. 157

- Crítica ao currículo e ao neoliberalismo

Sociologia no Brasil – pp. 149, 153, 155, 157

4. IMAGENS E VISUALIDADES

Imagens e história visual – pp. 21, 24–26

- Uso de fotografias e videografia
- Ana Mauad e abordagem da imagem como fonte

6. INSTITUIÇÕES E COLETIVOS

LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem) – pp. 22, 27, 28, 30

- Produção de videohistórias

Associação Brasileira de História Oral (ABHO) – pp. 22, 28, 33–36

- Debates sobre memória, política e ética

Oficina de Clio – pp. 9, 19

- Formação de professores e história escolar

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Daniela Barbosa de Oliveira

Mestre em Ciências do Ambiente (CIAMB-UFT), Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: kallaw2@gmail.com.

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Doutor e mestre em História pelo do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizou Estágio Doutoral na Universidad General San Martin em Buenos Aires, Argentina. Professor Adjunto na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Líder do grupo de pesquisa Consciência Histórica: Narrativa, Ensino, Política e Memória (CH-NEPOM). E-mail: ericontadordehistorias@gmail.com

Fagno da Silva Soares

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História do Brasil (UFPI). Licenciado e bacharel em História (UEMA/Estácio), bacharel em Museologia e Antropologia pela Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral, da Universidade de São Paulo (NEHO/USP) e do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/GPTEC). Líder do CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA) e do Laboratório de Humanidades – Ubuntu (IFMA). Membro Fundador da Rede Pan-Amazônica de História Oral (PANO). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia). E-mail: fagno.soares@ifma.edu.br

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECs-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Gesiane Oliveira Trindade

Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/PPGDSTU/UFPA). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão [IFMA/Campus Açailândia]. CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória [IFMA]. Rua Projetada s/n, Progresso, 65930-000, Açailândia, MA – Brasil. gesiane.trindade@ifma.edu.br.

Maria Rosangela Bez

Pós-doutorada em Informática na Educação [PPGIE/UFRGS]. Bolsista - Projeto Capes Edital PNPD do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Feevale). Participante do Grupo TEIAS/CNPQ. Pesquisadora participante do Projeto SCALA. E-mail: mariabez@feevale.br

Rodrigo Marley Queiroz Lima

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Bolsista CAPES. Desenvolve a pesquisa "OEIRAS (PI) E POSSIDÔNIO QUEIROZ: tempo, sensibilidade e representação sobre as representações da cidade de Oeiras, PI, através das cartas". Linha de pesquisa História, Cidades, Memória e Trabalho. E-mail: vertoncio@hotmail.com.

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TEMPO PRESENTE:

por entre diálogos e reconstruções

Organizadores:

Fagno da Silva Soares
Gilson Pôrto Jr.



Observatório
Edições



9 786598 449988

